



Instituto de
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Raphael da Silva Lemos

**O lugar do monasticismo na medievalística
brasileira.**

Rio de Janeiro
2019

O LUGAR DO MONASTICISMO NA MEDIEVALÍSTICA
BRASILEIRA

Raphael da Silva Lemos

Instituto de História / CFCH

Bacharelado em História

Orientador: Dr. Gabriel de Carvalho Godoy
Castanho.

Professor Adjunto do Instituto de
História/UFRJ

Rio de Janeiro
2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

O LUGAR DO MONASTICISMO NA MEDIEVALÍSTICA BRASILEIRA

Raphael da Silva Lemos

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. Dr. Gabriel de C. G. Castanho _____ – Orientador
Professor Adjunto do Instituto de História/UFRJ

Prof. Dr. Jorge Victor de Araújo Souza _____
Professor Adjunto do Instituto de História/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz de Mello e Souza _____
Professora Associada do Instituto de História/UFRJ

Rio de Janeiro
2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Programa Institucional de Bolsas em Iniciação Científica (PIBIC-UFRJ) pelo financiamento da pesquisa que tornou esse trabalho monográfico uma realidade. Ao professor Gabriel Castanho pela oportunidade de ter esse primeiro contato com a pesquisa em história, por todas as reuniões e trocas de e-mails nos momentos de construção desse trabalho, além de conversas que me fizeram perceber de maneira mais crítica a minha posição frente ao meu objeto de pesquisa. Agradeço também à Denise da Silva de Oliveira não só pelo apoio emocional, mas também por tudo que me ensinou a respeito das normas de um trabalho científico, pelos debates teórico-metodológicos e por ter me proporcionado o conforto emocional necessário para o desenvolvimento de qualquer atividade intelectual. Não posso esquecer da amiga que me fez voltar aos estudos após ter trancado a matrícula na universidade, Thalita Soares Claudino, que dia após dia tentava me convencer a voltar para a faculdade; obrigado pelas risadas e por ter ouvido minhas reclamações nesses últimos cinco anos. Agradeço também aos meus pais, cujo apoio emocional e material foi de suma importância para a conclusão de um curso superior nesse país.

A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as infinitas feridas, mas, ao mesmo tempo, ela deve reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio, o qual supõe o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e as circunstâncias constrangedoras que eles ignoram, assim como a produção de um saber possibilitada por operações controladas por uma comunidade científica.

Roger Chartier

RESUMO

LEMOS, Raphael da Silva. **O lugar do monasticismo na medievalística brasileira.** Orientador: Gabriel de Carvalho Godoy Castanho. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de História, 2019. Monografia (Bacharelado em História).

Esse trabalho visa propor uma primeira percepção de cunho sociológico da produção de conhecimento institucionalizado a respeito do monasticismo medieval ocidental pela historiografia medievalista brasileira. Para isso, construímos um banco de dados sistematizado com o intuito de nos auxiliar na análise dessa produção. Fazendo uso de gráficos e mapas, procuraremos demonstrar a organização institucional da produção e reprodução desse conhecimento pelos agentes sociais envolvidos na estruturação do campo de História Medieval no Brasil.

ABSTRACT

LEMOS, Raphael da Silva. **O lugar do monasticismo na medievalística brasileira.** Orientador: Gabriel de Carvalho Godoy Castanho. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de História, 2019. Monografia (Bacharelado em História).

This work aims to propose a first sociological perception of the production of institutionalized knowledge about medieval monasticism by Brazilian medieval historiography. For this, we constructed a systematized database with the purpose of helping us in the analysis of this production. Making use of graphs and maps, we try to demonstrate the institutional organization of the production and reproduction of this knowledge by the social agents involved in the structuring of the field of Medieval History in Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Defesas em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior.....	65
Gráfico 2 – Medievalistas formados no Brasil e no exterior.....	68
Gráfico 3 – Defesas nas universidades brasileiras e estrangeiras.....	69
Gráfico 4 – Orientadores e número de trabalhos orientados.....	70
Gráfico 5 – Orientadores: homens e mulheres.....	71
Gráfico 6 – Medievalistas do nosso banco de dados: homens e mulheres.....	72
Gráfico 7 – Temas das teses de nossos 23 medievalistas e seus orientadores.....	74
Gráfico 8 – Teses sobre o monasticismo entre os nomes de nosso banco de dados.....	77
Gráfico 9 – Homens e mulheres que orientaram teses sobre o monasticismo medieval Ocidental.....	79
Gráfico 10 – Homens e mulheres que defenderam teses sobre o monasticismo.....	80
Gráfico 11 – Defesas de doutorado de nossos medievalistas: temas por décadas.....	81
Gráfico 12 – Cronologia temática das teses de nossos medievalistas.....	83
Gráfico 13 – Defesas de tese de nossos medievalistas por Estados (do Brasil) / Cidades (do exterior)	85
Gráfico 14 – Defesas de tese de nossos medievalistas por região no Brasil.....	86
Gráfico 15 – Vínculos atuais de nossos medievalistas por instituição.....	90
Gráfico 16 – Nossos medievalistas com vínculos institucionais por Estado.....	92
Mapa 1 – Contexto 1: Estados de defesa das teses sobre o monasticismo medieval.....	93
Mapa 2 – Contexto 2: Estados de vinculação atual dos medievalistas especializados no monasticismo.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados da primeira busca na Plataforma Lattes, sem filtros de busca, realizada em março de 2017.....	49
Tabela 2 – Resultados da segunda busca na Plataforma Lattes, utilizando operadores lógicos, realizada em abril de 2017.....	51
Tabela 3 – Resultados da terceira busca na Plataforma Lattes, utilizando filtros de atuação profissional, realizada em abril de 2017.....	53
Tabela 4 – Resultado (parcial) da pesquisa, finalizada em setembro de 2017.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO	13
PARTE I: PANORAMA HISTÓRICO/HISTORIOGRÁFICO DO MONASTICISMO OCIDENTAL MEDIEVAL ...	14
1.1 O monasticismo latino do século IV ao X.....	15
1.2 A “crise” do cenobitismo nos séculos XI e XII	19
1.3 As mudanças do século XII-XIII.....	21
PARTE II: UMA INTRODUÇÃO AO CAMPO DE HISTÓRIA MEDIEVAL NO BRASIL.....	25
1.4 De História Medieval à História da África: apresentando José Rivair Macedo	26
1.5 Os estudos medievais no Brasil: de 1990 a 2002	28
2. A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS	33
2.1 Delimitando o método: a escolha da Plataforma Lattes	35
2.2 Delimitando os resultados: a realidade dos estudos sobre o monasticismo no Brasil	48
2.3 A estruturação do banco de dados	56
3. UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO MONASTICISMO NA MEDIEVALÍSTICA BRASILEIRA	60
3.1 A formação dos medievalistas brasileiros: a ascensão dos estudos monásticos no país.....	62
3.2 A formação dos medievalistas brasileiros: o monasticismo na medievalística regional	84
3.3 Os vínculos dos medievalistas brasileiros: a disseminação dos estudos monásticos no país.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
Referências bibliográficas	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico, oriundo de uma Iniciação Científica – que, por sua vez, estava vinculada ao projeto de pesquisa do professor doutor Gabriel de Carvalho Godoy Castanho, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH - UFRJ), “O Lugar do Monasticismo no Sistema Eclesial Medieval. Europa Ocidental, Séculos IX-XIII”; e que foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - UFRJ) –, tem como objetivo principal promover um levantamento de dados a respeito da produção de conhecimento científico-institucional acerca do monasticismo latino medieval na medievalística brasileira, além de uma primeira compreensão sociológica do papel desses estudos na produção e reprodução do campo de História Medieval no país. Partindo do pressuposto adotado a partir de trabalhos como os de Hilário Franco Júnior¹, José Rivair Macedo² e Mário Jorge da Motta Bastos³ (de que a área de estudos concentrada no período entendido como Idade Média vem crescendo institucionalmente no Brasil ao longo das últimas décadas), nossa pesquisa visa conhecer o perfil dos estudos brasileiros acerca do monasticismo medieval ocidental – entendido, nessa pesquisa, como um fator importante para a organização espacial e social do período –, investigando e estruturando dados importantes a respeito da produção intelectual e historiográfica brasileira, para, finalmente, oferecer, de modo mais amplo, um recorte do cenário da institucionalização dos estudos medievais no país.

Acreditamos que nossa pesquisa pode vir a abrir um importante caminho no sentido de uma compreensão da organização dos estudos monásticos dentro do campo de História Medieval no Brasil. Além do mais, o pressuposto historiográfico de tratar o monasticismo ocidental medieval como um fenômeno incontornável para a compreensão da organização espacial e social da cristandade latina está diretamente ligado às abordagens mais recentes da eclesiologia medieval desenvolvidas em importantes centros internacionais de produção desse conhecimento. Portanto, nossa pesquisa procura pensar não só os diálogos nacionais e regionais entre os especialistas nesse conhecimento específico, mas também o deles com as comunidades internacionais que refletem e produzem conhecimento a respeito das sociedades medievais. Cabe-nos, ainda, destacar aqui que esse diálogo, no que se refere ao escopo restrito dessa

¹ FRANCO JR., H. A Idade Média e o Brasil, *D.O. Leitura*, São Paulo, n. 59, p. 8-10, 1987.

² MACEDO, J. R. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. *Reti Medievali Rivista*, n. 7, jan.-jun., 2006. Disponível em: <http://www.rmojs.unina.it/index.php/rm/article/view/urn%3AAnbn%3Ait%3Aunina-3176/5242>. Acesso em: 20 jun. 2019.

³ BASTOS, M. J. M. Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica. *Diálogos*, Maringá, v.20, n.3, p. 2-15, set.-dez., 2017.

pesquisa monográfica, estaria pressuposto em nossas leituras da documentação produzida a partir dos métodos que serão expostos. Não temos como objetivo uma análise historiográfica desses trabalhos (centrada em referências bibliográficas ou em vinculações a determinadas “escolas” historiográficas, por exemplo) para apresentarmos os limites e as possibilidades desse diálogo⁴. Nosso objetivo central é a formação de um banco de dados de pesquisadores que nos auxiliará a lançar, posteriormente, um olhar geral sobre uma parte precisamente delimitada do campo de estudos medievais brasileiro.

Dito isto, em um primeiro momento, pensamos a pesquisa em basicamente duas etapas: 1) levantamento de autores (medievalistas) e seus trabalhos para o desenvolvimento de um banco de dados; 2) análise do banco de dados a partir de uma perspectiva sociológica para entender o lugar do monasticismo na medievalística brasileira. Assim, com o nosso banco de dados estruturado, procuraremos, na segunda etapa de pesquisa, apresentar uma primeira leitura sociológica da organização institucional dos estudos a respeito do monasticismo no Brasil. Para isso, efetuaremos buscas cruzadas em nossa tabela com informações bem detalhadas sobre a biografia acadêmica de cada pesquisador e sua produção intelectual, a fim de traçarmos os caminhos institucionais da produção desse conhecimento.

Procuraremos demonstrar, neste trabalho, com o auxílio de gráficos e mapas, um primeiro balanço – que se pretende parcial, devido ao constante processo de institucionalização da área acadêmica e do próprio caráter do trabalho do historiador⁵ – de como o conhecimento a respeito do monasticismo se encontra institucionalizado no Brasil. Partindo de uma perspectiva micro institucional, qual seja, dos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela CAPES onde foram defendidas as teses de doutorado desses medievalistas, para uma perspectiva macrorregional, pensando no alcance da produção e da reprodução desse conhecimento no país hoje, buscaremos apresentar uma análise sincrônica, bem como diacrônica, dos estudos monásticos na medievalística brasileira.

Ademais, estruturamos nosso texto da seguinte maneira: no primeiro capítulo, de caráter introdutório, intitulado “A delimitação do objeto” e dividido em duas partes, primeiramente proporemos um panorama histórico e historiográfico do monasticismo latino e, na segunda parte, partiremos das indicações bibliográficas encontradas em um texto de Eduardo Aubert, Gabriel Castanho e Wanessa Asfora e de um pequeno artigo de José Rivair Macedo a respeito

⁴ O que constitui um caminho a ser seguido em pesquisas futuras, ainda que essas possam eventualmente usar esse trabalho monográfico como ponto de partida.

⁵ Referimo-nos aqui à ideia de que nenhuma produção científica pretende encerrar o mundo social em um texto. Toda pesquisa em Ciências Sociais, portanto, deve deixar claro o seu caráter de uma tentativa de síntese em aberto. Abordaremos melhor essa questão ao longo do texto.

dos estudos medievais no Brasil para apresentarmos o contexto mais recente do campo institucional de História Medieval no país. Logo após a delimitação de nosso objeto de pesquisa, já no segundo capítulo, que carrega o título “A construção do banco de dados”, procuraremos apresentar a construção do nosso *corpus* documental e as ferramentas utilizadas para nos auxiliar no levantamento de informações para a primeira etapa de pesquisa; discutiremos ainda questões teórico-metodológicas importantes para nossa pesquisa a partir da obra de Tiago Luís Gil – um historiador especialista em banco de dados voltados para a pesquisa em História. E, por fim, no terceiro capítulo, “Uma análise sociológica do monasticismo na medievalística brasileira”, exibiremos os resultados de nossa investida em nosso banco de dados, com o objetivo de traçarmos os caminhos institucionais e regionais da produção e reprodução desse conhecimento no Brasil.

Esclarecemos ainda que, para os fins dessa pesquisa, não temos o objetivo de entender de forma nuançada os contornos analíticos dados ao movimento monástico pela historiografia medievalista brasileira, ou seja, não estamos interessados na maneira como esses medievalistas pensaram e objetivaram detalhada e diversamente o monasticismo através de seus trabalhos. Portanto, não entraremos de maneira aprofundada nas obras desses autores. Para essa primeira percepção dos estudos monásticos, proposta nesta monografia, nossa pesquisa pode acabar parecendo muito mecânica, pois de fato buscamos realizar uma análise mais quantitativa nesse momento, visando estabelecer os primeiros contornos institucionais do mapeamento da produção e reprodução desse conhecimento. O que não significa que a dimensão qualitativa não exista, pois na construção de nosso banco de dados precisávamos lidar com um conhecimento objetivo de teses de doutorado e artigos científicos desses profissionais para decidirmos a respeito de sua inserção ou não em nosso *corpus*⁶. Ao final de nosso trabalho, esperamos conseguir contribuir, para um primeiro passo em busca da compreensão da importância do monasticismo na medievalística brasileira.

⁶ Retornaremos mais abaixo à questão da formação de nosso *corpus* a partir dessa forma de análise qualitativa dos dados.

1. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Começaremos este primeiro capítulo indicando os motivos dele ter sido dividido em duas partes. Na primeira, faremos um sobrevoo na história e historiografia sobre o monasticismo ocidental medieval, enquanto na segunda, proporcionaremos uma breve contextualização do campo de História Medieval no Brasil. Essa divisão se justifica a partir do momento em que no panorama histórico/historiográfico faremos uso de uma historiografia já estabelecida sobre este movimento medieval que disputava, por meio de um discurso ascético e em diversos contextos, o ideal de vida cristão; por outro lado, na segunda parte, entraremos mais especificamente no campo acadêmico no qual o nosso objeto de pesquisa está inserido.

Nosso objetivo, nesse capítulo, será dar conta da delimitação de nosso objeto de pesquisa, qual seja, a importância dada ao monasticismo latino medieval na produção historiográfica medievalista brasileira. Para isso, procuraremos demonstrar, na primeira parte, a partir de um recorte bem amplo (por essa razão menos atencioso aos detalhes que compõem as diferenças existentes entre as abordagens historiográficas), como a história do monasticismo está diretamente ligada à história da Igreja, constituindo assim um dos pilares nos quais a sociedade medieval se sustenta, a *ecclesia*⁷. Enquanto na segunda parte, pretendemos propor uma breve análise do livro organizado por José Rivair Macedo com o intuito de apresentarmos um primeiro contato com o campo de História Medieval institucionalizado no Brasil. Acreditamos que assim daremos conta da delimitação de nosso objeto de pesquisa. Pois, se na primeira parte falaremos da importância do monasticismo para o entendimento da sociedade medieval e na segunda trataremos dos estudos medievais no Brasil, pensamos ter dado conta dos dois princípios que nortearam a delimitação de nosso objeto.

Desta maneira, esperamos demonstrar que cada etapa dessa pesquisa foi elaborada segundo reflexões teórico-metodológicas acerca do trabalho do historiador, da delimitação do objeto à estruturação da documentação, da metodologia privilegiada às conclusões parciais etc.. Nesse sentido, algumas leituras foram importantes para essa percepção do trabalho histórico e serão apresentadas ao longo do texto.

⁷ Para uma definição do conceito de *ecclesia* como trabalhado aqui Cf. BASCHET, Jérôme. A Igreja, instituição dominante do feudalismo. In: *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006 e IOGNA-PRAT, D. La iglesia: un edificio excepcional en el paisaje social. In: *Iglesia y sociedad en la Edad Media*. Cidade do México: UNAm, 2013, p. 13-31.

PARTE I: PANORAMA HISTÓRICO/HISTORIOGRÁFICO DO MONASTICISMO OCIDENTAL MEDIEVAL

Dividiremos a primeira parte deste capítulo em três momentos da história do monasticismo, momentos esses que dizem respeito mais ao nosso recorte operacional do trabalho histórico do que à importância dada a esses momentos pela historiografia. O recorte que propomos nesse longo período (do século IV ao XIII) procura dar uma atenção maior à institucionalização do monasticismo ocidental. Portanto, levaremos em consideração, no decorrer do texto, as implicações com relação a regra monástica que ganhou maior destaque no Ocidente cristão, bem como os desdobramentos dos debates em torno de sua utilização. Nesse sentido, apresentaremos uma leitura mais eclesiológica do que antropológica do movimento monástico.

Apresentaremos, então, breves considerações relativas à uma abordagem social da história da Igreja, procurando pensar sua relação com a história do monasticismo. Em seguida, falaremos acerca do surgimento do monasticismo no Ocidente e no Oriente, além de expor uma questão historiográfica sobre os momentos nos quais, em cada cultura, teria aparecido esse movimento. Continuando, passaremos rapidamente pela Regra de São Bento até o contexto de sua imposição no Império Carolíngio. Outrossim, um aspecto importante para a história do monasticismo, a partir da estrutura cronológica e espacial que seguiremos, é a construção e o fortalecimento da abadia de Cluny. Trataremos rapidamente da ascensão dessa ordem monástica em um contexto turbulento na cristandade latina até o período que foi entendido pela historiografia tradicional como tendo sido marcado por uma “crise” no cenobitismo no Ocidente.

A partir de então, procuraremos tratar das disputas discursivas do século XI e XII em torno da institucionalização de uma vertente monástica que ganha força nesse contexto, a vertente eremítica. Logo após, mas ainda acerca dessa suposta “crise” da vertente cenobítica, discorreremos sobre a Ordem de Cister e sua contestação das riquezas e da fraca observação da regra beneditina por parte dos cluniacenses. Ademais, exporemos a historiografia que entendeu a ascensão desses novos discursos, dessas novas práticas monásticas e ordens no contexto latino como uma “crise” do cenobitismo e proporemos uma localização epistemológica para a construção dessa ideia. Nesse momento do texto, como procuraremos explicitar, faremos um exercício de identificar os limites e as possibilidades de uma perspectiva teórica baseada no seu contexto sócio-histórico de produção.

Para finalizarmos essa primeira parte, apresentaremos o momento que acreditamos ser chave para uma compreensão da perda de força das concepções monásticas a respeito do mundo

medieval. Em um contexto de urbanização de uma sociedade que, por muito tempo, fora organizada por laços feudo-vassálicos baseados na terra, novas percepções de mundo gerariam novas realidades. São as disputas sobre a ortodoxia ou não dessas novas leituras de mundo que vão, de certa forma, fortalecer alguns grupos sociais em detrimento de outros. Buscaremos, nesse sentido, demonstrar a adaptação do monasticismo a esse novo contexto urbano e como a perda do monopólio do escrito teria gerado um enfraquecimento da visão de mundo monástica.

1.1 O monasticismo latino do século IV ao X

A historiografia recente que procura dar conta da história da Igreja prefere entendê-la como uma instituição em constante processo de construção durante o período que ficou estabelecido como a Idade Média⁸. Neste constante processo de institucionalização⁹, a ascese foi um dos elementos debatidos em concílios e gerava discordâncias que poderiam definir quão próximo certas práticas estavam do entendimento dos grupos em disputa pela Sé Romana ou do que poderia ser considerado uma heresia. A ascese, longe de ser um fenômeno de origem cristã, é apropriada por movimentos carismáticos ocidentais e orientais¹⁰ no início da era de Cristo. Caracterizada na filosofia grega como um conjunto de práticas e disciplinas determinadas pela austeridade e pelo autocontrole do corpo e do espírito que fortaleceriam a especulação teórica em busca da verdade, no cristianismo ela assume alguns contornos diferentes e seria constantemente remodelada de acordo com preceitos teológicos que seriam estabelecidos em cada período. O importante a se destacar deste assunto é que o movimento monástico medieval é caracterizado por intensas disputas em torno do que seria considerada “a boa ascese” e do papel deste comportamento na busca pela salvação. Nesse sentido, a construção da Igreja medieval está diretamente ligada à institucionalização do monacato, pois os grupos que se queriam hegemônicos não poderiam deixar escapar de seu controle um fenômeno de imenso prestígio popular que, em alguns casos, reivindicava para si um passado

⁸ ALMEIDA, N. B. O Alvo da História da Igreja e a História da igreja como alvo: o exemplo da idade média Central (séculos XI-XIII). *Rever*, São Paulo, n. 2, p. 65-78, 2004; IOGNA-PRAT, D. A história do “religioso” e do “sagrado” na França (1995-2010). In: ALMEIDA, N. B.; SILVA, E. M. (Org.). *Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014, p. 15-27; IOGNA-PRAT, D. op. cit., p. 13-31; LAUWERS, M. Como os historiadores do século XX escreveram a história da Igreja feudal? In: ALMEIDA, N. B.; SILVA, E. M. (Org.). *Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014, p. 29-58.

⁹ Entendemos a “institucionalização” da Igreja medieval como o estabelecimento de doutrinas e práticas que visavam enquadrar tanto a produção teórica quanto a vida prática dos membros desses grupos políticos que, nas diversas conjunturas deste longo período, disputavam a hegemonia da mediação entre o corpo social e o divino.

¹⁰ Quando se trata da divisão “Oriente” e “Ocidente”, nesse período, não devemos pensar em regiões geográficas objetivas, mas em uma divisão sobretudo linguística, sendo o mundo oriental definido por uma tradição grega e/ou semita por um lado, e, por outro, o ocidental a partir de uma tradição latina.

apostólico¹¹ e que demonstrava na prática, por meio de milagres, a força social de seu discurso ascético.

Muito já foi dito a respeito do surgimento do monasticismo cristão. Por muito tempo se acreditou que o monasticismo ocidental era uma exportação oriental, atribuindo a Atanásio a inserção desse movimento no Ocidente¹². Entretanto, para a historiografia mais recente, pelo menos a partir de Colombás, acredita-se em um aparecimento simultâneo dessa forma de discurso acerca da ascese cristã nessas duas culturas. No Oriente, temos acesso a documentos que comprovam seu surgimento nas regiões do Egito, Palestina e Síria no final do século III, enquanto para a cultura latina temos indícios de sua manifestação a partir do século IV, quando alguns ascetas latinos começaram a viver mais afastados do mundo¹³. Segundo Colombás, esse surgimento simultâneo não impediu que o monasticismo oriental exercesse grande “influência” sobre o ocidental¹⁴. De versões traduzidas para o latim de obras monásticas gregas aos relatos de viagens, sem nos esquecermos do próprio vocabulário empregado para tratar do assunto – que, por sua vez, está repleto de termos gregos, como a própria palavra que designa o praticante dessa forma de ascese: *monakhós*, do grego “que vive só” ou “solitário” –, temos diversas maneiras de encontrar, na cultura latina, a dita “influência” dos Pais do Deserto. Preferimos pensar, entretanto, em termos de “usos” e “apropriações” quando se trata das referências orientais no monasticismo ocidental, pois acreditamos que o termo “influência” produz um certo sentido de passividade nos agentes histórico-sociais em disputa. Portanto, um dos personagens mais importantes para a história do monasticismo ocidental, como João Cassiano (360-435), teria se apropriado de elementos discursivos já estabelecidos no Oriente para propor uma institucionalização da prática monástica latina – que, por sua vez, busca se afirmar por meio de uma maior aproximação à realidade clerical.

Se no Oriente temos personagens que ficaram famosos por práticas ascéticas extremas, por um discurso de fuga do mundo que, nesse sentido, desafiava a lógica das igrejas locais; no Ocidente, por outro lado, os personagens que gozaram de um maior prestígio foram aqueles que, de alguma forma, tentaram controlar essas práticas por meio de normatizações e regras que visavam enquadrá-las à essa realidade clerical em construção. O já mencionado João Cassiano (que ficou famoso por escrever, diretamente em língua latina, o primeiro texto destinado a

¹¹ PINHEIRO, R. A. B. *Da instituição do monacato à monaquização do episcopado na Provença de João Cassiano e dos lerinianos (séculos IV e V)*. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010, p. 49-74.

¹² COLOMBÁS, G. M. *El monacato primitivo*. 2 ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2014, p. 211.

¹³ COLOMBÁS, op. cit., p. 212.

¹⁴ Idem.

regular a vida no cenóbio no Ocidente), mas sobretudo Bento de Núrsia (480-547) são lembrados pelos seus escritos que valorizavam uma ascese controlada pela vida comunitária frente àquela desregrada e solitária vivida por líderes carismáticos documentados no Oriente. Todavia, os escritos de João Cassiano, bem como os de Bento, não deslegitimavam a vida anacorética dos Pais do Deserto¹⁵, apenas destacavam que a vida monástica comunitária, sob a autoridade de um abade, era uma etapa que deveria ser cumprida em busca da ascese perfeita. Um monge só poderia viver afastado do mundo, ou seja, completamente solitário, fora de uma comunidade e longe do alcance da autoridade abacial se antes cumprisse essa etapa comunitária e demonstrasse estar apto a praticar o anacoretismo, como podemos constatar na tipologia monástica encontrada no primeiro capítulo da regra de Bento:

É sabido que há quatro gêneros de monges. O primeiro é o dos cenobitas, isto é, o monasterial, dos que militam sob uma Regra e um Abade. O segundo gênero é o dos anacoretas, isto é, dos eremitas, daqueles que, não por um fervor inicial da vida monástica, mas através de provação diuturna no mosteiro, instruídos então na companhia de muitos aprenderam a lutar contra o demônio e, bem adestrados nas fileiras fraternas, já estão seguros para a luta isolada do deserto, sem a consolação de outrem, e aptos para combater com as próprias mãos e braços, ajudando-os Deus, contra os vícios da carne e dos pensamentos.¹⁶

Como podemos perceber nesse trecho da regra atribuída a Bento de Núrsia, no Ocidente, o monasticismo que seria mais forte desde o início seria o de matriz cenobítica. Os grandes nomes do monasticismo ocidental, como Bento de Núrsia, valorizaram em seus escritos a vida em comunidade, o que favorecia um maior controle eclesial da prática monástica.

A *Regula Monachorum*, ou regra de São Bento – pois seria atribuída a ele –, escrita no século VI, buscava dar conta do que seria a prática monástica ideal, do dia a dia do monge e até mesmo da estrutura do mosteiro. Em um contexto de surgimento de numerosas regras que visavam normatizar a vida das comunidades monásticas emergentes no Ocidente, a Regra de São Bento não era hegemônica, e, provavelmente, nem tinha a intenção de ser. Essa regra em particular só ganha a posição de destaque que teve no seio da documentação de mesmo tipo a partir da imposição feita por Bento de Aniane (747-821) na Reforma Carolíngia. Em um quadro de intensas reformas dentro do Império de Carlos Magno (742-814), Bento de Aniane teria liderado um concílio de abades, pouco tempo depois da morte do imperador, para divulgar a

¹⁵ Como os primeiros anacoretas do Egito, Palestina e Síria ficaram conhecidos

¹⁶ *Monachorum quattuor esse genera, manifestum est. Primum coenobitarum, hoc est monasteriale, militans sub Regula vel abbate. Deinde secundum genus est anachoritarum, id est heremitarum, horum qui non conversationis fervore novicio, sed monasterii probatione diuturna, qui didicerunt contra diabulum multorum solacio iam docti pugnare, et bene extructi fraterna ex acie ad singularem pugnam heremi, securi iam sine consolatione alterius, sola manu vel brachio contra vitia carnis vel cogitationum.* SÃO BENTO. I.1-13. *A Regra de São Bento*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003.

nova regra oficial de todas as casas monásticas dentro do Império Carolíngio. O *Codex Regularum*, que seria fruto de seus estudos e uma espécie de compilação da regra de São Bento, tornar-se-ia o livro que guiaria as casas monásticas dentro dos limites do Império. Assim sendo, a regra de Bento de Núrsia, no momento de produção, teria pretensões objetivas para a comunidade da qual seu redator era o abade, mas a partir do século IX, com a imposição do Império Carolíngio, ela toma proporções bem maiores. Ainda que, como podemos perceber na historiografia, nem a *Regula Monachorum*, nem o *Codex Regularum*, tenham sido únicas em toda a Europa latina¹⁷, poderosas ordens monásticas, que tinham suas bases na regra de São Bento, começaram a surgir na cristandade Ocidental. Uma delas, que teria um papel fundamental em um contexto de invasões e de instabilidade política, seria a Ordem de Cluny.

Do ponto de vista geográfico, Cluny se estabelece em terras doadas pelo duque da Aquitânia, Guilherme O Piedoso (875-918), que não foram atingidas pelas constantes invasões dos povos nórdicos no território da Gália. Além disso, reivindicando para si o papel de reformadora do cristianismo, a Ordem se torna especialista em liturgias funerárias¹⁸ – de crescente demanda em uma sociedade cuja espiritualidade havia sido abalada pelas constantes invasões e polêmicas envolvendo o clero¹⁹. Recebendo doações de nobres da região, reformando mosteiros que supostamente não observavam a regra beneditina da maneira correta, recebendo isenções do papado, além de ocupar um território que não sofreu com o terror das invasões que assolavam a cristandade naquela conjuntura, tudo isso proporcionou o enriquecimento da abadia de Cluny, que abriria mosteiros por toda a Europa, estabelecendo uma rede que a tornaria crucial para a manutenção do poder e da influência dos grupos que disputavam a hegemonia do episcopado romano²⁰. Portanto, a Ordem de Cluny acaba se tornando uma espécie de sustentação da *ecclesia* nesse mundo abalado por invasões e por relações tidas por simoníacas entre nobreza e clero e que colocavam à prova a legitimidade da mediação clerical entre o *saeculum* e o divino.

¹⁷ Para uma perspectiva da diversidade da vida monástica no continente europeu cf. MATTOSO, J. O monaquismo medieval português. In: MARQUES, M.A.F.; VISEU, L.C.A. (Org.). *Monasticon: História e Memória*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2012.

¹⁸ Sobre a liturgia funerária e a consagração do espaço medieval cf. LAUWERS, M. O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. Campinas: Unicamp, 2015.

¹⁹ Sobre as mudanças sociais e a importância dos ritos funerários de Cluny no ano 1000 Cf. IOGNA-PRAT, D. Les morts dans la comptabilité céleste des Clunisiens de l'an mille. In: IOGNA-PRAT, D.; PICARD, J. C. Religion et culture autor de l'an mille: royaume capétien e lotharingie. Paris: Picard, 1990, p. 55-69.

²⁰ Acerca da notoriedade assumida por Cluny no contexto da feudalização do Ocidente Cf. LAUWERS, M. *La mémoire des ancêtres, le souci des morts: morts, rites et société au Moyen Âge* (diocese de Liège, XIe-XIIe siècle). Paris: Beauchesne, 1997.

1.2 A “crise” do cenobitismo nos séculos XI e XII

Não obstante o sucesso do monasticismo cluniacense, de matriz beneditina, em um momento de grande turbulência na cristandade ocidental, outras casas passam a disputar o lugar das práticas monásticas no corpo social cristão. Referimo-nos a uma re-valorização do monasticismo anacorético, principalmente na região do norte da Península Itálica, entre os séculos XI e XII. Ao mesmo tempo relegado a segundo plano e entendido como um tipo de perfeição ascética inatingível pela vertente cenobítica, o eremitismo (ou anacoretismo) continuava sem receber muita atenção até os primeiros momentos de um período de reformas do clero que a historiografia convencionou a chamar de “Reforma Gregoriana”²¹. Nesse contexto, um importante personagem, envolvido nas disputas políticas do período, acaba por promover a institucionalização de práticas eremíticas ligadas à ermida de Fonte Avellana. Pedro Damiano (1007-1072), enquanto eremita e prior da referida casa monástica, atuou no sentido de valorizar a prática anacorética, colocando por escrito normas que regulavam a experiência comunitária eremítica; além de atribuir um possível passado eremítico a São Romualdo e reivindicar uma ligação direta dos monges anacoréticos com os apóstolos de Cristo²². Assim sendo, em um período de intensas disputas sociais em torno da posição dos clérigos frente aos leigos, o monasticismo anacorético de Pedro Damiano ajudou a delimitar as práticas ascéticas que passariam a ser exigidas do clero secular²³.

A essa altura, o monasticismo cenobítico como praticado pelos mosteiros ligados à ordem cluniacense, que havia enriquecido e, segundo alguns autores do período, abandonado a observação da regra de São Bento, recebe intensas críticas dos ditos reformadores. O próprio Pedro Damiano critica o modo como o cenobitismo vem sendo vivenciado nos mosteiros coetâneos por oposição ao exemplo de São Romualdo²⁴. Contudo, essa posição contrária ao monasticismo cenobítico não era generalizada, como bem destacou Claudia Regina Bovo em sua tese de doutorado²⁵. De fato, além das críticas feitas pelo monasticismo de vertente eremítica, outra ordem monástica muito importante para a história do monasticismo ocidental se instaura a partir dessa condenação imposta ao cenobitismo vigente, a Ordem de Cister. Alguns monges insatisfeitos com a observância da regra na Ordem de Cluny teriam deixado

²¹ Para mais sobre os problemas da denominação “Reforma Gregoriana” para o conjunto de reformas episcopais e monásticas dos séculos XI e XII cf. BOVO, C. R. *Em busca da Renovatio cristã: simonia e institucionalidade eremítica na correspondência de Pedro Damiano (1041-1071)*. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

²² BOVO, op. cit., p. 141-174.

²³ Ibidem, idem.

²⁴ Ibidem, p. 137-138.

²⁵ BOVO, op. cit., p. 139.

seus mosteiros e formado uma nova comunidade, na região da Borgonha, no final do século XI, dando origem assim à ordem dos chamados “monges brancos”, em oposição aos “monges negros” de Cluny. Tanto as críticas que vinham do monasticismo eremítico como as direcionadas pela ordem cisterciense não deslegitimavam o estilo de vida cenobítico em si, mas, ao contrário, reforçavam a necessidade de um retorno aos exemplos da vida apostólica, por um lado, e, por outro, uma leitura mais literal da regra de São Bento.

No final da década de 1950, mas sobretudo na década de 1960, autores como Jean Leclercq²⁶, Marcel Pacaut²⁷ e Norman Cantor²⁸ procuraram pensar essas críticas em termos de uma crise do cenobitismo ocidental vivida entre o final do século X ao XII. Essa crise pela qual passava o cenobitismo teria proporcionado a consolidação de novas práticas e ordens monásticas, entre elas a vertente eremítica do monasticismo. John Van Engen, à vista disso, propõe uma reconsideração dessa “crise cenobítica”. Ele demonstra como a ideia de “crise” não era mobilizada por nenhum conceito na documentação do período; além de evidenciar, por meio de uma análise econômica do patrimônio cluniacense, que não houve nenhuma perda, mas, ao contrário, que as doações à ordem dos monges negros em troca de seus cuidados funerários continuavam²⁹. Ademais, Claudia Bovo, pensando no caso eremítico, argumenta no sentido de uma mobilização da tópica cenobítica para instaurar uma retórica acerca da institucionalização das práticas desse tipo de monasticismo. Dito de outra forma, Pedro Damiano teria usado as boas práticas cenobíticas para criticar mosteiros e monges, sobretudo desviantes, que não estariam praticando corretamente a ascese cuja emulação maior seria o próprio Cristo, e oferecendo, por outro lado, um modelo anacorético como uma forma de reforçar a devida austeridade no caminho para o conhecimento divino, que por sua vez levaria à salvação eterna³⁰. Dessa maneira, acreditamos que na perspectiva de Bovo, Damiano não teria proposto uma substituição do cenobitismo pelas práticas anacoréticas, o que implica em um não-binarismo entre as duas práticas no discurso do prior de Fonte Avellana.

Cabe mencionar o lugar dessa historiografia que procurou pensar o aparecimento de novas vertentes e ordens monásticas como resultado de uma “crise” do cenobitismo. Nossa pesquisa, interessada em propor uma análise sociológica a respeito da produção e reprodução

²⁶ LECLERCQ, J. La crise du monachisme aux XI et XII siècles. *Bulletino dell'istituto Storico Italiano per il Medio Evo*, 70, 1958.

²⁷ PACAUT, M. *Les ordres monastiques et religieux au Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 2005, p. 14-26.

²⁸ CANTOR, N. The crisis of western monasticism – 1050-1130. *American Historical Review*, n. 66, jan.-jun., 1960.

²⁹ VON ENGEN, J. The crisis of cenobitism reconsidered: Benedictine Monasticism in the years 1050-1150. *Speculum*, n. 61, jul.-dez., 1986.

³⁰ BOVO, op. cit., p. 131-140.

do conhecimento acerca do monasticismo latino na medievalística brasileira, aproxima-se de reflexões em torno da Sociologia do Conhecimento³¹. Nesse sentido, as condições de produção do conhecimento científico se tornam um horizonte possível para futuras pesquisas, pois não realizaremos, nessa monografia, como dito anteriormente, esse tipo de análise com relação aos trabalhos dos medievalistas que organizamos em nosso *corpus* documental. Até porque, segundo as reflexões de Michel de Certeau, quanto mais próximo do momento de construção do conhecimento, mais difícil se torna para o historiador captar as condições de produção do trabalho de significação do passado³². Deste modo, pelo fato de estarmos afastados epistemologicamente da historiografia que instaurou a ideia de “crise” do cenobitismo medieval nos séculos X-XII, é possível pensarmos uma primeira proposição acerca dos contatos entre o campo de produção de conhecimento em história e o seu contexto sócio-histórico de produção³³. Isto posto, acreditamos que a divisão político-econômica vigente entre o Ocidente capitalista e o Oriente socialista (fundamentalmente União Soviética e a República Popular da China), nas décadas de 1950-60, proporcionou, durante esses primeiros anos do pós-guerra, uma valorização de certa postura teórica que privilegiava o uso de dicotomias ou binarismos para pensar o passado. Portanto, o mundo dividido em duas lógicas políticas estruturantes após a Segunda Guerra Mundial teria propiciado essa visão de uma crise generalizada do monasticismo cenobítico no Ocidente, que, por sua vez, seria substituído por novas práticas que surgiam naquele contexto. Nessa perspectiva, a crítica de Claudia Bovo explicitada acima, de um não-binarismo entre o discurso eremítico e o cenobítico, faz sentido para um contexto epistemológico que não pensa em termos de oposições fechadas e objetivas.

1.3 As mudanças do século XII-XIII

Entrando no século XII e XIII, nesse sobrevoo na história do monasticismo, percebemos que as mudanças sociais do período – e estamos falando do intenso processo de urbanização, iniciado ainda que de forma muito incipiente no século XI – proporciona

³¹ Para uma introdução à Sociologia do Conhecimento Cf. FRANCO, C. Introdução à sociologia do conhecimento. Bauru: EDUSC, 2000.

³² CERTEAU, M. Fazer história. In: *A escrita da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

³³ Nossa intenção nesse trecho é a de propor, ensaisticamente, um modo de articular uma certa produção historiográfica ao seu contexto sócio-histórico de produção. Mobilizamos aqui, para nos auxiliar nesse sentido, a reflexão que Michel de Certeau desenvolve a partir do tratamento em História da *ideologia religiosa* para pensar a produção do lugar do historiador. Cf. CERTEAU, op. cit., p.3-44.

mudanças profundas no modo como aquela sociedade pensava a sua relação com o corpo social e com o divino, o que, por sua vez, estaria diretamente ligado à organização social daquele contexto. Outrossim, sabemos da importância das práticas de escrita para a manutenção e a ampliação do poder em sociedades cuja esmagadora maioria de seus integrantes são analfabetos³⁴. Em vista disso, é importante destacar que os monges, nesse período de profundas mudanças sócio-religiosas, perdem o seu papel na *educação*, o que os faz perder a centralidade que possuíam na produção escrita e, de maneira mais contundente, portanto, sua forma de compreensão da realidade social passa a perder força como princípio organizador daquele mundo. Sendo assim, se desde o início convencional do período entendido como Idade Média temos a contribuição monástica para o entendimento da organização social daquele mundo como a mais importante em termos de produção e circulação de textos, a partir de então vemos surgir outros locais de produção de conhecimento. Um exemplo desses novos lugares de produção de textos e, por conseguinte, de novas percepções de mundo é a *universitas*, local privilegiado, agora, para a formação de novos profissionais que atenderiam às recentes demandas sociais do espaço urbano.

Espaço que demandaria muito mais do que apenas profissionais, demandaria também novas formas de sociabilidade, pois o século XII vê nascer, como falamos acima, novas percepções de mundo, o que os grupos políticos em disputa pela Sé Romana naquele contexto e, sobretudo, a partir do século XIII, caracterizariam como heresias. Para combater essa proliferação de entendimentos sobre não só à teologia e à doutrina cristã, mas também quanto aos próprios ritos que renovariam o papel social da fé naquela sociedade, esses grupos procuraram se unir com aqueles estrategicamente importantes para a manutenção de seu poder em determinadas regiões e cidades. Foi nessa dinâmica não só social, mas sobretudo política e epistêmica³⁵, que o papa teria canonizado certas pessoas (ou melhor, agentes discursivos) em detrimento de outras, transformando, assim, certos grupos que até então eram considerados dissidentes em representantes da ortodoxia romana em cidades estrategicamente importantes³⁶.

Nesse contexto, portanto, o discurso ascético monástico acerca do abandono do mundo visando a busca da aproximação de Deus por meio de uma emulação da vida de Cristo, que teria vivido uma vida de privações e de lutas contra os demônios no deserto, passa a perder a

³⁴ Para mais a respeito das práticas escritas cf. ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Tradução: Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; para um período diferente do medieval, mas cuja reflexão também nos ajuda a pensar o papel social do escrito, cf. CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

³⁵ Levando em consideração que existia visões de mundo conflitantes em jogo.

³⁶ Sobre o debate acerca da canonização da ordem franciscana Cf. MAGALHÃES, A. P. T. A ordem franciscana e a sociedade cristã: centro, periferia e controvérsia, In: Revista Ágora, n. 23, 2016, p. 154-168.

força de coesão social que detinha durante os séculos passados. O monasticismo, desde os primeiros processos de institucionalização de suas práticas no Ocidente, já enfrentava certas dificuldades com as contradições geradas a despeito do pensamento teológico de herança patrística. Assim, devido aos discursos dissidentes que ganham força no século XII, Bernardo de Claraval (1090-1153), de certa forma, relativiza o papel da *solidão*³⁷ monástica na busca pela salvação. Como seria possível exercer a *Caritas*, que seria o ordenamento das emoções no sentido do amor universal³⁸ em busca da aproximação do amor de Cristo, dentro de uma prática monástica que pregava a *fuga mundi* como um pressuposto para o estabelecimento da boa ascese? Nos séculos anteriores, os monges buscavam lugares afastados da sociedade para erigir mosteiros ou ermidas, o que acabava gerando, no entorno dessas construções, novas habitações de pessoas buscando alimentos que, por meio do exercício da *Caritas*, eram doados aos pobres. Essas habitações, posteriormente, transformar-se-iam em novas aglomerações sociais; dialeticamente, tal adensamento demográfico faria os monges procurarem outros lugares desabitados, produzindo uma espiral que assentaria a cristandade ocidental em territórios antes inabitados. De certa forma, contrariamente a essa espiral, para Bernardo de Claraval, vetor da mística cisterciense e em um cenário de urbanização, o monge passa a encontrar a solidão independentemente de estar só fisicamente. A doutrina da Caridade em Bernardo, dessa maneira, ganha contornos um pouco diferentes, pois a partir dele, o monge passa a estar apto a exercer a *Caritas* por meio de suas orações no claustro³⁹. Relativizando o discurso da solidão e readequando as práticas monásticas ao exercício da *Caritas*, os pensamentos de Bernardo são grandes indícios de profundas mudanças naquela sociedade.

Logo, percebemos no século XII um esforço dos pensadores ligados aos movimentos monásticos para compreender as mudanças ocorridas no âmbito social, econômico, cultural e político daquela sociedade, e esses esforços de compreensão identificados na documentação do

³⁷ Para mais sobre o discurso monástico sobre a solidão cf. CASTANHO, G. *Entre a ermida e a cidade: solitários sociáveis e a produção de significados no século XII*. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; CASTANHO, G. Solidão medieval: forjando as bases de um monopólio. In: Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. 19., 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2008; CASTANHO, G. Por uma sociologia da solidão medieval: isolamento, sociedade e religião em contexto normativo monástico (mundo latino, séculos IV-XII). *Revista Signum*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 196-214, 2015; CASTANHO, G. A polissemia (social) do deserto: uma história do tópos histórico e historiográfico da solidão monástica no contexto latino medieval. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 173, p. 115-139, jul.-dez., 2015.

³⁸ Sobre o universalismo na filosofia medieval, ver KLIMA, G. Naturezas: o problema dos universais. In: MCGRADY, A. S. (Org.). *Filosofia medieval*. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

³⁹ Para mais sobre a produção intelectual de Bernardo de Claraval acerca de uma nova concepção da Caridade cf. PEREIRA, A. P. L. *"Deus amicitia est". Caridade e Amizade em perspectiva comparada: as vitae de beatas da diocese de Liège no século XIII face à Doutrina da Caridade na Patrística e na Mística Cisterciense*. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

período cria realidades, ou seja, proporciona novas maneiras de produção de significados das relações sociais. Perceber essas mudanças na percepção das organizações sociais é, fundamentalmente, o interesse do historiador. Pois, dessa maneira, além de percebermos como os indivíduos do passado pensavam sua sociedade, conseguimos localizar a produção dessas ideias no próprio contexto social, evitando uma história das ideias que descole a produção intelectual das relações sociais. Destarte, acreditamos que essas mudanças na compreensão monástica de seu papel social demonstra o impacto produzido na cristandade ocidental pelas disputas discursivas em voga naquele contexto. O surgimento de uma piedade laica nos séculos XII-XIII desembocaria na canonização de ordens mendicantes, de ordens de beatas, enquanto o ambiente acadêmico e urbano levaria à ortodoxia ordens de pregadores laicos. O advento dessas ordens religiosas no meio laico teria gerado uma necessidade, no meio monástico regular, de uma reafirmação do seu papel social, como teria proposto o já mencionado Bernardo de Claraval ao tentar encaixar o monge que queria fugir do mundo na realidade das cidades que se constituíam como uma nova forma de organização do espaço social.

Esperamos ter demonstrado de forma sucinta, nas páginas acima, como o monasticismo latino medieval ajudou a construir, a manter e a difundir um dos pilares da organização social entre os séculos IV e XIII. Referimo-nos aqui à *ecclesia*, como trabalhada por Alain Guerreau na qualidade de um sustentáculo institucional, juntamente das relações sociais e econômicas implicadas pelo *dominium*, do período entendido como Idade Média. Segundo o historiador francês, quando essas duas bases roem, temos o fim das relações que configuravam as sociedades entre o período de assimilações germânicas na cultura latina e o surgimento dos Estados Modernos⁴⁰. Logo, o monasticismo se torna não só um importante objeto final de pesquisa, mas também um meio imprescindível para o trabalho do historiador interessado em refletir sobre a sociedade medieval. Pois, esse movimento, dinâmico e diverso em seus vários contextos, atuou como um produtor e reproduzidor da fé cristã, seja ajudando na cristianização de povos pagãos, seja atuando como desbravador de territórios inóspitos e levantando mosteiros ou ermidas onde regras baseadas no sistema de fé cristão seriam observadas, além do fato de terem proporcionado a produção e reprodução de textos teológicos e normativos que circularam entre essas casas monásticas por todo o Ocidente.

⁴⁰ GUERREAU, A. *L'avenir d'un passé incertain: quelle histoire du moyen âge au XXIe siècle?* Paris: Éditions du Seuil, 2001.

Tendo em vista a importância do monasticismo para a organização social medieval, cabe agora nos questionar sobre a dimensão institucional da produção de conhecimento acerca do monasticismo no recente campo de estudos de História Medieval do Brasil. Esse esforço, retomando o que foi dito anteriormente, é o primeiro, no país, no sentido de promover um levantamento de dados e de uma primeira análise sociológica da produção historiográfica da medievalística nacional sobre o monasticismo latino. Dito isto, a partir de agora, discorreremos acerca do campo de história medieval no Brasil antes de partir para o nosso objeto propriamente dito⁴¹.

PARTE II: UMA INTRODUÇÃO AO CAMPO DE HISTÓRIA MEDIEVAL NO BRASIL

A partir de agora, proporemos uma introdução aos estudos medievais brasileiros a partir de uma análise do livro organizado por José Rivair Macedo, que busca catalogar todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas e defendidas no Brasil e que tratam do período medieval. O livro pretende dar conta da existência objetiva de um campo de estudos em pleno desenvolvimento institucional no país. Para tanto, reúne trabalhos da área de Filosofia, História e Letras, produzidos entre 1990 e 2002, visando uma percepção dos estudos medievais brasileiros para além da área de História. Nesse sentido, apresentaremos nessa segunda parte do capítulo uma visão geral do que podemos encontrar no livro de Macedo e como o mesmo, com a ajuda de diversos colaboradores, idealizou uma espécie de manual de pesquisa que se propõe a tratar do desenvolvimento do interesse, bem como da institucionalização do conhecimento a respeito da Idade Média no país.

Assim, começaremos por uma pequena apresentação de Macedo com a finalidade de não somente localizar a obra em seu interesse de pesquisa, mas também de localizar o próprio organizador para fins de autoria do projeto em questão. Mostraremos que no decorrer de sua carreira Rivair Macedo passou a se interessar pelos estudos da África e se tornou um importante pesquisador da área, mas que antes dessa mudança de ares defendera uma tese de doutorado e produzira diversos artigos que tinham como recorte espacial e temporal a Europa medieval, além de ter demonstrado claro interesse no desenvolvimento dos estudos medievais no Brasil. Ainda em sua apresentação, procuraremos mostrar o diálogo a respeito da institucionalização do campo de História Medieval entre Macedo e outros autores, demonstrando que pelo menos

⁴¹ Consideramos que uma análise historiográfica do monasticismo na historiografia brasileira não fazia parte de nosso objetivo central de pesquisa, como explicitamos na introdução deste trabalho. Portanto, nas páginas que se seguem, procuramos contextualizar o campo de história medieval como um todo no Brasil a partir de uma obra catalográfica de teses e dissertações organizada por José Rivair Macedo.

até o ano de 2010 houve um forte interesse em pensar a institucionalização desse campo de estudos.

Logo após, procuraremos tratar do livro propriamente dito. Entendemos a produção do mesmo como um esforço inter-regional e interdisciplinar por se tratar de um projeto que busca colaboradores não só de outras regiões do Brasil como também de outras áreas do conhecimento. Contudo, para além de uma descrição do catálogo, entraremos em seu “Índice de assuntos”, localizado na segunda parte da livro, para uma rápida análise dos temas e dos trabalhos que Macedo coloca em cada um deles. Após essa visão geral a respeito dos temas listados pelo organizador, olharemos com mais atenção para o tema “Monasticismo” e para os trabalhos que foram classificados como integrante do mesmo. Buscaremos entender como e por que alguns trabalhos não foram inseridos nessa classificação e proporemos uma contagem dos trabalhos baseada em nossa leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos ali listados.

Com isso, ao finalizarmos esse capítulo, esperamos dar conta da delimitação de nosso objeto com a introdução histórica e historiográfica do monasticismo e uma primeira percepção dos estudos medievais brasileiros, já preocupados com a dimensão dos estudos monásticos. Assim sendo, o livro organizado por José Rivair Macedo se torna uma importante ferramenta para uma visão geral desse campo de estudos durante esses dez anos que se propõe a dar conta, mas também nos oferece uma primeira ideia da produção de conhecimento científico-institucional sobre monasticismo nessa medievalística em formação no país.

1.4 De História Medieval à História da África: apresentando José Rivair Macedo

Diversos autores se propuseram a falar sobre os estudos medievais no Brasil, uma bibliografia indicativa nos é apresentada no texto de Wanessa Colares Asfora, Eduardo Henrik Aubert e Gabriel de Carvalho Godoy Castanho, onde os mesmos procuram empreender uma história institucional do campo de História Medieval no país. Assim, encontramos na nota 12 (doze) de seu artigo *L'histoire médiévale au Brésil: Structure d'un champ disciplinaire* referências o suficiente para uma primeira perspectiva da historiografia medieval brasileira⁴². Podemos encontrar nessas referências um artigo produzido por José Rivair Macedo e publicado na revista italiana *Reti Medievali Rivista*, onde logo no início, o pesquisador, citando Umberto

⁴² Cf. ASFORA, W. C.; AUBERT, E. H.; CASTANHO, G. C. G. *L'histoire médiévale au Brésil. Structure d'un champ disciplinaire*. In: Eliana Magnani. (Org.). *Le Moyen Âge vu d'ailleurs: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*. 1 ed. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2010, p. 7-8. Destacamos ainda, que a definição de campo disciplinar empregada pelos autores é tributária de: BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

Eco, diz que o fascínio do grande público recai sobre uma “Idade Média sonhada”, ao invés do período histórico de formação da Europa cristã ocidental⁴³. O artigo de Macedo, publicado em 2006, diz que “só muito recentemente se pode falar de um efetivo interesse pelos estudos medievais em nosso país”⁴⁴, sendo assim, o texto dos três autores supracitados e o pequeno artigo de Rivair Macedo dialogam quando esse propõe uma pequena introdução da recente atenção dada aos estudos medievais no Brasil, enquanto o outro, publicado quatro anos depois, apresenta a institucionalização desse campo de estudos até então.

José Rivair Macedo é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade e é coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da mesma instituição⁴⁵. Contudo, Macedo não se dedicou aos estudos africanos durante toda a sua carreira, de acordo com informações adquiridas em seu currículo Lattes – importante ferramenta para nossa pesquisa, como apresentaremos a seguir – o pesquisador se voltou para essa área do conhecimento a partir do ano de 2007, ou seja, um ano após a publicação de seu artigo citado anteriormente. Macedo concluiu seu doutorado em 1993 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, defendendo a tese intitulada *Tolosanos, cátaros e faidits: conflitos sociais e resistência armada no Languedoc durante a Cruzada Albigense*, orientada pelo professor já aposentado José Roberto de Almeida Mello. Entre seus últimos artigos publicados na área de História Medieval podemos citar *O real e o imaginário nos fabliaux medievais*, publicado em 2004 na revista *Tempo da UFF*⁴⁶, *Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os signa loquendi de Albobaça*, de 2003, publicado na revista *Signum*⁴⁷ e *O sangue nos romances arturianos*, esse publicado na *Brathair*, também no ano de 2003⁴⁸.

Como podemos ver, do início de sua carreira até o ano de 2007, Macedo se dedicou aos estudos medievais, entretanto, como o mesmo disse em 2006 a respeito dessa crescente área de estudos no país:

Faltam-nos formação especializada em disciplinas de apoio importantes e articulação institucional mais consistente. Mas há interesse e disposição crescente em aprofundar nossos conhecimentos, obter material de primeira mão, aprimorar conceitos e métodos de trabalho. São indícios de que estamos

⁴³ MACEDO, op. cit., p. 1

⁴⁴ Idem, Ibidem.

⁴⁵ Informações disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/7747731188919060>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

⁴⁶ MACEDO, J. R. O real e o imaginário nos fabliaux medievais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 13-32, 2004.

⁴⁷ MACEDO, J. R. Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os signa loquendi de Albobaça. *Signum*, São Paulo, v. 5, p. 133-167, 2003a.

⁴⁸ MACEDO, J. R. O sangue nos romances arturianos. *Brathair*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 25-30, 2003b.

no caminho certo para a consolidação de um campo de estudos sobre a Idade Média em nosso país.⁴⁹

É o processo de consolidação desse campo que Asfora, Aubert e Castanho apresentam em seu texto, bem como o que procuramos apresentar aqui (a partir dos estudos monásticos) se caracteriza como uma consequência do desenvolvimento e institucionalização desse campo no Brasil. No entanto, para introduzirmos nosso trabalho, voltaremos alguns anos na carreira de José Rivair Macedo, quando ele organiza e publica um pequeno livro intitulado *Os estudos medievais no Brasil: Catálogo de dissertações e teses: Filosofia, História, Letras (1990 – 2002)*⁵⁰.

1.5 Os estudos medievais no Brasil: de 1990 a 2002

O livro, publicado em 2003 pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi organizado por Macedo, teve o auxílio na organização da coleta de informações da pesquisadora da área de Letras Lênia Márcia de Medeiros Mongelli e do filósofo Luís Alberto de Boni, além das colaborações da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, da professora da Universidade Estadual de Campinas Néri de Barros Almeida, do professor da Universidade de São Paulo Flávio de Campos entre diversos outros. Como podemos ver, a produção do livro se dá a partir de uma rede de profissionais que não se encerra em uma única universidade ou área de atuação, trata-se de um esforço inter-regional e interdisciplinar promovido pela Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) com a finalidade de sintetizar trabalhos realizados para a obtenção de títulos acadêmicos, onde mestrandos e/ou doutorandos procuram tratar do período entendido como Idade Média⁵¹. Na introdução do trabalho, José Rivair Macedo diz que, salvo engano, esse seria o primeiro esforço de uma reunião sistemática dessas teses e dissertações a respeito do período medieval no Brasil⁵².

Estruturalmente falando, o livro está dividido em duas partes. Na primeira, temos a listagem de todos esses trabalhos, enquanto na segunda encontramos alguns índices preparados para facilitar a consulta, segundo o organizador. Esses índices estão separados primeiramente

⁴⁹ MACEDO, 2006, p. 7.

⁵⁰ MACEDO, J. R. (Org.). *Os estudos medievais no Brasil: catálogo de dissertações e teses – Filosofia, História, Letras (1990-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2003c.

⁵¹ Entendemos o recorte espacial e temporal da Idade Média a partir do recorte proposto por Hilário Franco Junior como a Europa Ocidental e Oriental (Império Bizantino) do século IV ao XVI. Cf. FRANCO JR, H. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 14.

⁵² MACEDO, op. cit., p. 7.

por “Assuntos”, logo em seguida por “Autores e obras”, e, por último, “Orientadores”. Na primeira parte, as teses e dissertações estão listadas por ordem alfabética, levando em consideração somente o último sobrenome dos autores. Apresentada a estrutura do catálogo, focaremos, agora, na segunda parte do livro, mais precisamente no índice de assuntos. Nessa parte do livro, Macedo demonstra a diversidade de assuntos tratados nessas dissertações e teses a respeito da Idade Média. Os assuntos estão listados em ordem alfabética, de “Acentuação” até “Zéjel”, passando por “Casamento”, “Estética”, “Ideário cavaleiresco”, “Igreja”, “Imaginário”, diferentes tipos de “Medievalismo”, “Mulher”, “Pensamento político”, “Realeza”, “Religiosidade” e diversos outros assuntos, temos cerca de 280 (duzentos e oitenta) temas com os quais esses mestrandos e doutorandos trabalharam em suas dissertações e teses.

Alguns assuntos como “Honra”, “Medo”, “Ironia” e “Liberdade”, por exemplo, apresentam somente um trabalho cada. Entretanto, se pensarmos temas mais recorrentes hoje como, por exemplo, “bruxaria”, “crime”, “judeus”, “memória” dentre outros, encontrarmos somente um trabalho sobre cada um desses assuntos em uma síntese de teses e dissertações de 1990 a 2002 pode ser um sinal de um aumento considerável de atenção dada a esses temas ao longo dos anos na medievalística brasileira. Por outro lado, os temas mais recorrentes em trabalhos nesse período de nossa historiografia medieval são “Realeza (concepção de)” com 30 (trinta) trabalhos listados, “Mulher” com 25 (vinte e cinco), “Ideário cavaleiresco” com 22 (vinte e dois) trabalhos, seguido de “Imaginário”, “Pensamento político”, “Maravilhoso” e “Religiosidade”, respectivamente com 19 (dezenove), 18 (dezoito) e os dois últimos com 17 (dezessete) trabalhos. Para além de números, uma análise qualitativa desses trabalhos demonstraria o diálogo da historiografia medieval brasileira com a historiografia internacional, pois sabemos que temas como “Mulheres” e “Imaginário” eram trabalhados à exaustão durante as décadas de 1980 e 1990.

Antes de analisarmos a quantidade de trabalhos a respeito do monasticismo nesse catálogo, é importante frisarmos que as quantidades apresentadas acima estão de acordo com o índice de assuntos na segunda parte do livro. Não fizemos a nossa leitura dos resumos dessas dissertações e teses buscando trabalhos a respeito do “Império Germânico” ou da “Retórica”, logo, os números de trabalhos apresentados pelo autor estão expostos aqui sem uma preocupação crítica relativa a eles. Todavia, uma leitura crítica foi feita buscando trabalhos que tratavam do monasticismo medieval, o que nos fez chegar a um número diferente do apresentado por Macedo. Em seu índice de assuntos, nos é apresentado o número de seis trabalhos entre os campos da Filosofia, Letras e História que procuraram explorar o

monasticismo, produzidos entre os anos de 1990 e 2002⁵³. Como dito anteriormente, na primeira parte do livro temos os trabalhos listados em ordem alfabética, além de estarem numerados. No índice de assuntos, para facilitar a consulta, o autor coloca os temas também em ordem alfabética, bem como os números correspondentes aos trabalhos sobre o respectivo tema. Com relação ao monasticismo temos os trabalhos de número 55 (cinquenta e cinco), 118 (cento e dezoito), 132 (cento e trinta e dois), 201 (duzentos e um), 220 (duzentos e vinte) e 285 (duzentos e oitenta e cinco), totalizando os seis trabalhos que destacamos acima⁵⁴.

Percebemos que o autor não encerra uma dissertação ou tese em somente um assunto, há algumas repetições de números de trabalhos em temas diferentes. O que sugere que um trabalho pode tratar da “Legislação” bem como do “Poder temporal”, como é o caso da dissertação de mestrado de Flávio Ferreira Paes Filho⁵⁵. No tocante aos trabalhos sobre o monasticismo, só o 118 (cento e dezoito) não se repete em nenhum outro assunto, ou seja, dos seis propostos, apenas um trabalho se encerra na categoria “Monasticismo” dos assuntos sugeridos por Macedo. Sendo assim, destacamos os temas “Administração monárquica”, “Alcobaça (mosteiro de)”, “Cidades”, “Espaço”, “Franciscanismo”, “Hagiografia”, “Indivíduo”, “Interioridade”, “Lágrimas”, “Propriedade”, “Religiosidade”, “Sincretismo cristão” e “Tempo” como interligados ao assunto “Monasticismo”. Isto posto, salientamos que em nossa leitura dos resumos apresentados encontramos pelo menos mais dois trabalhos além dos seis que Rivair Macedo já propusera a respeito do monasticismo, são eles a dissertação de mestrado de Claudia Menezes da Cruz acerca do simbolismo do Graal e da ideologia cisterciense⁵⁶, além da dissertação de Valéria Fernandes da Silva, orientada pela professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, sobre as relações de gênero durante o processo de construção do Mosteiro de São Damião⁵⁷.

A dissertação de Claudia Cruz foi apontada por Macedo em dois assuntos, são eles “Cistercienses” e “Graal”, o que nos indagou a respeito dos motivos do organizador do catálogo ter optado por separar os cistercienses do monasticismo como um todo. Se foi uma opção que tinha como objetivo uma definição mais específica, por que não encontramos assuntos como “Monasticismo primitivo”, onde entraria a tese de Teresa Candolo, por exemplo⁵⁸? Além disso, o assunto “Cistercienses” conta somente com o trabalho de Cruz, o que significa que a

⁵³ MACEDO, 2003c, p. 147.

⁵⁴ Ibidem, idem.

⁵⁵ Ibidem, p. 101

⁵⁶ Ibidem, p. 57.

⁵⁷ Ibidem, p. 125.

⁵⁸ MACEDO, 2003c, p. 49.

dissertação de mestrado de Maria Beatriz Gonçalves, que trata da atuação dos monges de Alcobaça, um mosteiro cisterciense, junto à realza no governo de D. Dinis⁵⁹, ficou de fora desse assunto. Em nossa leitura, categorizaríamos o trabalho de Cruz em “Monasticismo”. Outrossim, a dissertação de Valéria da Silva foi classificada com os assuntos “Mulher” e “São Damião (mosteiro de)”, ficando de fora do “Monasticismo” classificado por Macedo. A dissertação da autora, defendida em 2001, procura estudar os primórdios do Mosteiro de São Damião, discutindo as diretrizes de gênero nas regras beneditina e franciscana, bem como nas formas de vida impostas pela Igreja a essa comunidade no século XIII⁶⁰. Como veremos a seguir, a orientadora desse trabalho de mestrado, Andréia Frazão, é uma importante orientadora de teses e dissertações acerca do monasticismo, mas para além disso, acreditamos que este trabalho específico teria espaço na categoria “Monasticismo” por se preocupar com a organização da vida monástica a partir das imposições de questões de gênero do período nas regras desse mosteiro específico.

Sendo assim, em nossa leitura, o número de trabalhos a respeito do monasticismo no catálogo de José Rivair Macedo – que procura reunir, se não todas, a grande maioria possível de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a Idade Média produzidas entre o período de 1990 a 2002, das áreas de História, Filosofia e Letras – é de oito teses e dissertações, sendo seis de História e duas de Letras. O número que chamou nossa atenção foi o de apenas uma tese de doutorado, enquanto sete dos trabalhos a respeito do monasticismo são dissertações de mestrado. Isso indica que de 1990 a 2002 tivemos um período de maior articulação de conhecimentos a respeito do monasticismo medieval que uma produção de novos conhecimentos propriamente ditos no Brasil⁶¹. Portanto, nesse período de estruturação do campo de História Medieval no país, o monasticismo ainda não despertava o interesse de pesquisadores em nível de doutorado na medievalística brasileira, que se encontrava no início de seu processo de formação e institucionalização.

⁵⁹ Ibidem, p. 74.

⁶⁰ Ibidem, p. 125-126.

⁶¹ Mais à frente explicamos por que entendemos que teses de doutorado seriam, idealmente, produtoras de um novo conhecimento a respeito de um objeto, diferente da dissertação de mestrado, que procura ordenar conhecimentos já produzidos.

Como podemos notar, o catálogo organizado por José Rivair Macedo pode ser usado de diversas maneiras para entender a formação e institucionalização da medievalística no Brasil. O pequeno livro procura dar conta da existência objetiva de um campo de estudos, listando trabalhos que foram defendidos em programas de pós-graduação vinculados a instituições de ensino superior no país. Acreditamos que 333 (trezentos e trinta e três) trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação é um número expressivo e, nesse sentido, daria conta dos contornos institucionais do campo de estudos medievais brasileiro. Desta forma, de acordo com a catalogação aqui analisada, podemos concluir que nesse primeiro momento de estabelecimento dos estudos medievais no Brasil havia uma preocupação maior com as concepções de realeza e com os estudos sobre a atuação das mulheres no período medieval. Além disso, podemos dizer que o monasticismo estava em um processo de articulação de conhecimentos nesse período, e que não havia um interesse significativo com relação ao tema.

Sendo assim, procuraremos apresentar nos capítulos seguintes o lugar desse movimento social, político, econômico e, sobretudo, religioso para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais do período entendido como Idade Média na medievalística brasileira. Levaremos em consideração esse primeiro momento analisado dos estudos medievais no Brasil a partir do livro de Rivair Macedo, no qual encontramos apenas oito trabalhos acerca do monasticismo, sendo sete deles dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, o que configura essa década de formação e estruturação do campo como uma fase ainda “inicial” dos estudos monásticos. Além disso, procuraremos perceber se houve algum aumento de interesse no tocante ao monasticismo a partir não só de trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação, mas também na produção intelectual do autor como um todo, levando em conta a produção de artigos, livros, capítulos em livro e até mesmo projetos de pesquisa.

Como dito acima, para a análise proposta nessa monografia, desenvolveremos um primeiro olhar sociológico da institucionalização acerca dos estudos sobre o monasticismo medieval, o que proporcionará conclusões parciais importantes sobre a estruturação do campo de História Medieval no país. Um primeiro olhar sociológico para o campo pensando os estudos monásticos precisava ser feito, já que não há uma maneira melhor de começar do que tendo uma percepção da dimensão desses trabalhos dentro de um universo institucionalizado de produção intelectual. Para tanto, um primeiro passo na procura da importância dada ao monasticismo nos estudos medievais brasileiros fora concluído nesse primeiro capítulo, ao analisarmos o catálogo organizado por José Rivair Macedo; onde encontramos um índice de assuntos que nos informava haver somente seis trabalhos referentes ao monasticismo listados na primeira parte da obra. Contudo, como ficou comprovado em nossa leitura, poderíamos

destacar pelo menos mais dois trabalhos a esses classificados por Macedo, o que nos faz concluir que, para além de uma fase de articulação de conhecimentos sobre o monasticismo medieval no Brasil, não havia uma preocupação de fato com o que se caracterizaria como um trabalho que estivesse de fato produzindo um conhecimento a respeito do monasticismo medieval, e é essa preocupação que procuramos demonstrar ao propormos a institucionalização desse conhecimento hoje.

2. A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS

No capítulo anterior desenvolvemos a delimitação de nosso objeto a partir de um panorama histórico e historiográfico do monasticismo ocidental medieval e de uma primeira percepção da historiografia medievalista brasileira centrada na obra de síntese de José Rivair Macedo – que se trata de um catálogo com os trabalhos produzidos no Brasil (1990-2002) a respeito do período medieval em três áreas de atuação acadêmicas diferentes. A partir de então, passamos a tratar do nosso objeto propriamente dito, a saber, a relevância acadêmica dada ao monasticismo no âmbito do campo⁶² de História Medieval brasileiro.

Tendo em vista a maturidade atual da área de História Medieval no Brasil, a necessidade de entender o papel imprescindível do monasticismo na organização social e espacial do período e os pouquíssimos trabalhos sobre o mesmo apresentados na catalogação trabalhada anteriormente, uma análise sociológica da produção e reprodução desses estudos sobre esse significativo aspecto da sociedade medieval no Brasil se legitima, pois entendendo o lugar do monasticismo na crescente medievalística brasileira, compreenderemos melhor a estruturação e o desenvolvimento desse campo de estudos acadêmicos no país.

Partindo desse pressuposto de análise, construímos este capítulo em três partes. Na primeira, demonstraremos como delimitamos nosso método de seleção e reunião da documentação que foi utilizada na elaboração do banco de dados. Essa documentação, em um primeiro momento, estava centrada nos trabalhos de defesa de mestrado e doutorado dos

⁶² Para fins de esclarecimento de vocabulário, utilizamos aqui o entendimento de “campo” a partir da teoria dos campos, mais especificamente do campo acadêmico, de Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

pesquisadores da área de História que têm como recorte cronológico e espacial os séculos e a região onde haveria ocorrido a Idade Média. Por uma questão de recorte institucional dessa produção, priorizamos por buscar esses trabalhos em bases de dados digitais das bibliotecas de universidades brasileiras com programas de pós-graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No decorrer da pesquisa, entretanto, operamos uma mudança na centralidade de nossa documentação devido às experiências práticas nas buscas por esses trabalhos e por reflexões realizadas a partir delas. Com essa mudança, o autor/pesquisador passa a ser o centro de nossa documentação, e conseqüentemente ocorre também uma mudança nas bases de busca desses dados. Das bibliotecas digitais para a Plataforma Lattes, nossos métodos de busca não mudaram completamente, continuamos com a mesma premissa, porém a ferramenta nos oferecia novas possibilidades de busca que nos ajudaram a refinar e precisá-las. Por fim, encerraremos essa parte analisando os espaços do currículo apresentado na plataforma e demonstrando como cada informação nos ajudará a estruturar nosso banco de dados.

Na segunda parte exporemos os primeiros resultados de nossas buscas na Plataforma Lattes, nossa análise dos mesmos e os métodos que foram adotados para direcionarmos nossas buscas de uma maneira mais específica na ferramenta. A partir de então, mostraremos mais dois resultados antes dos nomes finais que irão compor nosso banco de dados com o intuito de evidenciar a legitimidade dos métodos que adotamos para o refinamento dos nomes que foram exibidos a cada busca, ou seja, para uma maior precisão da documentação que estávamos levantando; afinal, estávamos interessados na capacidade do Lattes de nos oferecer o maior número possível de pesquisadores que trabalhassem fundamentalmente com o objeto que estávamos propondo; algo além disso demandaria um outro propósito de pesquisa. Finalmente, apontaremos o resultado final, mas de caráter parcial, de nossas buscas e como chegamos até eles.

Na parte final do capítulo, apresentaremos a estruturação de nosso banco de dados, colocaremos com mais clareza algumas questões teórico-metodológicas que nos auxiliaram nessa etapa da pesquisa, além de detalharmos onde e como esse banco de dados foi produzido. Nesse sentido, privilegiamos o *software* da Microsoft, o Excel, por se tratar de um editor de planilhas de interface simples e de fácil manuseio para nossos fins. A criação da tabela envolveu a formalização de critérios que nos ajudaram a simplificar a realidade social⁶³ do campo acadêmico que pretendemos analisar a partir de sua produção de conhecimento acerca do

⁶³ Trataremos dessa “simplificação da realidade social” na terceira parte desse capítulo.

monasticismo medieval. Para isso, precisávamos "desmontar" a documentação levantada até o momento objetivando a criação de "metafontes", que seriam analisadas e reorganizadas para a produção de uma narrativa na etapa final da pesquisa. Portanto, finalizaremos nosso capítulo explicando que critérios foram esses e como eles se organizam em nossa tabela.

Este capítulo procurará deixar claro o método de pesquisa em História envolvendo a criação de um banco de dados para fins de análise, proposto pelo professor da Universidade de Brasília Tiago Luís Gil⁶⁴ em seu livro fruto de um pós-doutorado na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris⁶⁵. A proposta envolve algumas etapas no tratamento da fonte pelo pesquisador. Segundo o autor, essas ideias foram formuladas por Michel de Certeau e trabalhadas por Jean-Phillipe Genet. Contudo, Gil propõe sua própria versão desse trabalho primário do historiador. Sendo assim, o trabalho do historiador começa com um problema, que seria fruto do contato do mesmo com as fontes e suas leituras, a partir daí o pesquisador precisa passar por uma etapa de reunião e seleção de dados que vão gerar a sua documentação. Cumprida esta etapa, o investigador passaria pelo processo de "desmonte" dessa documentação visando à elaboração do que o autor chama de "material", ou *metafontes*, que seria o seu material de análise. Nessa análise ele propõe uma reorganização da documentação para fins da produção de uma narrativa⁶⁶, esta que é, fundamentalmente, o produto final do trabalho do historiador. Desse modo, em cada parte do texto, procuraremos deixar clara a etapa pela qual estávamos passando no momento da pesquisa. Na primeira e segunda parte, portanto, estávamos levantando nossa documentação, ou seja, selecionando e reunindo aquilo que seria nosso material após o "desmonte". Na terceira parte, por sua vez, demonstramos o "desmonte" propriamente dito de nossa documentação e a construção de nosso material, ou *metafontes*. No terceiro capítulo, portanto, buscaremos produzir uma narrativa clara como resultado da reorganização de nossas *metafontes*, mediada por nossas opções teóricas e metodológicas e por nosso problema de pesquisa original.

2.1 Delimitando o método: a escolha da Plataforma Lattes

⁶⁴ Tiago Luís Gil é professor adjunto da Universidade de Brasília (UNB), doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2009; terminou um pós-doutorado na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales na França no ano 2014 e trabalha fundamentalmente com História do Brasil Colônia, mas possui estudos e projetos de pesquisa que envolvem o uso de banco de dados nos estudos históricos.

⁶⁵ GIL, T. *Como se faz um banco de dados* (em história). Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 16.

Como vimos no capítulo anterior, a catalogação promovida e organizada por José Rivair Macedo nos traz um panorama geral – levando em consideração as limitações expostas pelo próprio autor – dos estudos medievais no Brasil. Compreendendo os anos de 1990 até 2002, o catálogo engloba teses e dissertações de três áreas acadêmicas distintas, são elas a Filosofia, a História e a área de Letras. Com trabalhos que vão desde o uso de conjunções na história do português até a natureza do poder real no tempo de Afonso IV, graças a Rivair Macedo temos um material imprescindível para uma primeira análise da medievalística brasileira. Optamos por este trabalho, mesmo tendo em vista a vasta bibliografia explicitada no capítulo anterior, devido ao já mencionado caráter sintético e objetivo da obra, que possui títulos e resumos de trabalhos de doutorado e mestrado defendidos no Brasil sobre o período conhecido como Idade Média. Como foi constatado, os poucos trabalhos encontrados que tratam do monasticismo nesse catálogo refletem a importância dada ao mesmo nesses doze anos de crescimento dos estudos medievais brasileiros. Entretanto, do início dos anos 2000 até hoje, muito se produziu sobre a Idade Média no país, laboratórios e grupos de pesquisa foram criados, institucionalizados e agregaram diversos estudantes e professores interessados no período. Dessa forma, podemos chegar a novos trabalhos sobre o monasticismo, uma nova relevância dada ao tema e propor uma nova análise sincrônica⁶⁷ da produção historiográfica medievalística no país.

O nosso principal objetivo, na primeira etapa de pesquisa, foi o de promover um levantamento de dados exaustivo e sistemático, como explicitado anteriormente, acerca do conhecimento produzido em torno do monasticismo medieval ocidental. Exaustivo no sentido de ter acesso ao maior número de trabalhos possível, e isso requer certo fôlego, pois a produção de teses e dissertações na área de História Medieval cresce exponencialmente, assim como o número de profissionais pesquisadores na área; e sistemático na acepção de um levantamento objetivo para a construção de um banco de dados estruturado de trabalhos específicos: os quais propiciem a construção de um conhecimento, dentro da produção historiográfica medievalista brasileira, a partir do monasticismo medieval ocidental como objeto central de sua análise ou como um aspecto fundamental para entender a sociedade medieval. Serão especificamente esses trabalhos que irão compor o nosso banco de dados, estruturado de maneira lógica e eficiente, para análises futuras. Esse levantamento exaustivo e sistemático foi feito, em um primeiro momento,

⁶⁷ Com “análise sincrônica” queremos dizer uma proposta de trabalho que privilegie o estado atual da produção acadêmica brasileira. Contudo, o caráter diacrônico do trabalho não será deixado de lado, uma vez que sabemos que sua compreensão é essencial para pensarmos o aspecto temporal da reprodução do campo, que por sua vez é imprescindível para a estruturação da área.

em bases de dados digitais de bibliotecas universitárias brasileiras. Outrossim, o caráter institucional dessa produção de conhecimento é importante para nossa pesquisa, pois caracteriza a construção de um campo acadêmico, desse modo, optamos por um recorte institucional que nos permite uma compreensão inicial da produção e reprodução do campo de História Medieval no Brasil. O recorte proposto é o de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação reconhecidos pelo órgão responsável pelo ensino superior no Brasil – a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, pois esses programas recebem verbas governamentais para a pesquisa e para a formação de um corpo docente especializado, o que fortalece a estruturação desse campo.

Como ponto de partida, precisávamos pensar em como chegaríamos aos trabalhos que precisávamos para a construção do nosso banco de dados. Como buscaríamos esses trabalhos nessas bases de dados digitais oferecidas pelas bibliotecas universitárias brasileiras? Não existe uma categoria como “teses sobre o monasticismo medieval ocidental” nas páginas dessas bases. Dispúnhamos apenas de um campo de busca e do nosso conhecimento sobre o tema. Nesse sentido, a importância do nosso conhecimento prévio em torno do monasticismo ocidental medieval é essencial para o bom procedimento da pesquisa. Montar uma base de dados em História requer uma série de procedimentos técnicos e teórico-metodológicos característicos do trabalho do próprio historiador. No tocante às reflexões utilizadas nesse trabalho para o levantamento da documentação e para a estruturação do banco de dados, levamos em consideração o trabalho de Tiago Luís Gil, que propôs o uso sistemático de bancos de dados em História não somente como uma forma de organizar informações ou notas, mas, sobretudo, como um meio de informatizar sua pesquisa. Pensando nos esquemas apresentados por Gil a partir de reflexões de historiadores e filósofos como Jean-Phillipe Genet e Michel de Certeau, o trabalho do historiador começa “com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma”⁶⁸. Contudo, para o professor da UNB tudo começa com um problema, que tem origem na vivência do pesquisador no tratamento das fontes, na sua vida pessoal e com suas leituras; a partir de então suas fontes são selecionadas e reunidas para a formação do *corpus* documental com o qual trabalhará⁶⁹. Já tínhamos um problema – a relevância dos estudos monásticos para a historiografia medievalista brasileira – estava na hora de começar a selecionar e reunir nossas fontes.

⁶⁸ CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. São Paulo: Francisco Alves, 1978, p. 30.

⁶⁹ GIL, op. cit., p. 16

Nossa primeira ideia para uma busca rápida e sucinta nas bases de dados das bibliotecas universitárias digitais, e que nos oferecesse resultados precisos para nossos objetivos, foi pensar em palavras-chaves que pudessem aparecer na maioria delas como indexadores para trabalhos a respeito do monasticismo ocidental medieval. Assim sendo, chegamos à conclusão de que seis palavras seriam o suficiente para uma primeira investida nos campos de busca. As palavras-chaves escolhidas foram as seguintes:

- 1: Monasticismo;
- 2: Monaquismo;
- 3: Monástico;
- 4: Monastério;
- 5: Monge;
- 6: Mosteiro.

Ao longo das pesquisas nas bases de dados percebemos uma falha nessa primeira lista de palavras que estipulamos. Alguns trabalhos conhecidos não estavam aparecendo⁷⁰. Pensávamos estar dando conta da maioria da nomenclatura utilizada para trabalhar com o monasticismo, ou, pelo menos, das principais palavras que poderiam ser utilizadas como palavras-chaves para fins de indexação nos sistemas das bibliotecas universitárias. Duas possibilidades foram levantadas para explicar as omissões detectadas: 1) não estávamos utilizando alguma palavra importante para a indexação desses trabalhos; 2) as bases de dados não possuíam indexadores para temas mais específicos, o que fazia alguns trabalhos aparecerem em categorias mais amplas, dificultando assim o nosso acesso. A segunda hipótese, mesmo que verificável, seria uma limitação importante para nosso trabalho, uma vez que diz respeito à lógica estruturante do material pesquisado⁷¹. De fato, pensamos nessas palavras-chaves devido à alta probabilidade de elas aparecerem como indexadores em razão de seu elevado índice de uso para tratar do assunto na área de história. Decidimos, assim, reestruturar nosso trabalho a partir da primeira hipótese: cabia-nos repensar esse grupo de palavras para deixá-lo o mais completo possível, no sentido de abranger o maior número de palavras possíveis.

⁷⁰ Chegamos a essa conclusão devido a nosso conhecimento prévio de professores e pesquisadores que produziram trabalhos expressivos na área.

⁷¹ Esclarecemos aqui que o nosso objetivo não é uma análise da lógica que estrutura as bases de dados das bibliotecas digitais das universidades brasileiras. Interessa-nos pensar modalidades de trabalho historiográfico com essas bases e não a elaboração desses sistemas em si e por si.

Após muitas buscas em bases de dados diferentes, encontramos em alguns trabalhos uma palavra-chave proposta por autores que estava na nossa lista de uma maneira diferente. Nesse momento, percebemos que flexionando a palavra “monástico” em gênero poderíamos chegar a outros resultados. Deste modo, a nova lista de palavras aumentou de seis para sete:

- 1: Monasticismo;
- 2: Monaquismo;
- 3: Monástico;
- 4: Monástica;
- 5: Monastério;
- 6: Monge;
- 7: Mosteiro.

Com essa adição acreditamos dar conta de um conjunto expressivo da nomenclatura utilizada para a elaboração de trabalhos sobre o tema e, conseqüentemente, de palavras-chaves para a indexação desses trabalhos em bases de dados digitais. Então, começamos novas buscas por teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES com o objetivo de selecionar e reunir nossas fontes.

Nossa ideia inicial era procurar por teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES disponíveis nas bases de dados digitais das bibliotecas universitárias, porém, a certa altura da pesquisa percebemos mais obstáculos. O primeiro deles foi o sistema de busca procurando pelas palavras-chaves que estipulamos nos títulos, resumos e em todo o corpo textual do trabalho, gerando resultados que não condiziam sequer com o número de possíveis teses e dissertações defendidas na área de história como um todo; trabalhos que em algum momento de seu texto tinham uma única ocorrência da palavra “monge”, por exemplo, apareciam em nossas buscas, o que as tornavam desproporcionais ao ritmo que pretendíamos impor à nossa pesquisa. Outro problema que se mostrou foi a falta de uma padronização nos nomes dos arquivos encontrados para download nesses bancos de dados. Como citado anteriormente, o problema da alta variabilidade terminológica empregada na indexação em várias bases de dados também se fazia presente. Outro contratempo foi a disponibilidade do trabalho digitalizado – trabalhos anteriores a 2006, antes da Plataforma Sucupira⁷², só existem em sua versão física. É verdade que algumas universidades, como a

⁷² Plataforma Sucupira disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possuem o projeto de digitalizar toda a sua produção de conhecimento desde o estabelecimento de seus programas de pós-graduação até o ano de 2006⁷³. No entanto, o problema fundamental que nos fez desistir dessa metodologia de pesquisa foi a falta de resumos desses trabalhos na maioria dos catálogos online de teses e dissertações das bibliotecas, instrumento fundamental para uma primeira análise e triagem de trabalhos efetivamente tratando o monasticismo medieval.

O banco de dados da CAPES e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assim como alguns repositórios digitais e bancos de dados de algumas universidades possuem um espaço para o resumo de cada trabalho e a versão digital da maioria deles. No entanto, trabalhos mais antigos e os que não estão sujeitos a esses bancos de dados mais atuais só estão disponíveis nas bases das bibliotecas de suas respectivas instituições, e a maioria dessas bases de dados não disponibilizam esses resumos, o que nos fazia desviar de nosso objetivo principal. Como saber se uma tese produzida antes de 2006, sem sua versão digital e sem seu resumo nessas bases de dados, tem o monasticismo medieval ocidental como seu objeto central de pesquisa? Muitas vezes só o título do trabalho não nos dá informações suficientes para chegarmos a essa conclusão. Se entrar em contato com cada biblioteca ou autor para checar o resumo de suas teses/dissertações produzidas antes de 2006 surgiu como uma opção, tal procedimento demandaria um movimento em sentido oposto à natureza de nossa pesquisa. Foi em razão desse entrave que mudamos o foco primário dos trabalhos para os autores de cada trabalho.

Como toda pesquisa em História, tínhamos um problema e precisávamos operar nosso recorte documental, e delimitar bem o método que seria proposto para isso. Nesse sentido, nossa primeira estratégia era trabalhar com as bases digitais procurando por trabalhos específicos, o que se mostrou impraticável devido a questões próprias de outras áreas de conhecimento e atuação, além de problemas de institucionalização da pesquisa no Brasil nos meios digitais⁷⁴. Uma nova reflexão em torno do que seria nossa documentação para chegarmos à relevância do monasticismo medieval nos estudos brasileiros deveria ser feita e outra ferramenta com dados mais bem estruturados acerca da produção acadêmica no país se mostrou útil para esse novo horizonte.

⁷³ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Projeto de Digitalização de Dissertações e Teses da BC/UFPB. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/?p=806>>. Acesso em: 2 abril 2018.

⁷⁴ Ao nosso ver, a falta de um sistema estruturado e integrado que procure dar conta da produção científica no país mostra um aspecto da fragilidade institucional de nosso campo acadêmico nos meios digitais. Trabalhos importantes nesse sentido estão em andamento no período em que estamos propondo essa “fotografia” de nosso campo acadêmico, sendo um deles o citado anteriormente na nota 14.

Mudando o foco que pensamos no primeiro momento de pesquisa para os autores/pesquisadores – que desenvolveram trabalhos na área de história, que privilegiaram o monasticismo como objeto central de análise ou como um meio imprescindível de pensar aspectos espaciais, sociais, culturais, religiosos, políticos ou econômicos do período medieval – abrimos novas perspectivas de análises para a segunda fase de pesquisa. Além disso, uma reformulação em toda a reflexão acerca de como sistematizaríamos esse banco de dados precisou ser pensada. Como o objeto central do levantamento deixara de ser o trabalho em si e se tornara o pesquisador que o produzira, outros trabalhos importantes – que de certa forma acrescentam algum conhecimento sobre o tema – agora passam a ser contabilizados para fins de ampliação de nosso banco de dados. São eles livros produzidos, livros organizados, capítulos em livros e até mesmo artigos que demonstrem seu valor como vitrine para um novo conhecimento sobre o tema. Os bancos de dados das bibliotecas universitárias digitais, à vista disso, tornam-se inapropriados para nosso levantamento nesse momento, o que nos faz mudar a nossa base de dados de consulta.

Desenvolvida e administrada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷⁵, a Plataforma Lattes⁷⁶ tem como objetivo integrar as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições das áreas de ciência e tecnologia em um único sistema de informações para facilitar ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento à pesquisa, tanto a partir do órgão responsável por seu desenvolvimento quanto de outras agências de fomento (federais, estaduais ou demais instituições de ensino e pesquisa)⁷⁷. Essa plataforma é tão importante para o desenvolvimento tecnológico e científico do país que já se tornou elemento indispensável e compulsório para a análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos de pesquisas, ou seja, se você é um profissional/pesquisador da área de ciência e tecnologia no Brasil precisa manter seu currículo Lattes sempre atualizado, expondo sua vida acadêmica pregressa e atual, bem como suas produções, atividades e premiações concernentes a ela em vista do uso de seu currículo para avaliação dos investimentos em sua própria pesquisa⁷⁸.

⁷⁵ Sigla correspondente ao antigo nome do órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) até 1974: Conselho Nacional de Pesquisas.

⁷⁶ A Plataforma Lattes está disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

⁷⁷ Citamos acima a fragilidade institucional do campo acadêmico brasileiro nos meios digitais e temos consciência que a Plataforma Lattes não resolve esse problema, contudo optamos por usá-la não só por suas possibilidades, mas também como forma de incentivo para usos mais conscientes da plataforma.

⁷⁸ A Plataforma Lattes carrega o nome de Césare Giulio Lattes, mais conhecido como César Lattes, físico paranaense cujo trabalho foi fundamental para o desenvolvimento da física atômica, além de ter sido uma das principais personalidades por trás da criação do próprio CNPq.

Essa importante base de dados nacional, com a mudança de nosso foco de pesquisa, torna-se a nossa principal ferramenta para chegarmos aos nomes e à produção acadêmica que irão compor nosso banco de dados. Com um sistema de buscas mais detalhado e específico, podemos encontrar pesquisadores que escolhem sua área de atuação na elaboração do currículo – seguindo alguns passos simples em sua interface descomplicada e direta, sem muita informação textual, podemos ter acesso a um número expressivo de profissionais que escolheram sua área de atuação como história ou física, por exemplo. Dada a importância dessa plataforma para o cenário científico e tecnológico do país, acreditamos que se usada de maneira crítica e objetiva a mesma pode nos oferecer um importante meio de conhecer um corpo importante de pesquisadores institucionalizados (ou não) e ativos no Brasil, o que condiz com o nosso propósito de descobrir o lugar do monasticismo ocidental medieval na medievalística nacional. Contudo, como faríamos para chegar até o nome desses pesquisadores com esse novo sistema de buscas? Uma característica importante dessa ferramenta é a possibilidade de busca por “assunto”. Agora o motor de busca da plataforma leria todo o currículo do pesquisador em questão de segundos e o exporia, caso encontrasse um dos termos chave indicados acima. Um mundo novo se abria a cada busca nesse novo recurso, centenas de pesquisadores apareciam a cada palavra-chave que colocávamos em seu sistema de buscas, o que constituía dois lados de uma mesma moeda se fôssemos valorar a experiência. De um lado, o aspecto positivo: uma busca mais simples e precisa que oferece se não a completude, uma parte considerável do campo acadêmico brasileiro; do outro, o aspecto negativo: um corpo infinitamente maior de resultados que pode novamente nos desviar do caminho proposto para a pesquisa. Precisávamos, então, pensar em uma maneira de usar esse lado “negativo” a nosso favor, novas abordagens da ferramenta deveriam ser pensadas, novos métodos de busca deveriam ser testados; dada a natureza de nossa pesquisa, cada vez que encontramos um limite ou impedimento devemos repensar parte do método, ele por completo ou mesmo dar um foco diferente ao levantamento de dados, como foi feito quando mudamos nosso foco da produção acadêmica para os autores.

Antes de expor os desafios que nos foram impostos, os métodos pensados e utilizados para superá-los e os resultados que obtivemos, detalharemos um pouco mais a Plataforma Lattes e seu sistema de currículos com o intuito de justificar melhor nossa escolha e elencar alguns problemas encontrados que nos fizeram refletir antes mesmo de nossa utilização sistemática da plataforma. Sendo assim, é importante o detalhamento da página de currículo, onde cada pesquisador nos oferece informações importantes acerca de sua produção acadêmica, sua área de atuação, bem como de trabalhos que orientou ou dos quais participou em bancas de avaliação

etc. Começando com um breve texto que pode ser informado pelo autor (ou de geração automática do sistema), temos um importante espaço no início do currículo onde o pesquisador pode se inserir em um campo de atuação, nos apresentar suas principais linhas de pesquisa, assim como listar as instituições e/ou programas de pós-graduação pelos quais passou. Algumas contradições podem ser geradas entre esse espaço direcionado à auto-apresentação do pesquisador e à compreensão que terceiros podem imprimir a seus trabalhos. Uma situação que poderia acontecer em nossa pesquisa, por exemplo, seria identificarmos trabalhos de certo pesquisador que nos levem a defini-lo como sendo parte integrante e ativa do campo de estudos sobre o monasticismo medieval – como construtor de um conhecimento acerca desse tema – e isso gerar discordâncias por parte de outros ou do próprio pesquisador. Pode-se pensar que certo pesquisador avalie ter contribuído ou mesmo alegue trabalhar com o monasticismo; ou que a falta de algum termo ligado ao tema no texto de auto-apresentação do Lattes indique que o próprio pesquisador não tenha estipulado o monasticismo como um dos temas centrais de suas pesquisas; do mesmo modo, e em casos limite, podemos pensar em pesquisadores que indiquem, em sua auto-descrição, ter trabalhado com a temática do monasticismo, mas não entendamos que seu trabalho mereça de fato espaço em nosso banco de dados, uma vez que nem sempre o monasticismo é o objetivo central de pesquisa, mas apenas um meio (pensemos, para citar apenas um exemplo, em Georges Duby: embora tenha usado largamente uma documentação histórica de origem monástica, Duby raramente refletiu sobre a vida monástica em si e suas relações com o restante da sociedade). Em vista dessa pluralidade de possibilidades, acreditamos que uma delimitação bem estruturada de nossa base de dados resolva embargos como os indicados.

Ainda na página de currículo, logo abaixo dessa área de texto livre sobre o pesquisador, temos a área de “Identificação”, seguida pelo “Endereço profissional” e a “Formação acadêmica/titulação”, onde encontramos informações relativas às instituições, monografias, dissertações, teses, programas de pós-graduação, orientadores, sobre a agência de fomento à pesquisa que financiou a mesma, o ano de obtenção da titulação etc. Infelizmente, não temos acesso ao formato digital das teses e dissertações de cada pesquisador exposta nesse espaço, nem mesmo o resumo; entretanto, com o título da tese/dissertação, informações especificadas pelo autor em seu texto de apresentação e, mais abaixo, títulos e resumos de seus projetos de pesquisa, além de referências bibliográficas à sua produção textual de uma maneira geral, julgamos ter informações suficientes para inserir ou não o pesquisador e sua produção acadêmica em nosso banco de dados como parte da documentação que será analisada. O que era um limite nas bases de dados digitais das bibliotecas universitárias novamente se faz

presente, no entanto, agora temos acesso a informações que acrescentadas ao título dos trabalhos podem nos ajudar a compreender melhor a atuação acadêmica e as escolhas de pesquisa de cada pesquisador. Se, por um lado, com a mudança de foco do trabalho para o autor transformamos a Plataforma Lattes de um auxílio secundário para conseguir informações dos pesquisadores em nossa base de dados principal; por outro, ainda precisamos das bases de dados e repositórios digitais para ter acesso às teses e dissertações.

Seguindo com a descrição da página de currículo, abaixo do espaço referente à formação acadêmica do pesquisador, temos o da “Formação complementar” e a de “Atuação profissional” – espaço que, conforme o nosso método de seleção e reunião da documentação passava por novas reflexões e ia encorpando e dando forma à nossa pesquisa a cada reformulação, tornou-se importantíssimo para localizar tanto a instituição atual quanto as anteriores por onde o pesquisador tenha passado. Dessa maneira, podemos pensar onde começou e o local atual da produção e reprodução do conhecimento sobre o monasticismo, o que para nossos propósitos, que envolvem uma análise também diacrônica da do campo dos estudos históricos medievais no Brasil, foi de extrema importância. Esse espaço de informação do currículo nos permite, assim, traçar uma espécie de rede institucional por onde esse conhecimento está ou estava sendo transmitido, ligando essa produção até mesmo a nomes de orientadores que orientaram trabalhos nessas instituições. Agora tínhamos a possibilidade não só de perceber quantos trabalhos tinham sido defendidos em uma instituição específica, ou quais orientadores mais cooperaram na construção e institucionalização desse conhecimento, como também era possível rastrear a atuação de cada pesquisador, em cada instituição pela qual passou, na formação dessa rede que estrutura o campo acadêmico que objetivamos analisar. Pesquisadores que tiveram parte de sua formação ou atuação fora do país, por exemplo, agora teriam essa particularidade destacada no seu papel de elaborador e difusor desse conhecimento para nossos propósitos.

Outros dois espaços importantíssimos para o andamento de nossa pesquisa na página de currículo estão logo abaixo, são eles “Linhas de pesquisa” e “Projetos de pesquisa”. Na área onde o pesquisador deve expor o tipo de enfoque que dá aos objetos com os quais trabalha, temos informações imprescindíveis (mas que também podem gerar certas contradições⁷⁹) para pesquisas que futuramente se interessem a trabalhar com o banco de dados que construiremos

⁷⁹ Tendo em mente as contradições explicitadas acima, a respeito da autodescrição oferecida pelo pesquisador, aqui também podemos encontrar discordâncias entre o próprio pesquisador e outrem. Nesse sentido, existem pesquisadores que, embora não evoquem o monasticismo em suas linhas de pesquisa, consagraram alguns de seus trabalhos específicos ao tema, justificando assim sua inserção em nossa base de dados.

aqui para uma análise teórico-metodológica das obras desses autores. Ademais, mais importante para esta monografia, o espaço dedicado aos projetos no currículo foi um fator significativo para pensarmos a inserção ou não de determinados pesquisadores em nosso banco de dados. De fato, quanto mais currículos eram analisados, mais percebíamos a importância dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores na definição do estudo do monasticismo medieval como sendo um dos focos de atuação dos mesmos. Em alguns casos, encontramos até mesmo o projeto a partir do qual a própria tese daquele investigador tinha sido desenvolvida, o que nos fornecia informações mais que suficientes para a estruturação de nosso levantamento.

Não obstante, se o título das teses e dissertações nos deixasse em dúvida quanto à importância dada ao monasticismo e na descrição de algum projeto de pesquisa estivesse clara a importância atribuída pelo pesquisador ao objeto, esse pesquisador era incluído em nossa documentação. Em consequência disto, chegamos à conclusão de que a tese e/ou dissertação não deveria ser o principal aspecto balizador dessa delimitação do *corpus* documental, pois encontramos situações nas quais esses trabalhos não tinham o monasticismo como objeto central de sua análise, ou como elemento de grande importância para uma análise de conjunto da sociedade medieval, ainda que outras pesquisas de um mesmo autor tenham dado esse tipo de destaque ao tema. Percebemos que, dessa maneira, estávamos definitivamente colocando o autor no centro de nossa pesquisa, como o verdadeiro desenvolvedor e difusor do conhecimento que estamos analisando.

Das áreas que se seguem na página do currículo, três merecem nosso destaque final quanto à importância na delimitação de nossa documentação. São elas: “Áreas de atuação”, “Produções” e “Orientações”. Na primeira área citada, temos o enquadramento proposto pelo próprio pesquisador em grandes áreas, áreas e subáreas de atuação. Além do texto descritivo no início da página, esse se faz um importante espaço de troca de informações acerca da localização do investigador no campo acadêmico com o qual nos propormos a trabalhar, em vista disso, as mesmas contradições já mencionadas podem ocorrer também aqui. Apesar disso, este pode ser um espaço de aprofundamento do campo de atuação desse profissional, o que pode nos ajudar na hora da decisão de inserção ou não do autor como parte integrante de nossa documentação.

O espaço referente às produções foi de suma importância para o desdobramento de nossa reflexão acerca do recorte documental para nosso banco de dados – assim como os projetos, influenciou diretamente a maneira de pensar o andamento de nossa pesquisa. A categoria onde encontramos as referências da produção textual do autor é dividida em algumas subcategorias, tais como a de “Artigos completos publicados em periódicos”, a de “Capítulos de livros

publicados”, “Textos em jornais de notícias/revistas”, “Trabalhos completos publicados”, entre outras. O pertinente a se destacar aqui é a quantidade de artigos sobre o monasticismo publicados por autores que não trabalharam com o tema em seu mestrado ou doutorado encontrados em nossas pesquisas na plataforma, alguns antes dessas produções e outros depois, o que gera uma série de questões a serem levadas em conta quando da análise diacrônica de nosso banco de dados. Em que momento de sua carreira o pesquisador em questão deixou de trabalhar com o monasticismo ou passou a produzir conhecimento sobre o assunto? Em que medida artigos ou capítulos em livros podem ser considerados importantes para a produção de conhecimento? É válido que pesquisadores que deixaram de trabalhar com o tema há um bom tempo integrem nossa documentação? A primeira questão foi importante para a estruturação do banco de dados que será apresentada mais à frente neste capítulo, enquanto a segunda e a terceira foram fundamentais para o levantamento que estava sendo feito. Isto posto, podemos dizer que acreditamos que alguns artigos mereçam a atribuição de sintetizadores de uma produção de conhecimento mais ampla – primeiro, devido a sua função de vitrine de novas pesquisas ou seu caráter instigador de novas discussões acerca de uma nova abordagem, por exemplo; e, segundo, pensando nos critérios avaliativos de revistas acadêmicas de alto nível com um bom conceito junto a CAPES, que pretendem aceitar somente artigos que propiciem discussões inovadoras na área de conhecimento da qual ele se propõe a divulgar⁸⁰. Quanto aos capítulos de livros (assim como para os artigos) podemos argumentar tendo em vista a própria fragmentação na maneira de escrever história, trabalhada, por exemplo, por Justo Serna e Anaclet Pons no livro que tratam dos desdobramentos da história cultural⁸¹. Na qual grandes livros, que trouxeram uma enorme contribuição à maneira de pensar essa história cultural – como o de Robert Darnton⁸² –, são compostos por diversos artigos produzidos em determinados momentos da vida acadêmica do autor, devido não só à qualidade desses artigos, mas sobretudo ao tempo que esses pesquisadores possuem para produzir conhecimento em consequência dessa mesma agitada vida acadêmica recente. Dessa maneira, justificamos nossa opção por compreender esses artigos e capítulos de livro como fatores de exclusão ou inclusão de determinados autores ao nosso levantamento.

A resposta para a última questão formulada no parágrafo anterior pode ser respondida a partir da análise da última área do currículo citada como relevante para nossas considerações:

⁸⁰ Temos consciência de que na prática muitas vezes esse critério de avaliação não é de fato empregado, mas o levamos em consideração devido ao seu caráter normativo.

⁸¹ Cf. SERNA, J.; PONS, A. *La historia cultural*: autores, obras, lugares. 2. ed. Madri: Akal, 2013.

⁸² Cf. DARNTON, R. *O grande massacre de gatos*: e outros episódios da história cultural francesa. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

a de “Orientações”, onde o pesquisador propõe uma lista de orientandos de Iniciação Científica, de Trabalhos de Conclusão de Curso (ou monografias), sobretudo os de mestrado e doutorado. Pensando no tempo de inatividade na produção de conhecimento acerca do monasticismo ocidental medieval – em virtude da distância temporal que nos separa da última produção em torno do tema –, a orientação de trabalhos de mestrado e doutorado sobre o mesmo pode ser um aspecto a se colocar na balança para pensarmos a permanência ou a retirada do pesquisador da nossa documentação. Assim sendo, se o pesquisador ainda estiver transmitindo conhecimento para produções de trabalhos que venham a acrescentar algo novo, o consideraremos ativo para fins de construção de conhecimento acerca do assunto.

Por conseguinte, essa constatação nos impõe outra questão: a dissertação de mestrado deve ser levada em consideração como elaboradora de um novo conhecimento? Por acreditar que a dissertação constitui etapa importante na formação de pesquisadores e de sua inserção em um campo específico de estudos (tal como o é o monasticismo latino medieval), resolvemos aceitar dissertações desde que o pesquisador esteja ativo no doutorado (seja doutorando) e esteja produzindo artigos e/ou apresentando trabalhos sobre o monasticismo; já que, de outra maneira, a dissertação de mestrado tem o caráter de uma ordenação de conhecimentos já desenvolvidos, não se caracterizando assim como um trabalho que irá inserir um novo conhecimento propriamente dito sobre o monasticismo medieval. Sendo assim, optamos por retirar de nossa documentação aqueles pesquisadores que pararam no mestrado, ou que não produziram mais nada após esta etapa da carreira acadêmica sobre o tema.

Além disso, ainda pensando o espaço referente às orientações do pesquisador/docente, ter acesso a uma lista com os alunos que foram orientados pelo pesquisador, com o título e a data de seus trabalhos, bem como a instituição ou programa de pós-graduação nos quais esses trabalhos foram orientados, tem um valor determinante para o nosso objetivo de mapear a construção social e acadêmica desse conhecimento e o de entender a importância dada a ele na construção da historiografia medievalista brasileira.

Os métodos adotados no início desse processo de seleção e reunião das fontes foram, progressivamente, nos revelando seus limites; limites esses que nos ajudaram a repensá-los e, conseqüentemente, repensar a própria elaboração do banco de dados. Em razão da falta de indexadores mais precisos, sistemas de buscas procurando por ocorrências das palavras-chaves no corpo do texto – apresentando, assim, um número de resultados que não condizia com o

ritmo que queríamos impor à pesquisa – e a falta de resumos, bem como da versão digital dos trabalhos mais antigos nas bases de dados das bibliotecas universitárias, tudo isso nos levou a mudar o foco do trabalho para o autor, assim como o tipo de base de dados consultada. Dessa maneira, não só otimizamos o nosso levantamento da documentação, como também ampliamos e desenvolvemos a própria natureza do nosso banco de dados. Assumimos, portanto, a Plataforma Lattes como nossa base de dados primária, o que não nos fez mudar substancialmente nossos indexadores de busca, mas nos colocou novos problemas e questões, a partir da análise dos currículos, permitindo fortalecer ainda mais nossos objetivos.

Como será mostrado a seguir, continuamos a identificar problemas e a levantar questões a respeito de nossos métodos de busca, assim como no tocante à sistematização do nosso banco de dados. Esse é um dos aspectos dessa etapa de nossa pesquisa: pensar e repensar nossas abordagens constantemente a cada busca pela documentação, o que não nos impõe contornos metodológicos definidos que limitem nosso campo de ação, todavia, isso não implica a falta de um objetivo claro e bem traçado.

2.2 Delimitando os resultados: a realidade dos estudos sobre o monasticismo no Brasil

Adotando a Plataforma Lattes como nossa base de dados de consulta, não precisamos repensar as sete palavras-chaves que explicitamos acima para as primeiras buscas devido a opção de busca por assunto. Desse modo, começamos usando somente os termos escolhidos, sem as opções de filtro da plataforma, para percebermos como o mecanismo que estávamos utilizando funcionava e para termos um conhecimento amplo da documentação que estamos analisando⁸³. Só as palavras-chaves, sem nenhuma espécie de filtro, seriam suficientes para chegarmos onde queríamos ou teríamos o mesmo problema com as bases de dados que liam todo o corpo do texto e nos ofereciam trabalhos com uma ocorrência descontextualizada (para nossos propósitos) da palavra que buscamos? Os primeiros resultados se mostraram inadequados depois de algumas observações, umas de cunho lógico, outras a partir de nosso conhecimento prévio da área⁸⁴. Todavia, tivemos uma primeira boa impressão da plataforma

⁸³ Tiago Gil, no trabalho citado anteriormente, discorre sobre a necessidade de um conhecimento amplo da documentação que será analisada para decidir, entre outras coisas, sobre o uso integral ou não da mesma na base de dados. No nosso caso, o amplo conhecimento acerca do que a Plataforma Lattes oferece como resultado da busca de nossas palavras-chaves se mostra necessário para analisarmos a conveniência de métodos mais precisos de busca. Cf. GIL, op. cit., p. 83-84.

⁸⁴ Com “observações de cunho lógico” queremos dizer, por exemplo, as entradas repetidas que cada palavra-chave nos oferecia quando buscávamos na ferramenta; por outro lado, com relação ao argumento do nosso conhecimento

passando pelos nomes listados após as primeiras buscas, em sua maioria nomes conhecidos da área de história, o que não nos desviava de nosso caminho para descobrir a importância dos estudos monásticos para esses profissionais.

Nossa primeira investida para coletar resultados definitivos, e não mais para ponderar a respeito dos usos da plataforma, foi realizada no mês de março de 2017, hoje os resultados podem aparecer de maneiras diferentes, já que a Plataforma Lattes está em constante processo de atualização; novos pesquisadores se formando, entrando em programas de pós-graduação, produzindo seus artigos, defendendo suas teses de doutorado, apresentando seus trabalhos; resultados de buscas dessa natureza, em uma plataforma como a Plataforma Lattes, não podem ser considerados finais⁸⁵. Qualquer pesquisa, como qualquer trabalho na área de História, tem seu caráter mais duradouro – como, por exemplo, a elaboração de um método importante para entender algum aspecto da documentação que não foi visto com a mesma perspectiva antes, bem como o próprio resultado dessa interpretação pode se tornar um parâmetro para outras pesquisas –, mas também possui um caráter mais passageiro, pois são sempre passíveis de um aprimoramento ou uma renovação⁸⁶.

Esses foram nossos primeiros resultados:

Palavras-Chaves	Entradas
Monasticismo	45
Monaquismo	77
Monástico	53
Monástica	157
Monastério	17
Monge	494
Mosteiro	626
Total	1469

Tabela 1 – Resultados da primeira busca na Plataforma Lattes, sem filtros de busca, realizada em março de 2017

Percebemos, com eles, um número de entradas relativamente reduzido para palavras mais específicas como “Monasticismo” e “Monaquismo”, e, em contrapartida, números exagerados

prévio, é improvável que existam 494 pesquisadores, como mostraremos a seguir, pesquisando algum monge medieval importante para o entendimento do monasticismo como propomos aqui.

⁸⁵ Como expomos anteriormente, nossa pesquisa tem um caráter sincrônico, bem como diacrônico, de análise. Isso implica uma espécie de “fotografia” do cenário acadêmico institucionalizado atual do país, ou seja, a captura de um momento específico da constante estruturação do campo de História Medieval brasileiro.

⁸⁶ É necessária a constatação de que essa pesquisa não pretende encerrar um assunto, muito pelo contrário, nossa pretensão é perceber a compreensão aqui proposta sobre o monasticismo e sua relevância na e para historiografia brasileira, e iniciar, dessa forma, um debate que ainda não foi colocado em pauta sobre a relação desse importante aspecto da sociedade medieval e sua dinâmica com a elaboração de nosso campo de estudos.

para palavras de cunho mais geral, como “Monge” e “Mosteiro”. Ainda assim, esses números eram previstos, uma vez que pesquisadores da área de História, que trabalham especificamente com Idade Média, não são os únicos que têm como seus objetos de estudo monges e/ou mosteiros⁸⁷. Ademais, o total de entradas não condizia com o possível número de estudos acerca do monasticismo ocidental medieval por mais três razões, no mínimo, além dessa. Primeiro, por uma razão lógica, o número de entradas em cada palavra-chave pode estar incluindo pesquisadores que já foram resultado de outras, em vista do uso comum de todas essas palavras nos trabalhos sobre o monasticismo. Outra razão para considerarmos esse número elevado é a comparação com a catalogação de Rivair Macedo, onde somente 8 (ou 6, de acordo com a colocação do próprio autor⁸⁸) trabalhos sobre o monasticismo apareceram em 333 (trezentas e trinta e três) teses e dissertações tratando de assuntos concernentes à Idade Média, englobando três áreas de atuação. Assumir que 1469 pesquisadores passaram a trabalhar com o monasticismo medieval nesses últimos quinze anos, desde o seu esforço para proporcionar esse levantamento, é reconhecer um crescimento desproporcional da própria área de estudos medievais no Brasil. Por último, podemos dizer que só a palavra “Monaquismo”, para ficarmos entre uma das mais específicas, não necessariamente é usada somente por medievalistas preocupados em entender o monasticismo ocidental. Conquanto, para chegarmos a uma conclusão quanto a última questão precisaríamos de um exame minucioso dos pesquisadores, empreendimento que não cabia logo após essa primeira busca em virtude da falta de filtros de busca mais específicos para chegarmos a resultados mais direcionados.

Enfim, depois de uma primeira experiência na plataforma, como previsto por nossas expectativas, chegamos a resultados que não correspondiam sequer aos estudos medievalísticos no Brasil, entretanto, ainda queríamos conhecer melhor os limites e as possibilidades do sistema de buscas. Antes de aplicarmos os filtros de busca por área de atuação, testamos uma técnica bastante conhecida para quem trabalha com sistemas de bancos de dados sem saber se a ferramenta de busca da Plataforma Lattes era compatível com ela. Chamada de “Busca Booleana” ou “Pesquisa Booleana”⁸⁹, a técnica consiste no uso de simples operadores lógicos – como AND, OR e NOT – nos sistemas de busca compatíveis visando um refinamento dos resultados. O uso do operador AND limita sua pesquisa, pois é um operador inclusivo; o OR

⁸⁷ Na base de dados que procurava ocorrências no corpo do texto das palavras que buscávamos, citada anteriormente, muitos trabalhos da área da Matemática citando monges foram encontrados, bem como da área das Artes usando mosteiros como seu objeto de estudo.

⁸⁸ MACEDO, 2003c, p. 147.

⁸⁹ Oriunda do nome do matemático George Boole, a “Busca Booleana” é a aplicação da lógica desenvolvida por esse matemático no século XIX a um tipo de sistema de recuperação da informação, combinando termos relacionados com o auxílio de operadores lógicos.

oferece uma inclusão flexível, aumentando os resultados de sua busca; o NOT, por sua vez, é excludente, portanto os resultados de sua pesquisa não irão conter os termos pesquisados⁹⁰. Desse modo, optamos por utilizar o operador “AND + Medieval” e “AND + Idade Média” após a palavra-chave como um teste. Desse modo, nossas buscas na plataforma consistiam em “Monasticismo AND Idade Média”, “Monaquismo AND Medieval”, “Monge AND Medieval”, “Monástica AND Idade Média” etc.

Os resultados foram animadores, já que alcançávamos um certo refinamento e precisão que tanto necessitávamos nessa primeira etapa de seleção e reunião das fontes que usaremos no decorrer da pesquisa. Acreditamos que os operadores lógicos da Busca Booleana ajudaram a delimitar, nos resultados das buscas, os pesquisadores que trabalharam com a temática do monasticismo na Idade Média:

Palavras-chaves	And Medieval	And Idade Média
Monasticismo	33	37
Monaquismo	50	36
Monástico	29	27
Monástica	72	71
Monastério	5	3
Monge	60	55
Mosteiro	93	83
Total Parcial	342	312
Total Final	654	

Tabela 2 – Resultados da segunda busca na Plataforma Lattes, utilizando operadores lógicos, realizada em abril de 2017

Mesmo com as entradas repetidas em cada palavra-chave, reconhecemos uma significativa redução nas palavras-chaves mais gerais⁹¹. As palavras “Monge” e “Mosteiro” tiveram uma redução de aproximadamente 434 (quatrocentos e trinta e quatro) e 530 (quinhentos e trinta) entradas respectivamente, fato que demonstra um delineamento no sentido de mostrar pesquisadores que trabalharam com esses aspectos no período medieval, ainda que nem todos sejam, de fato, medievalistas ou preocupados com o objeto da maneira que propomos. O que

⁹⁰ Para uma consulta mais geral e de caráter introdutório a respeito da Busca Booleana em português, Cf. SAKS, F. C. *Busca Booleana: teoria e prática*. 2005. 60 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Gestão da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

⁹¹ O que caracterizava o certo refinamento e precisão destacados acima no nosso levantamento inicial da documentação, que se mostram necessários nessa etapa mais mecânica da pesquisa, onde temos que elaborar o banco de dados para o qual faremos nossas perguntas.

impede um psicólogo, por exemplo, sem nenhuma preocupação em apresentar um debate historiográfico centrado no monasticismo medieval, de trabalhar com um monge a fim de buscar elementos da infância e juventude na Idade Média⁹²? Precisávamos encerrar todas essas questões antes de propor a análise definitiva que nos daria os nomes dos pesquisadores que efetivamente deveriam compor a documentação que estruturaria nosso banco de dados.

Seiscentas e cinquenta e quatro entradas, portanto, ainda não condizia com a realidade dos estudos brasileiros que possuíam o monasticismo medieval como objeto central de suas pesquisas. Estava na hora de usarmos os filtros do próprio sistema de buscas para finalizarmos nossas possibilidades de delimitação das fontes (esses filtros estão logo abaixo do campo de buscas, em uma série de caixas enfileiradas com seus respectivos atributos descritos logo ao lado). As duas primeiras caixas de filtro não nos interessam para fins de pesquisa, diferentemente da terceira que nos ajudou a refinar ainda mais os resultados. Clicando na caixa “Atuação profissional” uma janela se abre na tela com as seguintes opções: “Grande área”, onde podemos optar pelas grandes áreas de atuação como ciências humanas, ciências exatas e da Terra, ciências biológicas, ciências sociais aplicadas etc.; “Área”, onde só aparecem opções quando escolhemos uma das grandes áreas disponíveis na caixa acima, como História quando optamos por ciências humanas; “Subárea”, que também só pode ser preenchida quando escolhidas as opções acima, como História Antiga e Medieval; e, por fim, “Especialidade”, para a qual, no caso de História Antiga e Medieval, não dispomos de nenhuma opção (se escolhermos História do Brasil, algumas especialidades como História do Brasil República aparecem). Em nosso caso, o filtro ficou na seguinte ordem: Ciências Humanas, História, História Antiga e Medieval, forçando o sistema de busca a procurar por pesquisadores que optaram por essa área de atuação em seu currículo.

Ainda que os resultados obtidos com o filtro da área de atuação não tenham levado a reduções expressivas nas entradas se comparados aos resultados com os operadores lógicos, dispomos agora de referências mais refinadas, com o auxílio da própria ferramenta de busca, para começarmos a trabalhar nome por nome, em vista não só de uma abordagem quantitativa, mas sobretudo qualitativa, considerando os filtros de busca e os operadores lógicos que nos ajudaram a selecionar e reunir essa documentação para a nossa pesquisa. Isto posto, esses foram os resultados da última pesquisa, realizada em abril de 2017:

⁹² Cf. LEVISKY, D. *Um monge no divã: a trajetória de um adolescente na Idade Média central*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Palavras-chaves	AND Medieval + Atuação	AND Idade Média + Atuação
Monasticismo	25	36
Monaquismo	44	34
Monástico	26	25
Monástica	66	65
Monastério	4	3
Monge	51	38
Mosteiro	65	59
Total Parcial	281	260
Total Final	541	

Tabela 3 – Resultados da terceira busca na Plataforma Lattes, utilizando filtros de atuação profissional, realizada em abril de 2017

Todo um trabalho manual ainda se seguiu após esses resultados. Primeiro, listamos todos os 541 (quinhentos e quarenta e um) nomes que apareceram em uma tabela simples do Excel, depois, organizamos em ordem alfabética e, finalmente, cortamos os nomes repetidos. No processo, 330 (trezentos e trinta) nomes foram eliminados da lista, o que resultou em um total final de 211 (duzentos e onze) pesquisadores. A partir de então, os critérios que explicitamos acima para a inclusão ou não de pesquisadores em nossa base de dados estruturada deveriam ser aplicados à leitura crítica dos currículos e de alguns trabalhos com a finalidade de localizarmos os pesquisadores que produzem ou já produziram conhecimento na área sobre o monasticismo ocidental medieval.

Após separarmos os doutores e doutorandos, pelos motivos explicitados no fim do tópico anterior; analisarmos os títulos de teses, artigos, livros e capítulos de livros; após fazermos uma leitura minuciosa de resumos dessas teses, artigos e de projetos de pesquisa desses 211 (duzentos e onze) pesquisadores, procurando por informações que nos fizesse acreditar que esses haviam colocado, em alguns desses estudos, o monasticismo medieval ocidental como seu objeto central de análise, chegamos ao surpreendente número de 23 (vinte e três) autores que já produziram ou estão produzindo trabalhos acadêmicos acerca do tema⁹³.

⁹³ Para um exemplo de como aplicamos esse recorte definitivo na nossa documentação, explicitaremos dois casos para deixarmos clara a nossa posição quanto ao que valorizamos para fins de delimitação das fontes que comporão a documentação que será usada para a estruturação de nosso banco de dados. Ex.1): Carolina Coelho Fortes: no caso da professora Carolina Fortes, uma breve leitura atenta da descrição proposta pela mesma no currículo Lattes, no espaço designado para a descrição feita pelo próprio pesquisador, nos mostra a ausência de termos ligados ao monasticismo quando esta expõe seus temas de pesquisa. São eles os seguintes: “História Medieval”, “Hagiografia”, “História de gênero”, “Ordem dos pregadores”, “História da Educação na Idade Média” e “Identidade” (conteúdo retirado da Plataforma Lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 4 maio 2018.). Como foi trabalhado anteriormente neste texto, a descrição proposta pelo autor é imprescindível para

Comparando o número de teses e dissertações que tratam do monasticismo no catálogo de Rivair Macedo (oito em nossa concepção e seis na do autor, como apresentado anteriormente) a esse número que chegamos, compreendemos um crescimento proporcional não só da totalidade dos estudos medievais, como dos estudos monásticos no Brasil.

nossa análise, contudo não a tomamos como definitivo para o enquadramento ou não desses pesquisadores em nosso *corpus* documental, avançamos então pelo currículo da pesquisadora até encontrarmos os elementos que procurávamos para definirmos sua contribuição para o conhecimento em torno do monasticismo latino medieval. Sua tese de doutorado intitulada “*A construção da identidade institucional da ordem dos frades pregadores no século XIII*” (esse é um indicador dos usos problemáticos da plataforma, pois o título indicado da tese no Lattes é diferente da do PDF disponibilizado pela base de dados da UFF, na qual o título apresentado é: “*Societas Studii: a construção da identidade institucional e os estudos entre os frades pregadores no século XIII*”) deixa claro em seu título o eixo central de sua pesquisa como os frades pregadores do século XIII, tendo sido elaborada a construção de sua identidade a partir de um discurso pautado no seu papel de estudantes. Se levarmos em consideração que pelo menos até o século XII o ensino das letras estava em posse das ordens monásticas (LE GOFF, J. 1957 [2017], p. 47), podemos entender que a pesquisadora utilizou de aspectos do discurso monástico em torno da educação para construir sua argumentação acerca da construção da identidade desses pregadores urbanos do século XIII. Contudo, esses aspectos ainda não caracterizam seu trabalho como preocupado com a centralidade do monasticismo para entender a construção dessa identidade. Até agora, nem a descrição nem a tese de doutorado da professora Carolina Fortes justificariam sua entrada em nossa documentação, precisamos confirmar o seu não enquadramento a partir das informações de outros espaços de seu currículo Lattes. Com relação aos títulos de seus projetos de pesquisa, nenhum deles se mostra interessado no monasticismo em si ou como um aspecto central para entender seus temas de pesquisa sobre a sociedade medieval. Seus dois projetos atuais de pesquisa são intitulados “Poder e Igreja na Idade Média central: pesquisa e ensino em história medieval” e “A construção da identidade da ordem dominicana no século XIII”. E, finalmente, na sua produção bibliográfica não encontramos nenhum artigo, livro ou capítulos de livros que proponham uma análise do monasticismo medieval da maneira como estamos procurando. O último campo do currículo analisado foi o de orientações, onde também não foi encontrado nenhum trabalho orientado pela professora no âmbito dos estudos monásticos. Dessa forma, não encontramos os elementos que buscávamos no currículo da professora, o que nos colocou a questão sobre qual o motivo do Lattes ter mostrado seu nome quando refinamos ao máximo nossa pesquisa na ferramenta. Procuramos as palavras-chaves no currículo da professora a partir do comando CTRL + F no navegador Google Chrome, e encontramos somente a palavra “monástica” em 7 ocorrências, sendo elas em ciclos de debates dos quais participou e publicou nos anais, bancas de teses e dissertações e eventos dos quais participou, ou seja, nada que tivesse importância decisiva para os nossos critérios de avaliação. Logo, sua exclusão de nosso *corpus* documental estava justificada. Ex.2): Edmar Checon de Freitas: no caso do professor Edmar Checon não tivemos tantas hesitações. Para título de exemplo podemos destacar que logo no texto de descrição o professor destaca que trabalha com Martinho de Tours e o monaquismo cristão em geral. O mesmo processo feito com a professora Fortes foi feito no currículo disponibilizado por Checon na Plataforma Lattes, a partir da descrição partimos para a análise de sua tese de doutorado. O título explicitado na Plataforma é o mesmo que encontramos no banco de teses e dissertação da CAPES: “*Realeza e santidade na Gália Merovíngia: o caso dos Decem Libri Historiarum de Gregório de Tours (538-594)*”. Contudo, devido à data de sua defesa ter sido antes da Plataforma Sucupira, isto é, em 2004, não tivemos acesso ao resumo ou ao PDF de seu trabalho, nem mesmo a encontramos no catálogo de Rivair Macedo. Entretanto, não foi necessária uma busca mais atenta ao seu trabalho de doutorado em virtude do título de sua tese evidenciar seu eixo central de análise, a noção de realeza e santidade no discurso produzido na Gália da dinastia Merovíngia. Para chegar a essas noções propõe uma análise minuciosa de uma obra do bispo Gregório de Tours, o *Decem Libri Historiarum*. Não notamos nenhuma importância dada ao monasticismo na análise dessas noções, também não encontramos um projeto de pesquisa que implique numa valorização do monasticismo no sentido que procuramos. Seus dois projetos de pesquisa mais recentes são “Viagens e viajantes na Idade Média: Venâncio Fortunato nos caminhos de São Martinho” e “História (trans)nacional: perspectivas e conexões”. Em sua produção bibliográfica encontramos um artigo de 1997, ano em que ainda estava fazendo sua especialização em História Social na Universidade Federal do Espírito Santo, sobre as regras monásticas de São Basílio de Cesaréia e as relações de poder no Oriente romano do século IV. Em “trabalhos completos publicados em anais e congressos” encontramos um texto sobre Paulo e Antão, assim como um sobre o monacato basiliano. No campo de orientações encontramos uma orientação de mestrado concluída sobre a posição do bispo em relação a cristãos vaidosos, monges vagabundos e reis maus. Levando tudo isso em consideração, decidimos manter o nome de Edmar Checon de Freitas na nossa documentação. Com esses dois exemplos acreditamos ter demonstrado o nosso trabalho nesse corte de 211 (duzentos e onze) nomes para os 23 (vinte e três) que serão mostrados a seguir no texto.

Esses 23 (vinte e três) nomes não podem ser considerados o número final de pesquisadores que trabalharam ou trabalham com o monasticismo. Afinal, outras chaves de leitura podem ser aplicadas a esse resultado parcial, fazendo com que alguns nomes sejam retirados. Em contrapartida, novos nomes podem ser adicionados tanto a partir de outros entendimentos sobre o que consiste em trabalhar efetivamente com o monasticismo, quanto por novas defesas de doutorado, novos artigos e/ou livros produzidos etc. Como dito anteriormente, essa pesquisa, como qualquer outra pesquisa na área de História, não deseja encerrar nenhuma discussão. Nosso objetivo é, fundamentalmente, o de propor um balanço dos estudos sobre o monasticismo no Brasil, visando uma análise dessa produção de conhecimento em sua relação com a estruturação do campo de História Medieval no país, com a finalidade de compreender o seu valor para produção historiográfica brasileira e para reprodução desse campo acadêmico. Portanto, essa *lista de caráter temporário* foi proposta com o intuito de começar um debate ainda não colocado na historiografia brasileira, a saber, qual o lugar do monasticismo na jovem, porém crescente medievalística do país.

Aqui estão, enfim, os 23 (vinte e três) nomes que propomos, em ordem alfabética:

Pesquisadores
1. Alex da Silveira de Oliveira
2. Ana Paula Lopes Pereira
3. Andrea Dal Pra de Deus
4. Andreia Cristina Lopes Frazao da Silva
5. Bruno Uchoa Borgongino
6. Carlile Lanzieri Júnior
7. Claudia Regina Bovo
8. Dirceu Marchini Neto
9. Dulce Oliveira Amarante dos Santos
10. Edmar Checon de Freitas
11. Gabriel de Carvalho Godoy Castanho
12. Juliana Salgado Raffaeli
13. Leandro Alves Teodoro
14. Leila Rodrigues da Silva
15. Maria Cristina Correia Leandro Pereira
16. Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho
17. Matheus Coutinho Figuinha
18. Néri de Barros Almeida
19. Renan Friguetto
20. Ronaldo Amaral
21. Rossana Alves Baptista Pinheiro
22. Sidinei Galli
23. Tatiana Machado Boulhosa

Tabela 4 – Resultado (parcial) da pesquisa, finalizada em setembro de 2017

No próximo capítulo faremos uma primeira análise sociológica dos estudos monásticos no Brasil a partir desses nomes, procurando mostrar onde cada um desses pesquisadores se formou, quem foram seus orientadores, onde estão desenvolvendo suas pesquisas hoje etc. Para esse tipo de análise precisávamos pensar em como estruturaríamos nosso banco de dados, quais classificações seriam propostas em formas de colunas e como essas informações seriam dispostas nas mesmas. Para isso precisávamos de um planejamento específico para a elaboração de um banco de dados. Tiago Gil propõe 3 (três) modelos de planejamento, cada um compreendendo uma etapa dessa programação (no sentido amplo do termo, ou seja, na acepção de fazer um programa de tarefas, uma ordem de ações a serem cumpridas), são eles os modelos conceitual, lógico e físico⁹⁴. Cada minuto gasto no planejamento do banco de dados, nesse mundo da computação, converte-se em uma economia de horas no processo de pesquisa, justifica o autor⁹⁵. Então, uma vez que pretendemos informatizar nossa pesquisa com o fim de realizar consultas rápidas e sistemáticas das fontes, ganhamos tempo pensando no planejamento de nosso banco de dados, que será exposto a seguir.

2.3 A estruturação do banco de dados

A primeira forma que pensamos para organizar esses nomes foi a de uma tabela, mas quais informações seriam privilegiadas para compô-la? A essa altura da pesquisa já tínhamos pensado em diversas classificações que nos seriam úteis para a análise de nossa documentação, mas não podemos nos iludir, como alerta Gil, acreditando que nossa tabela compreenderia a complexidade da realidade social desse campo acadêmico. Como evidencia em seu trabalho:

Colocar a história dentro de um banco de dados é uma simplificação, mas nosso trabalho é sempre uma simplificação. A complexidade da vida social não cabe no texto, tanto que precisamos de conceitos para nos aproximar dela, como tampouco cabe nos campos de uma base.⁹⁶

A partir dessas concepções, elaboramos uma tabela no Microsoft Excel que nos auxiliou no decorrer da pesquisa a simplificar a realidade social do campo acadêmico que nos propomos a analisar. As informações que privilegiamos em cada currículo, ou seja, nossas classificações⁹⁷,

⁹⁴ GIL, op. cit., p. 58.

⁹⁵ GIL, op. cit., p. 58.

⁹⁶ Ibidem, p. 21-22.

⁹⁷ Segundo Tiago Gil, classificar faz parte do trabalho do historiador, para ele a classificação nada mais é (na elaboração de bancos de dados) o ato de formalizar com clareza necessária o processamento de nossos critérios de análise, que por sua vez estão manifestos na escolha dos campos da tabela. Cf. GIL, op. cit., p. 21.

foram ordenadas em colunas na tabela, as quais, na nomenclatura utilizada para o tratamento de banco de dados, são reconhecidas como “campos”. Assim sendo, nossos critérios em uma pesquisa que envolva a elaboração de um banco de dados ficam expostos o tempo inteiro, pois é só olhar para o topo de cada coluna da tabela que veremos os preceitos que levamos em conta na elaboração da mesma.

Seguindo o esquema proposto por Tiago Gil, partimos então de um problema, empreendemos uma seleção e reunião de nossas fontes produzindo assim nosso *corpus* documental, e agora estamos na etapa que ele chama de “desmonte” da documentação – na qual, a partir de nossos critérios, do próprio *métier* do historiador, desmontaremos os currículos dos 23 (vinte e três) pesquisadores colocando cada informação no campo correspondente a ela. O planejamento da tabela, nesse sentido, facilitaria nossa compreensão do universo que estamos estudando, pois, cada informação da documentação “desmontada” ali em forma de campos da tabela (que demonstram nossos critérios de análise) serão úteis na hora da reorganização desse material para a produção de uma narrativa clara, levando em consideração conceitos teóricos e guiada por nosso problema inicial de pesquisa. Portanto, o objetivo final de todo trabalho em História, utilizando ou não a elaboração de um banco de dados, deve ser convertido em um texto. O texto é, fundamentalmente, o trabalho máximo do historiador, é o nosso produto final em qualquer pesquisa. Sendo assim, esta etapa de estruturação do banco de dados tem como objetivo esse desmonte da documentação levantada até aqui para fazermos perguntas ao que Gil chama de “metafontes”⁹⁸, o que caracterizaria o processo de análise, para então chegarmos ao produto final.

Nossa tabela privilegiou os seguintes campos em sua estruturação: o nome do autor, a titulação, o programa de pós-graduação no qual conquistou seu título, seu orientador, o vínculo institucional atual, título de tese ou dissertação (desde que seja doutorando), região geográfica estudada na tese ou dissertação, o período abordado, a documentação utilizada, o tema e a abordagem do trabalho, a produção inicial e a mais recente (artigos, livros e/ou capítulos de livros), produção escrita internacional e projetos de pesquisa. Julgamos que essas informações são o suficiente para um desmonte seguido de uma análise sociológica do que diz respeito à atividade acadêmica de cada pesquisador que identificamos como sendo preocupado com o monasticismo ocidental medieval.

O nome e a titulação são auto explicáveis, já o programa de pós-graduação no qual se formou merece uma explicação um pouco mais detalhada. Optamos por prezar por essa

⁹⁸ Que seria o resultado desse desmonte da documentação levantada. Cf. GIL, op. cit., p. 16.

informação devido à análise regional da formação do campo acadêmico estudado e sua reprodução que será proposta posteriormente. Qual programa de pós-graduação brasileiro mais formou pesquisadores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo? Em qual universidade esse programa está institucionalizado? Em que região do Brasil essa universidade formou esses pesquisadores? Essas e outras questões nos fizeram privilegiar essa referência. O orientador e o vínculo institucional atual também vêm no bojo dessas questões acerca da rede que estrutura o campo acadêmico em questão, da regionalidade e da institucionalização da produção desse conhecimento, com um destaque para o vínculo atual devido ao fato de proporcionar dados importantes também para investigações futuras, pois esse pesquisador pode estar no processo de orientação de novos trabalhos que podem vir a ser integrados em novas análises.

Toda a parte da tabela voltada para a tese (em alguns casos, dissertação) do pesquisador é fruto de nossa preocupação com o trabalho que, muitas vezes, demanda maior fôlego na carreira do mesmo. Esses trabalhos são responsáveis (ou deveriam ser) pela elaboração de um novo conhecimento em torno do objeto que analisa, permitindo novos debates e novas perspectivas de análise, propondo, assim, a renovação da área que mencionamos acima. Em consequência da importância dessas produções, e do caráter de “desmonte” da documentação na elaboração de um banco de dados, propomos colunas (campos) na tabela com informações criteriosas sobre elas, que nos proporcionarão buscas precisas e sistemáticas para uma análise meticulosa dessas chamadas “metafontes”⁹⁹, com a finalidade de compreendermos quais períodos, regiões, documentações ou abordagens (política, econômica, cultural etc.) são privilegiados nos estudos acerca do monasticismo no Brasil, com o objetivo de auxiliar futuros estudos¹⁰⁰ a respeito da avaliação dos aspectos teórico-metodológicos utilizados nos trabalhos produzidos nesse campo acadêmico em crescimento. Dessa maneira, demonstramos o caráter de qualitativo de nossa pesquisa, que, para chegarmos ao resultado que expomos, nos demandou análises minuciosas dos currículos e das obras desses autores.

As colunas que tratam da produção nacional, produção internacional e projetos de pesquisa são fruto de classificações e critérios adotados no levantamento de nossa documentação. Analisando alguns pesquisadores que não trabalharam com o monasticismo em

⁹⁹ Nesse caso, as informações reorganizadas retiradas das teses e/ou dissertações na tabela.

¹⁰⁰ Como dito anteriormente, para este trabalho privilegiamos uma análise sociológica da produção acadêmica em torno do monasticismo ocidental medieval na medievalística brasileira, mas pretendemos abrir caminhos ainda não abertos na historiografia brasileira.

suas teses doutorais, mas que vieram a produzir algo sobre o tema, chegamos à conclusão de que essa informação deveria ser levada em consideração para nossos objetivos. Pesquisadores que trabalharam com a monarquia portuguesa em sua tese, por exemplo, e acabaram produzindo artigos ou desenvolvido projetos de pesquisa que, de alguma forma, trouxeram contribuições para os estudos monásticos brasileiros foram adicionados ao nosso banco de dados. Além disso, nos preocupamos em desmembrar em duas a coluna “Produção” (“produção inicial” e “final”) a fim de medir a periodicidade com a qual os autores têm se empenhado no estudo do monasticismo medieval, ou seja, momentos da carreira do pesquisador nos quais ele começou e/ou deixou de trabalhar com o monasticismo. Esse interesse pelo tema se mostrou antes ou após a produção de sua tese de doutorado? Essa produção antes do doutorado pode ser fator de inclusão desse pesquisador em nossa lista? São algumas das questões que nossos critérios para a estruturação do banco de dados suscitaram.

Procuramos ainda pensar o pesquisador brasileiro e seu debate não só com os medievalistas regionais ou nacionais, como também com a comunidade internacional de estudiosos do período. A questão que se segue é como perguntaríamos isso para as fontes reorganizadas em nosso banco de dados, ou seja, como classificaríamos informações que nos proporcionariam o acesso a respostas para essas questões? Visando possíveis debates entre a historiografia medievalista nacional e a comunidade internacional, para além do nosso pressuposto com relação ao interesse pelo monasticismo, idealizamos a coluna “Produção internacional”, na qual exporíamos informações acerca de textos produzidos para publicações internacionais dos pesquisadores em questão. Acreditamos que dessa maneira podemos pensar até mesmo a inserção desses medievalistas na produção internacional de conhecimento.

Por fim, temos o campo “Projeto de pesquisa”, que foi pensado devido à importância na produção e divulgação do conhecimento dos projetos de pesquisa promovidos por pesquisadores nas instituições às quais estão vinculados. Esses projetos muitas vezes agregam diversos alunos colaboradores, sejam da graduação ou da pós, proporcionando um primeiro contato desses – no caso de graduandos – com a pesquisa científica. Esse primeiro contato pode ser decisivo para futuros trabalhos sobre aquele tema, estimulando novas produções. Os projetos de pesquisa foram importantes para a definição da inclusão do pesquisador em nossa lista, pois, além de gerar esse estímulo à novas produções, se caracteriza como um esforço do pesquisador em promover um maior contato dos alunos com as documentações primárias, bem como com as reflexões teórico-metodológicas em torno dessa documentação, preparando-os assim para o melhor exercício de sua profissão. Assim sendo, entendemos esse primeiro contato do aluno com a pesquisa um meio institucionalizado de divulgação dos estudos monásticos, e

por este motivo uma informação importante para nosso banco de dados.

Nosso trabalho de seleção/reunião da documentação e desmonte da mesma para inserção em uma tabela permitiu a elaboração de diversas classificações a partir de nossa experiência como historiador e do exercício prático de pesquisa. De outra forma, não teríamos a experiência necessária para melhor conduzir essa tarefa. Foi na vivência acadêmica e na prática de pesquisa que desenvolvemos nossa maneira de delimitar nossa documentação a partir de um problema; que pensamos em maneiras de abordar as ferramentas de busca com a finalidade de encontrar essa documentação; que pudemos formalizar critérios de classificações para o desmonte e estruturação de um banco de dados; além da própria maneira de entender a natureza e os objetivos de nossa pesquisa. Ademais, foi só a partir do contato com a Plataforma Lattes que chegamos à melhor maneira possível de estruturarmos nosso banco de dados. Sabemos, contudo, dos limites que essa plataforma nos impõe, mas não encontramos uma maneira melhor para identificar os nomes dos pesquisadores que trabalham com o monasticismo medieval no Brasil. Mais que os limites, portanto, valorizamos, sobretudo, o caráter de divulgação científica que a Plataforma Lattes oferece; uma base de dados gerenciada por um órgão institucional ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que possibilita uma visão ampla da realidade acadêmica brasileira, e que ainda não possui correspondentes fora do país¹⁰¹. Após o contato com essa importante ferramenta, estruturamos nosso banco de dados, a partir da proposta de Tiago Gil, com o intuito de facilitar o processo de perguntas que serão feitas aos “metadados” que construímos desses pesquisadores. Nesse sentido, a elaboração de um banco de dados para auxiliar a pesquisa em História se torna uma importante ferramenta para o historiador, ferramenta que nos propomos a utilizar no decorrer de nossa análise do lugar do monasticismo na medievalística brasileira.

3. UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO MONASTICISMO NA MEDIEVALÍSTICA BRASILEIRA

¹⁰¹ Em moldes próximos ao Lattes conhecemos apenas a Plataforma DeGóis Disponível em: <<http://www.degois.pt/globalindex.jsp>>. Acesso em: 5 maio 2018

Tratamos, no capítulo anterior, do trabalho de reunir e selecionar nossas fontes, do desmonte das mesmas a partir da estruturação de um banco de dados e de todo o processo que a criação de um banco de dados em História demandou em nossa pesquisa. Explicitada a parte técnica de nosso trabalho, abordaremos, neste capítulo, a primeira análise de nossas “metafontes” com o intuito compreender o alcance dos estudos monásticos na medievalística brasileira. Com esse objetivo em mente, estruturamos nosso texto em três partes, cada uma versando sobre um aspecto de nossa análise social da produção e reprodução do conhecimento acerca do monasticismo medieval Ocidental na historiografia do país.

Na primeira parte, discorreremos a respeito da formação desses pesquisadores, a fim de captarmos as origens sociais, institucionais e regionais desse conhecimento. Buscamos explicar uma maior participação das mulheres na construção e reprodução desses estudos e levantamos a hipótese de uma possível ascensão do interesse em torno do monasticismo na medievalística brasileira. Partindo desse pressuposto, reuniremos informações a respeito das teses de doutorado dos 23 (vinte e três) nomes listados em nosso banco de dados, como os professores responsáveis pelas orientações das teses, os programas de pós-graduação no qual elas foram desenvolvidas, as instituições as quais os programas estão vinculados, bem como as datas dessas defesas, a fim de encontrarmos pistas que confirmem, ou não, nossa hipótese inicial.

Os dados que demonstraremos na primeira parte do texto, acerca das defesas de doutorado desses pesquisadores, tem como objetivo tratar de nossa hipótese, qual seja, o crescimento de trabalhos de doutoramento em um contexto de estruturação do campo de História Medieval no Brasil¹⁰². Julgamos de grande importância compreender, além do crescimento no número de teses, o *locus* de produção e difusão desse conhecimento no país. Para isso, analisaremos dados a respeito da localização regional das instituições nas quais esses pesquisadores defenderam suas teses, e de seu vínculo profissional atual¹⁰³. Nas duas últimas partes deste capítulo, proporemos, portanto, uma análise comparativa do momento de formação desses pesquisadores, ou seja, da construção e defesa de suas teses de doutorado, com o de sua vinculação atual. Buscamos inquirir, com essa análise social a respeito da produção e reprodução desse conhecimento específico, qual o alcance do monasticismo medieval ocidental para a construção da medievalística brasileira, bem como sua importância para a estruturação do campo de História Medieval no Brasil.

¹⁰² Cf. BASTOS, op.cit.

¹⁰³ Professores ou qualquer outro vínculo ligado a área da educação.

3.1 A formação dos medievalistas brasileiros: a ascensão dos estudos monásticos no país

Exporemos a seguir análises que, esperamos, proporcionem uma percepção de cunho sociológico da estruturação do campo de História Medieval no Brasil, a partir dos medievalistas que trabalharam ou trabalham com o monasticismo medieval – nosso problema inicial de pesquisa – a fim de percebermos a importância desse aspecto daquela sociedade na e para a medievalística brasileira. Dessa maneira, cada um dos 23 (vinte e três) nomes listados acima faz parte das “metafontes” que reorganizaremos aqui com o intuito de compreender as especificidades de um campo cada vez mais atrativo, mas que não deixa de nos demonstrar os problemas institucionais que pesquisadores da área precisam superar para a produção do conhecimento desse e de outros aspectos do período medieval no país.

Primeiramente, precisamos deixar claro o que entendemos como “medievalista” para fins de classificação nesse estudo. Para tanto, utilizamos a definição apresentada por Wanessa Colares Asfora, Eduardo Henrik Aubert e Gabriel de Carvalho Godoy Castanho em um artigo publicado em *Le Moyen Âge vu d'ailleurs: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*, intitulado *L'histoire médiévale au Brésil: Structure d'un champ disciplinaire*¹⁰⁴, onde o “medievalista” aparece segundo uma ótica *institucional*: o docente de programas de pós-graduação que possui titulação na área de História Medieval e que pode, assim, atuar direta e perenemente na produção e reprodução de seu campo disciplinar¹⁰⁵. O texto supracitado procura dar conta da estruturação do campo de História Medieval no Brasil como um todo, colocando em prática um debate acerca da área *pari passu* a um debate dentro da mesma, com o intuito de fortalecer a institucionalização da profissão do historiador medievalista e de privilegiar uma reflexão teórica sobre o ofício¹⁰⁶. Na parte do texto onde tratam do docente e do medievalista vão propor uma distinção entre os dois que deixa clara a sua posição quanto ao que viria a ser esse profissional:

Podemos definir o docente como aquele que, mesmo não possuindo alguma formação específica em História Medieval, ensina esta disciplina na universidade, e como medievalista, o docente que em seu mestrado e/ou doutorado e/ou pós-doutorado, desenvolveu pesquisa em História Medieval. É esse último, quase exclusivamente, que participa da produção e reprodução dos conhecimentos em História Medieval no Brasil [...] O ensino

¹⁰⁴ Cf. ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit.

¹⁰⁵ Destacamos que em nosso trabalho utilizaremos a definição de medievalista também para professores substitutos e pós-doutorandos, desde que estejam atuando como professores nos níveis de graduação e/ou pós-graduação no momento que estamos analisando, como são os casos de Juliana Salgado Raffaeli e Matheus Coutinho Figueira, respectivamente.

¹⁰⁶ ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 9.

desenvolvido por não especialista leva frequentemente a simples reprodução de conhecimentos, uma vez que o docente não domina os elementos que estão em jogo na disciplina.¹⁰⁷

Dessa maneira, deixamos claro o que entendemos por “medievalista”¹⁰⁸. Apresentaremos, agora, as questões que moveram nossa pesquisa no sentido de traçar os caminhos da formação desses medievalistas para uma apreensão da importância dos estudos monásticos na estruturação do campo.

Primeiro, buscamos sistematicamente em nosso banco de dados informações acerca dos programas de pós-graduação em que cada medievalista se formou. Essa primeira análise dos programas de pós-graduação proporciona não só uma compreensão do caráter institucional da produção desse conhecimento, como também pode ser encarada enquanto ponto de partida de uma investigação do micro ao macrorregional dessa produção no país. Portanto, a partir dessas informações sabemos qual programa, e, conseqüentemente, qual universidade mais formou pesquisadores que trabalharam ou trabalham com o monasticismo medieval, por conseguinte sabemos o Estado no qual a universidade está instalada, bem como a região do Brasil a qual esse Estado pertence. Começamos demonstrando, então, os programas de pós-graduação no qual esses pesquisadores defenderam suas teses de doutorado.

Como explicitado anteriormente, alguns pesquisadores não trabalharam com o monasticismo em sua tese de doutoramento, mas produziram algum trabalho, seja artigo, capítulo de livro ou mesmo livros acerca da temática em questão. Portanto, devemos ter em mente que os profissionais que terão seus currículos analisados aqui não necessariamente defenderam suas teses de doutorado nos programas que serão listados com a temática e/ou a abordagem do monasticismo que estamos privilegiando. Todavia, os programas que formaram esses pesquisadores se fazem importantes em nossa análise devido ao caráter diacrônico de nossa pesquisa, que procura traçar os caminhos que a produção desse conhecimento percorreu na estruturação da medievalística brasileira.

Além das informações sobre os programas e as universidades que formaram esses doutores, dados acerca de seus orientadores também estão presentes em nossa empreitada. Como esse saber se articula na formação do campo disciplinar de História Medieval no Brasil?

¹⁰⁷ ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 10-11.

¹⁰⁸ Sabemos que toda historiografia é fruto de seu tempo, e que todo historiador acaba sendo um historiador de seu próprio tempo, levando para o passado questões que são próprias do período no qual o mesmo constrói e reproduz símbolos que o ajudam a interpretar a própria sociedade em que vive; por esse motivo resolvemos apontar o que entendemos como “medievalista” em nosso texto.

Quais nomes estão por trás da produção desse conhecimento? Há um nome que podemos eleger como o mais recorrente nessa produção? Além de respostas a essas questões, o conhecimento acerca dos orientadores nos permite – a partir dos cruzamentos com outras informações – esboçar uma “tradição” dos estudos monásticos na medievalística brasileira.

Os programas de pós-graduação reconhecidos pelas CAPES que mais formaram doutores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo medieval Ocidental no país foram o Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ¹⁰⁹ e o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP¹¹⁰, um com 4 (quatro) e o outro com 3 (três) defesas respectivamente. Seguindo de perto esses dois programas, temos com duas defesas cada, o Programa de Pós-Graduação em História da Unesp¹¹¹, o Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp¹¹², o Programa de Pós-Graduação em História da UFF¹¹³ e o Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ¹¹⁴. Além desses, mais 3 (três) programas aparecem com uma defesa cada, sendo um deles de uma instituição particular. Fora do país temos dois doutorados na França, dois na Espanha e um na Itália, como demonstramos no gráfico a seguir:

¹⁰⁹ Programa relativamente novo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 2002, com nota 4 (quatro) junto a CAPES. No site do programa é informado que a metodologia privilegiada na formação do mesmo é a de pesquisadores como Marcel Detienne, Henri Pirenne, Marc Bloch, Jürgen Kocka, Paul Veyne, Charles S. Maier, dentre outros. Disponível em: <<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹⁰ O Programa de Pós-Graduação em História Social da USP é um dos mais antigos do país. Com nota 6 (seis) junto a CAPES atualmente, o programa se institucionalizou em 1971 sendo o precursor das interpretações canônicas do Brasil e em campos como História do cotidiano, cultura material, demografia histórica, história da ciência, entre outros. Disponível em: <<http://ppghs.fflch.usp.br/posgraduacao/hs/programa/apresentacao>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹¹ Tendo sido implantado em 1979, o Programa de Pós-Graduação em História da Unesp passou por várias reestruturações até a implementação do curso de doutorado em 2001. Hoje, com nota 5 (cinco) junto a CAPES, “vem colaborando destacadamente para a ampliação da produção historiográfica de qualidade no país e para a formação de quadros do ensino universitário brasileiro”. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/index.php#!/pos-graduacao/stricto-sensu/historia/apresentacao1074/historico/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹² Na Unicamp, seu Programa de Pós-Graduação em História foi implantado em 1976 como Programa de Mestrado em História do Brasil, refletindo, por suas referências teóricas, abordagens e métodos, tendências inovadoras da historiografia brasileira. Na década de 1980, implementa o curso de doutorado, abrindo-se para outras linhas de pesquisa. Hoje, o programa tem nota 6 (seis) junto a CAPES no mestrado e no doutorado. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/historia/programa>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹³ Criado em 1971, sendo constituído primariamente pelo curso de mestrado, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense implantou seu curso de doutorado em 1985. Foi o primeiro programa reconhecido como de excelência na área de história no país, com a avaliação 7 (sete) da CAPES em 1998, e hoje mantém a mesma nota junto ao órgão. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹⁴ O Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi implementado em 1982, hoje possui nota 6 (seis) da CAPES, que é considerada nota de programa com “elevado padrão de excelência”. Em seus 35 anos de existência já se formaram cerca de 800 mestres e doutores. Disponível em: <<https://www.ppghis.historia.ufrj.br/o-programa/apresentacao/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

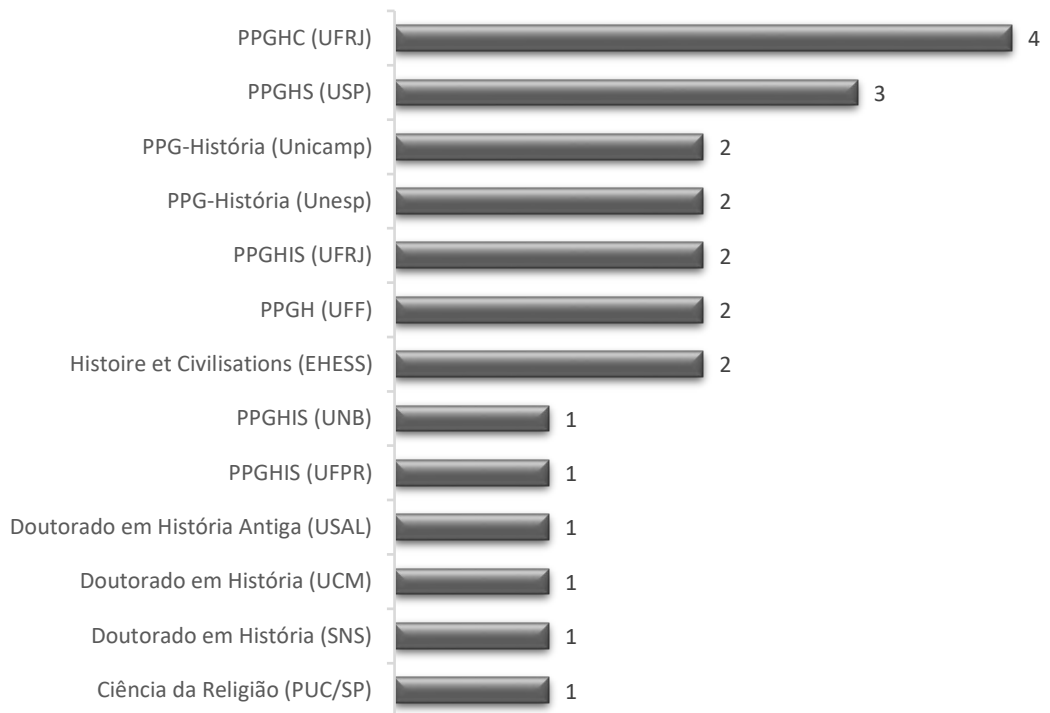


Gráfico 1 – Defesas em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior

O Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ é o programa brasileiro da área de História mais novo e, ao mesmo tempo, o que mais formou os medievalistas que compõem o nosso banco de dados. Essa constatação pode demonstrar um avanço significativo na abertura dos programas mais recentes em relação aos estudos medievais. Como podemos ver no texto de Asfora, Aubert e Castanho, no período em que procuram analisar o momento da estruturação do campo de História Medieval no Brasil, esse programa estava em processo de constituição, mas já propunha um objetivo interdisciplinar, com profissionais oriundos de diferentes disciplinas das ciências humanas¹¹⁵. Ainda segundo esses autores, as “condições para o desenvolvimento de pesquisas sobre períodos ou regiões mais distantes” só eram oferecidas por programas de pós-graduação consolidados há mais tempo, ou em instituições mais “tradicionais” onde existiam programas com ambições mais generalistas, como *História Social* e *História Econômica*¹¹⁶. Esse texto, publicado na França no ano de 2010, mas elaborado com dados coletados alguns anos antes, reconhece que o retrato da área de estudos no Brasil já apresentava diferenças entre esses dois momentos. Tendo isso em mente, é importante frisarmos que o cenário proposto pelos autores não tem mais os mesmos contornos, alguns programas

¹¹⁵ ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 29-30.

¹¹⁶ Ibidem., p. 15.

mais recentes citados no trabalho já se encontram estabilizados e com nomes mais genéricos, como é o caso da Universidade Federal do Pará e o seu programa de mestrado em *História Social da Amazônia*, que hoje se intitula Programa de Pós-Graduação em História e possui também o curso de doutorado¹¹⁷. Para além da institucionalização, a implementação de programas de pós-graduação com vistas a trabalhos com temas mais diversos e, portanto, não focados em uma única região do Brasil, ou com linhas de pesquisa que só favoreçam temáticas mais específicas, poderá proporcionar cada vez mais trabalhos sobre o período medieval nas universidades brasileiras. Dessa forma, temos constantemente novas possibilidades para entender a importância dada aos estudos monásticos nesse campo e sua importância para a estruturação do mesmo.

Outras características que se destacam desse gráfico são a presença de somente uma instituição de ensino superior particular, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e a quantidade de doutorados fora do país. Um aspecto que não mudou muito do período de coleta de dados para o texto publicado em 2010 (Asfora, Aubert e Castanho) e até hoje é o fato da Idade Média ainda ser compreendida como “algo entre o antigo e o exótico”, e a expansão institucional universitária no país ser orientada por um pragmatismo que procura atender às demandas sociais e/ou de mercado¹¹⁸. Assim sendo, universidades particulares continuam sendo minoria na CAPES se tratando de programas de pós-graduação na área de História¹¹⁹, o que acaba refletindo em nossa busca pela importância do monasticismo medieval ocidental na medievalística brasileira. Contudo, como pode ser notado, o programa de pós-graduação em questão é de Ciência da Religião, não de História; além disso, de acordo com as informações coletadas na Plataforma Lattes, a pesquisadora que produziu uma tese sobre o monasticismo medieval neste programa não possui atualmente vínculo com nenhuma instituição de ensino ou voltada para a educação, pública ou particular, e nem mesmo produziu artigos ou projetos de pesquisa sobre o monasticismo. A razão de compor o nosso banco de dados nesse momento se deve unicamente à sua tese de doutorado, que propõe uma análise do

¹¹⁷ Entretanto, o foco do programa continua sendo os estudos a respeito das diversidades sociais, étnicas e culturais em suas relações com a biodiversidade local, ou seja, o programa continua centrado nos estudos da Amazônia, o que pode dificultar a produção de trabalhos com outros recortes espaciais/temporais. Disponível em: <<http://pphist.proesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹¹⁸ CASTANHO; ASFORA; AUBERT, op. cit., p. 15.

¹¹⁹ No site da CAPES temos acesso a uma lista com o nome das instituições e o número de programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pelo órgão. Nessa lista de 63 (sessenta e três) instituições com programas de pós-graduação, encontramos apenas 8 instituições de caráter privado. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoles.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>>. Acesso em: 21 maio 2018.

papel dos santos em mosteiros celtas¹²⁰. Em uma pesquisa mais atenta às obras desses autores, utilizando esse banco de dados e seguindo os mesmos princípios, essa pesquisadora pode ser contestada como integrante de um grupo preocupado com a produção e reprodução dos estudos acerca do monasticismo. Porém, cabe-nos ressaltar novamente que não é nossa intenção nessa pesquisa propor uma investigação mais profunda das obras desses autores. Portanto, excluído esse caso, não temos nenhum pesquisador formado em uma instituição particular do país e que tenha trabalhado com o monasticismo medieval ocidental como objeto central ou como um importante meio para entender a Idade Média em suas pesquisas.

Os estudos acerca do monasticismo medieval no Brasil não podem ser considerados um fenômeno de origem apenas pública e nacional, pois alguns medievalistas que produziram teses ou qualquer outro trabalho privilegiado nessa pesquisa com essa temática (ou problemática) concluíram seu doutorado fora do país. Com dois doutorados na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, um na *Universidad Complutense de Madrid*, outro na *Scuola Normale Superiore di Pisa* e um último na *Universidad de Salamanca*, temos duas formações na historiografia francófona, duas na hispânica e uma na italiana, o que não é pouca coisa se tratando de uma temática ou problemática tão específica dentro de um campo que é tão pouco valorizado em termos sociais no país. Esses professores, em contato com essa historiografia estrangeira, acabam transmitindo aos seus alunos/orientandos debates historiográficos que talvez não chegassem ao país de outra maneira. A importância de professores atuando aqui com formação no exterior é gigantesca quando pensamos no quanto esses pesquisadores podem agregar para o diálogo com pesquisadores de outros países, de maneira que esse diálogo fortaleça cada vez mais a estruturação de nosso campo de estudos.

¹²⁰ Como mencionamos anteriormente, temos como pressuposto que uma tese de doutorado contribui com um novo conhecimento para a área específica de conhecimento na qual foi produzida. Dessa maneira, mesmo não atuando como reprodutora do campo no sentido que estamos trabalhando, essa pesquisadora teria proposto um novo olhar para os estudos monásticos que estamos priorizando.

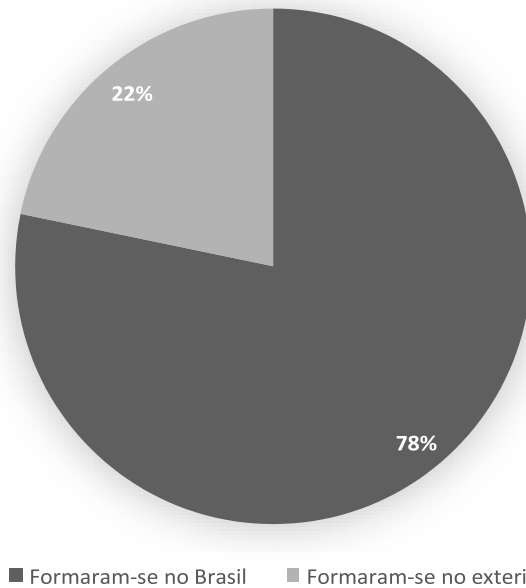


Gráfico 2 – Medievalistas formados no Brasil e no exterior

Com o gráfico exibido acima, podemos ver uma representação melhor da quantidade de profissionais formados no Brasil e em países estrangeiros. De um grupo de 23 (vinte e três) pesquisadores que trabalharam ou trabalham com nosso objeto em questão, 22% deles, ou seja, 5 (cinco) “docentes-pesquisadores”¹²¹ defenderam suas teses de doutorado fora do país. Mais à frente no texto apresentaremos gráficos que buscam representar as cidades/Estados e regiões de formação desses profissionais, de modo que possamos rastrear, como explicitado acima, a construção desse conhecimento.

Demonstrados os programas de pós-graduação, partimos agora para as universidades que formaram esses pesquisadores. Como veremos a seguir, a Universidade Federal do Rio de Janeiro é o polo de maior expressão na formação de profissionais medievalistas interessados em nossa temática. Com dois programas de pós-graduação, um mais recente e outro mais “tradicional”, essa instituição é responsável pela formação de 6 (seis) doutores em História Medieval. Logo atrás vem a Universidade de São Paulo com seus 3 (três) nomes no programa de pós-graduação mostrado acima, e as universidades estaduais de Campinas e de São Paulo, cada uma com duas formações, além da Universidade Federal Fluminense. Para além do território nacional, temos a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* também com duas defesas. Todas as outras apresentam somente uma formação cada.

¹²¹ Definição oferecida por Asfora, Aubert e Castanho, em seu texto. ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 10.

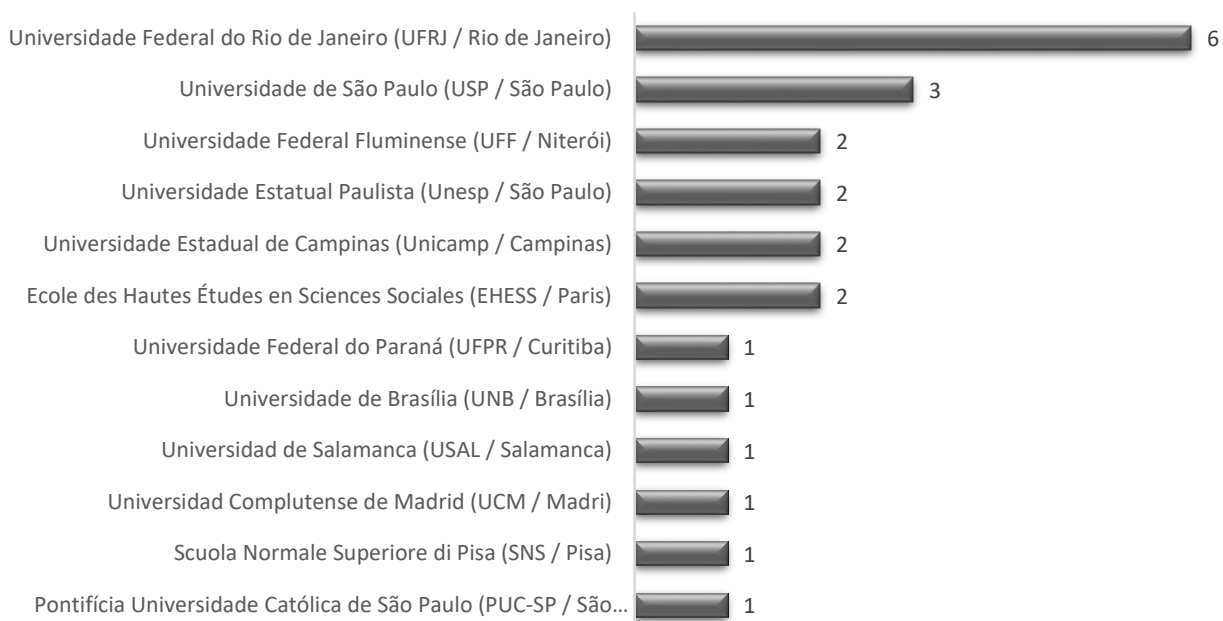


Gráfico 3 – Defesas nas universidades brasileiras e estrangeiras

O espaço que a História Medieval tem na Universidade Federal do Rio de Janeiro se reflete na reprodução desse campo de estudos na universidade. Como veremos em outro momento, seguida pela USP, ela é a instituição que possui mais vínculos atuais (empregatícios ou não) entre esses pesquisadores. Com isso, até o momento, podemos dizer que a UFRJ é uma espécie de centro na produção e reprodução do conhecimento do tema que buscamos analisar em nosso trabalho. A constatação desse fato pode suscitar o interesse em uma análise das redes sociais existentes naquela instituição, objeto que pode ser desenvolvido em outro trabalho¹²². Após apresentarmos os programas e as universidades onde esses medievalistas defenderam ou estão para defender sua tese de doutorado – já que alguns nomes de nosso escopo documental são doutorandos –, precisamos pensar nos nomes que estão por trás da construção desse conhecimento específico na medievalística brasileira. Os 23 (vinte e três) nomes por nós levantados foram orientados por 19 (dezenove) orientadores, sendo algum destes orientadores parte integrante de nossa lista final¹²³. Como dito anteriormente, nem todos os autores que estão

¹²² Como o nosso foco de pesquisa não é promover uma análise da centralidade da UFRJ na produção e reprodução desse conhecimento, optamos por deixar essa análise em aberto para trabalhos futuros. Entretanto, ainda neste capítulo, abordaremos a localização geográfica da medievalística no país e o papel da UFRJ nesse sentido será demonstrado.

¹²³ Como é o caso de Néri de Barros Almeida, que faz parte de nossa lista final de pesquisadores que trabalharam ou trabalham com o monasticismo e dos orientadores em questão. Pois a mesma, segundo nossa concepção, trabalhou ou trabalha com o monasticismo e orientou duas teses de doutorado de pesquisadores que também estão em nossa lista.

tendo sua trajetória acadêmica analisada aqui trabalharam com o monasticismo em sua tese de doutorado, por conseguinte, nem todos os orientadores que serão listados em nosso gráfico orientaram teses com o tema ou objeto que desejamos estudar. Entretanto, como já indicamos, o orientador de doutorado é, muitas vezes, parte importante na formação do pesquisador, já que o mesmo se torna uma espécie de transmissor não apenas do conhecimento específico do objeto da tese do orientando, pois em última escala esse conhecimento deve ser desenvolvido pelo mesmo, mas dos meios para chegar a ele. Esse auxílio no pensamento teórico e metodológico para chegar à construção de um conhecimento por meio da pesquisa acaba por tornar o orientador uma chave potencialmente importante para o entendimento da visão teórico-metodológica do pesquisador em questão. Portanto, mesmo que uma das teses dirigidas por algum orientador exposto aqui não tenha como objeto central o monasticismo, seu orientando, em algum momento de sua carreira, produziu pesquisas, artigos ou mesmo chegou a orientar outras teses de doutorado sobre o tema.

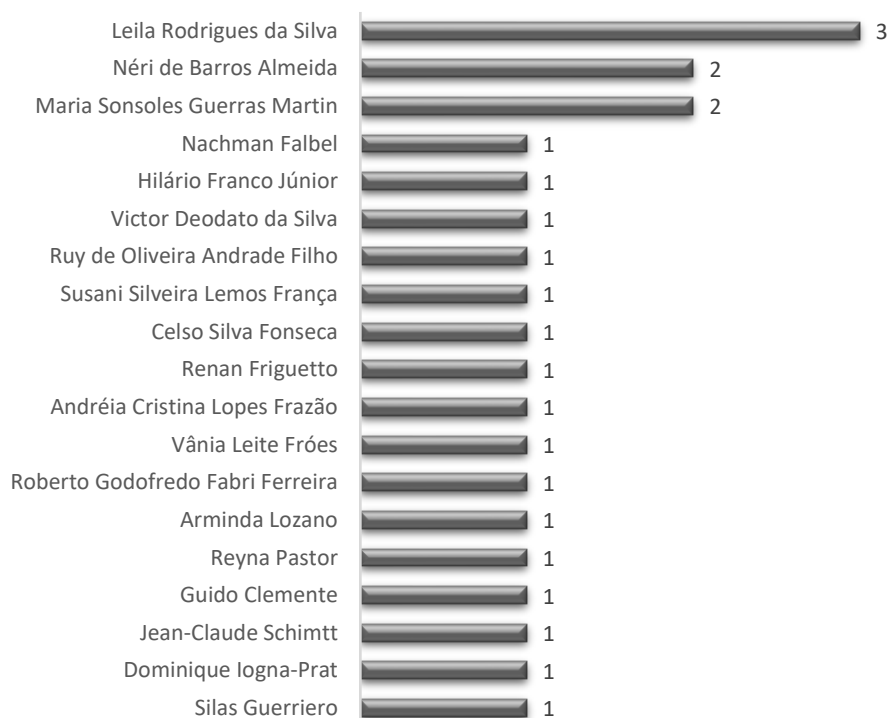


Gráfico 4 – Orientadores e número de trabalhos orientados

Três nomes se destacam no gráfico dos orientadores acima, são eles os das professoras Leila Rodrigues da Silva, Néri de Barros Almeida e Maria Sonsoles Guerras Martins. A primeira citada orientou 3 (três) teses dentre os profissionais que listamos anteriormente; as

últimas, duas cada uma. Todos os outros orientadores são responsáveis por um trabalho cada. Dessa observação podemos tirar algumas questões: 1) qual a importância de historiadoras mulheres na produção desse conhecimento?; 2) quais dessas teses foram sobre o monasticismo?; 3) quais são as datas dessas defesas?; 4) houve um crescimento de teses a respeito do monasticismo nos últimos anos? Procuraremos responder a todas essas questões no decorrer desta parte do capítulo, começando pela que mais nos chamou a atenção ao olhar pela primeira vez para o gráfico dos orientadores.

Juntas, as três orientadoras citadas acima, orientaram um total de 7 (sete) teses de doutorado entre os profissionais preocupados com o monasticismo medieval por nós listados. Duas destas 7 (sete) não se encaixam no nosso recorte proposto de preocupação com o monasticismo (embora seus autores tenham abordado o tema em outros trabalhos), as outras 5 (cinco) representam um número expressivo dentro das teses nas quais localizamos o monasticismo como um aspecto importante. Mais à frente procuramos dar conta de toda a informação a respeito dos números dos pesquisadores de nossa lista que estavam interessados no monasticismo em sua tese de doutorado. Por ora, demonstraremos no gráfico a seguir o número total de orientadoras mulheres em comparação com o de orientadores homens, incluindo as teses acerca do monasticismo e as que não estavam cobrindo esse objeto.

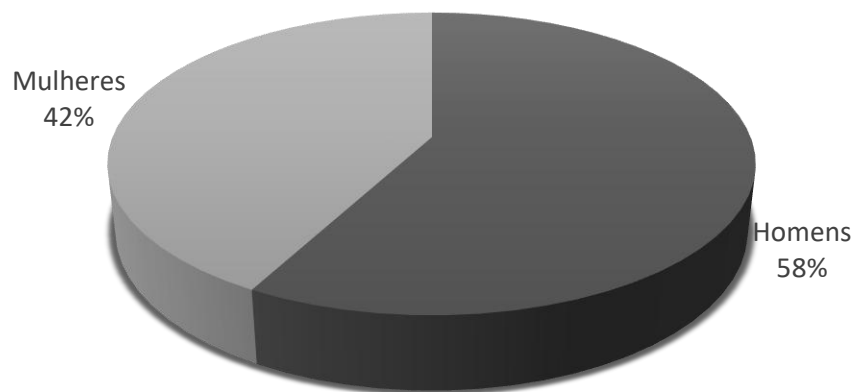


Gráfico 5 – Orientadores: homens e mulheres

Mesmo com o maior número de teses orientadas, essas três orientadoras principais e outras mulheres de nossa lista de orientadores representam 42% de orientações de teses de doutorado entre os pesquisadores analisados. O que significa que de um total de 19 (dezenove)

orientadores, 8 (oito) são mulheres, enquanto o número de homens é de 11 (onze) orientadores. Sabendo disso, cabe-nos ainda uma questão: entre os 23 (vinte e três) nomes listados em nosso banco de dados, as mulheres estão em maior quantidade ou continuam em proporção inferior a quantidade de homens? Pensando nisso, fomos até nossos dados e percebemos que houve um aumento significativo na quantidade de mulheres produzindo e reproduzindo conhecimentos a respeito do monasticismo medieval.

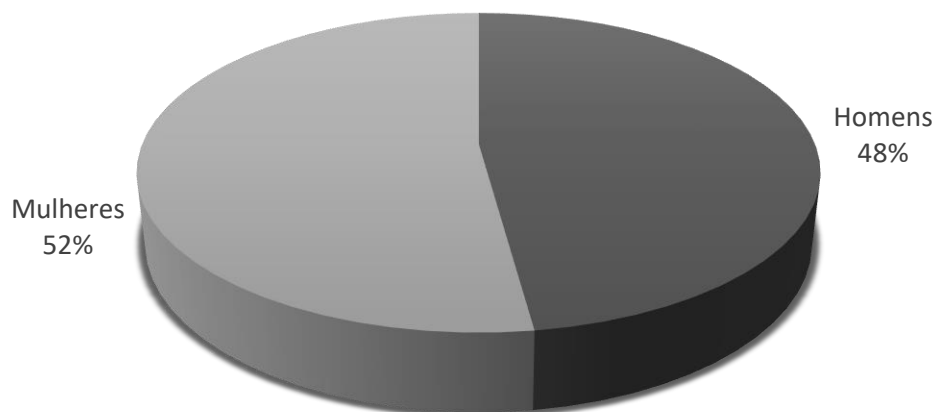


Gráfico 6 – Medievalistas do nosso banco de dados: homens e mulheres

Como podemos perceber, para nossa surpresa, o número de pesquisadoras mulheres não só cresce se olharmos nossa lista final, como ultrapassa o número de pesquisadores homens. Se no momento de produção das teses de doutorado tínhamos mais homens orientando esses pesquisadores que estamos analisando, hoje temos um número maior de mulheres que trabalharam ou trabalham com o monasticismo medieval Ocidental. As mulheres aqui representam 52% desses pesquisadores, o que corresponde a 12 (doze) dos 23 (vinte e três) nomes de nossa lista. Mesmo se não podemos promover aqui uma análise diacrônica desse interesse feminino pelo monasticismo, afinal nos desviaríamos de nosso foco de trabalho (uma vez que este interesse pode estar ligado a uma conjuntura maior, como, por exemplo, um eventual maior ingresso de mulheres no meio acadêmico), tal fato é importante e merece destaque.

Sigamos com nossa inquirição. A partir de agora, buscaremos apresentar os números de teses de doutorado defendidas pelos medievalistas de nossa lista que abordaram e as que não abordaram o monasticismo como objeto central de suas pesquisas. Quantos orientadores são

responsáveis por teses interessadas no monasticismo? O número de pesquisadores que vieram a trabalhar com o monasticismo depois de sua tese, ou trabalharam antes, é maior que o número de doutores que já vêm produzindo acerca do tema desde a sua tese de doutorado? O gráfico abaixo, ainda acerca dos orientadores, nos mostra a quantidade total de trabalhos de doutoramento de nosso banco de dados e quantos entre eles abordavam o monasticismo. Poderemos notar que os 3 (três) medievalistas que estão em nossa base de dados que foram orientados no doutorado pela professora Leila Rodrigues da Silva centraram suas teses no monasticismo, mas que, por outro lado, esta orientadora não centrou sua própria tese de doutorado no objeto/tema (tendo-o abordado em outros trabalhos). Assim, podemos perceber um aumento na atenção dada ao tema no decorrer do tempo, seja por meio de artigos, seja por meio de orientações. O reconhecimento desse crescente interesse implica uma análise mais detalhada que será proposta mais à frente.

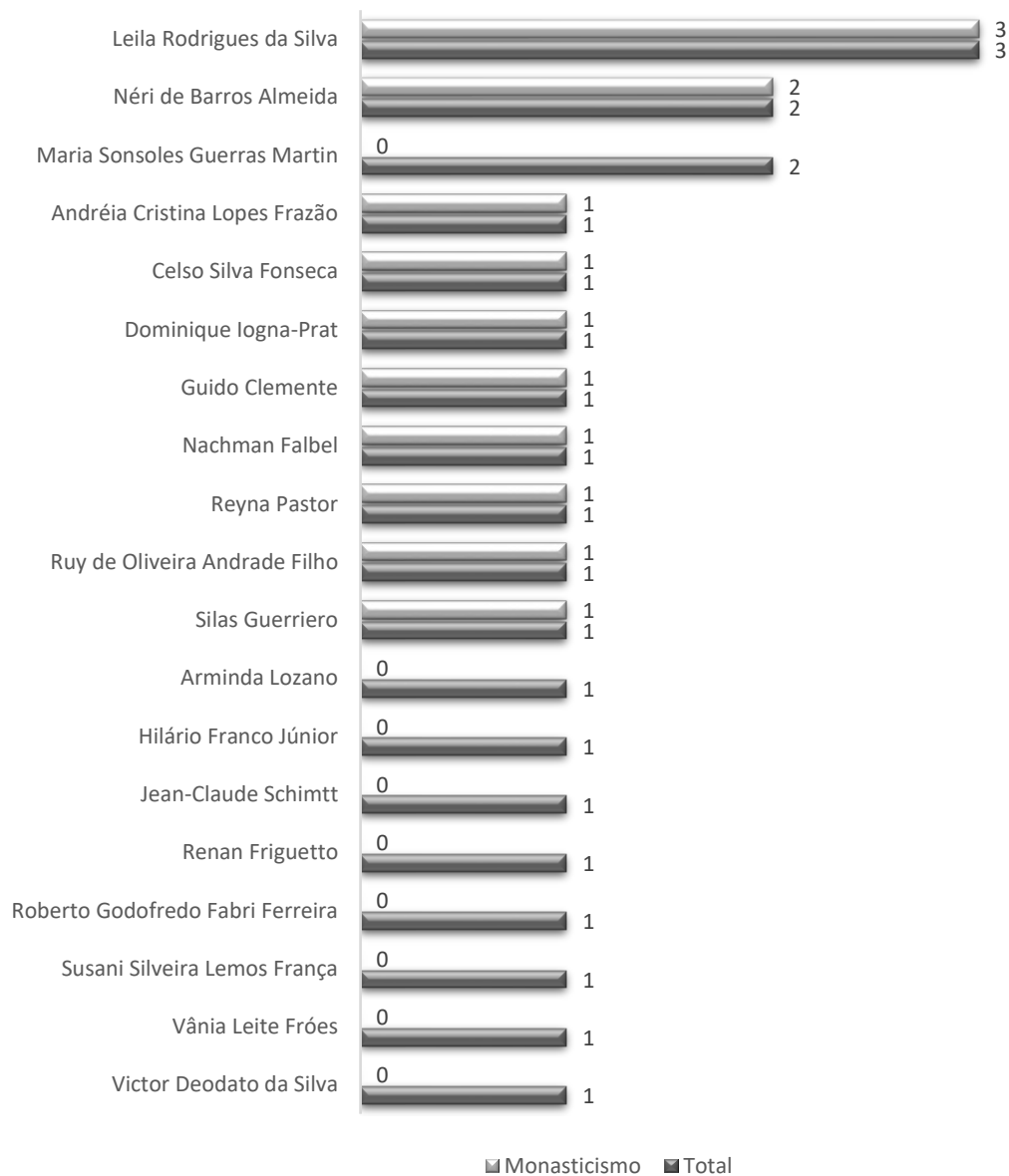


Gráfico 7 – Temas das teses de nossos 23 medievalistas e seus orientadores

Ao olharmos esse gráfico, notamos duas características, a primeira é que quem orientou mais de uma das teses de nossos medievalistas, necessariamente orientou duas ou mais sobre o monasticismo ou nenhuma sobre o objeto/tema. Não temos em nossa lista um orientador ou orientadora que dirigiu duas teses, uma sobre o monasticismo e outra desinteressada no tema¹²⁴. Como podemos ver nos casos de Leila Rodrigues, Néri Almeida e Guerras Martins, essas três pesquisadoras foram as que mais orientaram teses entre as 23 (vinte e três) teses analisadas, sendo que somente as duas primeiras orientaram teses acerca do monasticismo, enquanto Maria

¹²⁴ Não se trata aqui de todas as orientações de teses de doutorado promovidas por esses medievalistas, mas somente das teses que orientaram dentro de nossa lista inicial de pesquisadores.

Sonsoles Guerras Martins possui duas orientações – uma delas sendo a orientação da própria Leila Rodrigues – que não tinham o monasticismo como objeto central ou final de pesquisa. Assim sendo, temos no caso de Rodrigues a demonstração dessa crescente atenção dada ao monasticismo na medievalística brasileira. Sua tese de doutorado se intitula *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Como podemos notar no título de seu trabalho, ainda que a questão monástica aparecesse em sua documentação, seu objeto central de análise era o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga e o diálogo entre a monarquia e a Igreja no reino Suevo da segunda metade século VI¹²⁵. Entretanto, além dos artigos sobre o mundo monástico produzidos pela pesquisadora¹²⁶, suas três orientações acerca do monasticismo são recentes e duas delas ainda estão em andamento. Seus três orientandos fazem parte de nossa lista, são eles Alex da Silveira de Oliveira, Bruno Uchoa Borgongino e a mais recente Juliana Salgado Raffaeli. Para não ficarmos somente em um exemplo, temos a segunda orientação de Maria Sonsoles Guerras Martins. Trata-se da tese de doutorado da professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. O trabalho doutoral de Frazão não teve o monasticismo como tema central. Contudo, a medievalista orientou uma das teses que compõe o nosso banco de dados – é o caso de Ana Paula Lopes Pereira –, além de se dedicar ao estudo do monasticismo como um meio para perceber a relação entre o masculino e o feminino na sociedade medieval¹²⁷.

O segundo aspecto que merece destaque é o número de teses sobre o monasticismo entre os doutores que as defenderam no exterior. De 5 (cinco) pesquisadores que desenvolveram pesquisas fora do país, 3 (três) tiveram o monasticismo como objeto central ou final de sua tese de doutorado. Os trabalhos de doutorado orientados por Reyna Pastor¹²⁸ na Espanha, Guido

¹²⁵ Uma análise minuciosa do trabalho de cada autor, como dito anteriormente, não integra os objetivos finais dessa pesquisa. Nesse momento, a leitura de títulos, resumos e palavras-chaves permitem perceber o foco central pretendido e voluntariamente destacado por cada pesquisador para seus trabalhos.

¹²⁶ A título de exemplo citamos dois artigos, um de 1997, sendo o primeiro sobre o monasticismo produzido pela pesquisadora, e um de 2016, o mais atual em nosso momento de pesquisa: SILVA, L. R. A presença de Martinho de Braga no mosteiro de San Millán de La Cogolla. *Veritas*, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 515-534, 1997; SILVA, L. R. Regula Monachorum e Regula Communis: reflexões acerca do rigor monástico frutuosiano. In: MAGALHÃES, A. P. T.; LIMA, M. S. (Org.). *Cotidiano, poder e relações sociais entre a Antiguidade e a Idade Média: Homenagem ao Professor Nachman Falbel*. 1ed. Maringá: Eduem, 2016, v., p. 167-183.

¹²⁷ Cf. SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões sobre o gênero e o monacato hispânico medieval. *Opsis*, Goiás, v. 10, p. 141-164, 2010; e SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões sobre monacato, gênero e poder: uma leitura dos cânones do Concílio de Coyanza. *Métis*, Caxias do Sul, v. 9, p. 12-29, 2010.

¹²⁸ Historiadora de raízes argentinas e galegas, professora na Espanha desde 1976 quando de seu exílio devido a ditadura argentina. Historiadora vinculada à *Universidad Complutense de Madrid*. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Reyna_Pastor>. Acesso em: 23 maio 2018.

Clemente¹²⁹ na Itália e Dominique Iogna-Prat¹³⁰ na França fazem parte do conjunto de teses dos pesquisadores de nossa lista que se preocuparam com o monasticismo medieval Ocidental. Esses orientadores fora do país teriam um papel expressivo no crescimento dos estudos monásticos no Brasil? Acreditamos que ainda é cedo para respondermos essa questão, pois duas dessas três orientações ainda são muito recentes. Guido Clemente orientou o trabalho de Matheus Coutinho Figuiinha defendido no ano de 2012, enquanto Dominique Iogna-Prat foi o orientador da tese de Gabriel de Carvalho Godoy Castanho defendida em 2013. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, orientada por Reyna Pastor na UCM, seria um parâmetro para pensarmos essa questão, já que sua defesa data de 1993 e não encontramos orientandos da mesma em nossa lista. Entretanto, não podemos chegar a uma conclusão precipitada analisando somente um nome para percebermos o desenvolvimento de trabalhos inspirados nesses orientadores estrangeiros no Brasil. Portanto, optamos por deixar essa análise para pesquisas futuras.

Ainda sobre o papel importante de pesquisadoras mulheres e do crescimento de interesse entre as mesmas pelo monasticismo, a partir dos casos de Leila Rodrigues e Andréia Frazão, elaboramos um gráfico que pode nos ajudar a perceber o impacto dessas pesquisadoras na orientação das teses que tinham monasticismo como objeto final ou central de pesquisa. Como veremos, no caso das teses específicas sobre o tema/objeto, as mulheres acabam se sobressaindo. No entanto, para uma visão geral de nossos pesquisadores, mostraremos antes outro gráfico que demonstra a quantidade de teses e dissertações sobre o monasticismo entre os 23 (vinte e três) nomes listados anteriormente. Com base nos dados desse primeiro gráfico, poderemos analisar o lugar da mulher na produção acadêmica sobre o monasticismo.

¹²⁹ Atualmente é Professor Titular de História Romana da Faculdade de Letras da Universidade de Florença, ministrou conferências e organizou seminários em importantes universidades, entre elas: Brown University, Yale University, University of Michigan, New York University, University of South Carolina at Chapel Hill, Université Laval (Quebec-Canadá), Tokyo, Tel Aviv, University College London, Cambridge, Sorbonne, Genebra, Colonia, Gotting, Bonn, Moscou, Estrasburgo, Jerusalem. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/381326/guido-clemente#profissional>>. Acesso em: 23 maio 2018.

¹³⁰ Diretor de pesquisa do *Centre National de la Recherche Scientifique*, especialista em História Medieval com ênfase nas origens e na eclesiologia de Cluny. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Dominique_Iogna-Prat>. Acesso em: 23 maio 2018.

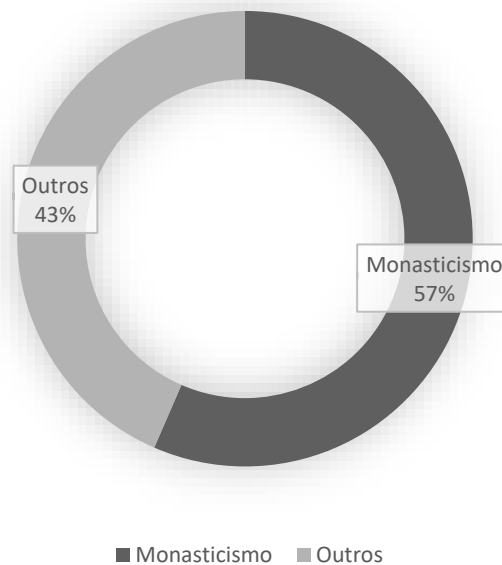


Gráfico 8 – Teses sobre o monasticismo entre os nomes de nosso banco de dados

O gráfico acima mostra que entre os nomes que compõem nosso *corpus* documental, 57% deles, ou seja, 13 (treze), trabalharam com o monasticismo em sua tese de doutorado. No outro grupo, o dos outros 43% – 10 (dez) nomes –, temos os pesquisadores que não defenderam uma tese dentro do recorte temático ou com o objeto que buscamos. Esse gráfico demonstra um crescimento de 43% no interesse pelos estudos acerca do monasticismo medieval ocidental? Não podemos afirmar isso olhando somente esse gráfico, pois ignoraríamos as datas das defesas dessas teses. Como averiguamos em nosso banco de dados, houve o caso de pesquisadores produzirem artigos acadêmicos interessados nas dinâmicas monásticas da Idade Média, mas que posteriormente vieram a defender teses de doutorado que não possuíam o mesmo interesse, como é o caso de Carlile Lanzieri Júnior. Em 2006, o pesquisador procurava pensar as relações judaico-cristãs nos escritos de Guiberto de Nogent, abade do mosteiro de *Nogent-sous-Coucy*, que por sua posição na sociabilidade monástica da região acabava tendo contato com muitos judeus em *Soissons*, o que influencia sua escrita sobre os mesmos¹³¹. Contudo, em 2013, defendeu a tese “*Aprender para ensinar, doutrinar para salvar: a formação da Sabedoria cristã do abade Guiberto de Nogent (c.1055-1125) através de sua obra Monodiae (c.1115)*”¹³². A tênue fronteira que separa a tese de Carlile de nosso horizonte com relação à preocupação com

¹³¹ LANZIERI JÚNIOR, C. O monge e os judeus: dois momentos das relações judaico-cristãs em De vita sua, a autobiografia de Guiberto de Nogent. *Revista de História*, Espírito Santo, v. 18, p. 332-345, 2006.

¹³² LANZIERI JÚNIOR, C. *Aprender para ensinar, doutrinar para salvar: a formação da Sabedoria cristã do abade Guiberto de Nogent (c.1055-1125) através de sua obra Monodiae (c.1115)*. 2013. 299 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

o monasticismo se dá no fato do mesmo não estabelecer o monasticismo em si e por si como objeto central da pesquisa; podemos dizer que sua tese procura tratar mais da cultura ascético-educacional do cristianismo do que das práticas históricas do monasticismo – mesmo que para isso use documentação essencialmente monástica. Isto posto, podemos dizer que Carlile não está interessado em compreender a influência desse movimento no conjunto da sociedade medieval, o que coloca esse profissional em uma posição relativamente mais marginal em nossa lista. Dessa forma, não podemos tomar os números desse gráfico como absolutos se tratando do crescimento do interesse pelo tema, pois como podemos ver, alguns pesquisadores tinham o monasticismo como objeto central de pesquisa e, posteriormente, não defenderam uma tese de doutoramento com as mesmas preocupações.

Por outro lado, podemos procurar entender o papel das mulheres, as mais interessadas no monasticismo como tema ou como objeto central de pesquisa entre as 13 (treze) teses sobre o monasticismo. Como vimos até aqui, se tratando de orientações, temos um total de 8 (oito) mulheres e 11 (homens), o que identificamos como 42% e 58%, respectivamente, da produção de trabalhos de pesquisadores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo Ocidental medieval. Quando se trata do número total de medievalistas de nossa lista, eles nos surpreenderam, são 12 (doze) mulheres e 11 (onze) homens no total, o que gera uma porcentagem de 52% de mulheres contra 48% de homens na produção e reprodução desse conhecimento. Acima procuramos o lugar dessas pesquisadoras no total de orientações, o que acabou mostrando um número desfavorável às mesmas, mesmo com os 3 (três) orientadores que mais orientaram teses dentro dessa lista sendo mulheres. Entretanto, o número de mulheres cresce quando procuramos orientações de teses preocupadas com o monasticismo, como veremos no gráfico seguinte.

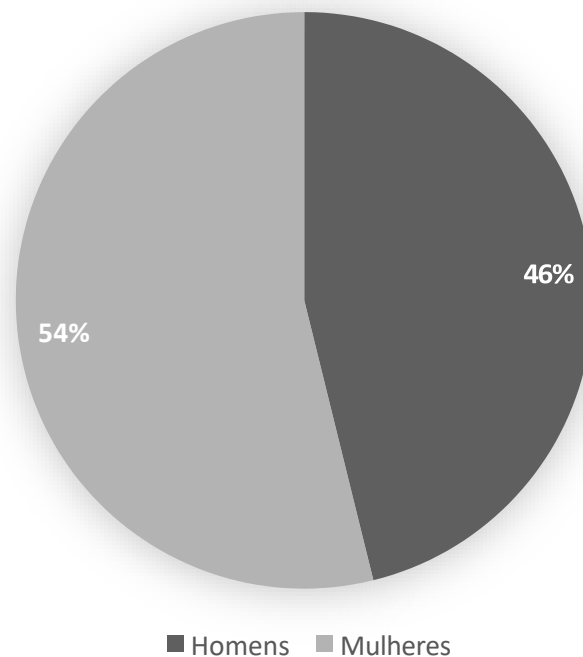


Gráfico 9 – Homens e mulheres que orientaram teses sobre o monasticismo medieval Ocidental

Com um total de 13 (treze) teses sobre o monasticismo dentro de 23 (vinte e três) analisadas, percebemos que 7 (sete) mulheres orientaram trabalhos dentro da temática sugerida, deixando 6 (seis) trabalhos para orientadores homens. Não é uma diferença gritante, mas se levarmos em consideração que as mulheres são maioria em quase todas as situações em que temos o monasticismo como questão central podemos conjecturar uma predominância feminina no que diz respeito à produção desse saber específico dentro do campo de História Medieval brasileiro, o que se torna um dado importante devido ao histórico domínio masculino na construção da intelectualidade não só brasileira mas como um todo. Não objetivamos tratar de temas que dizem respeito à históricas injustiças de gênero em nosso campo disciplinar, todavia, constatar a presença dessas mulheres nos proporciona captar vozes que, como Joan Scott demonstrou¹³³, sofreram resistência dentro da própria academia no contexto da ascensão da História das Mulheres.

Como dito acima, as mulheres são maioria em quase todas as situações em que cruzamos nossos dados procurando sua agência com o monasticismo como alvo. Encontramos um maior número de mulheres em nossa lista final de pesquisadores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo e no que diz respeito a orientações de trabalhos que davam atenção ao

¹³³ Cf. SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 65-98.

tema, mas em um cenário elas não são a maioria. Quando procuramos o número de pesquisadoras que trabalharam com o monasticismo em sua tese de doutorado, o número que apareceu foi inferior ao número de homens. Enquanto 7 (sete) homens apareceram com teses defendidas em torno da problemática em questão, 6 (seis) mulheres se debruçaram sobre o tema em seu doutorado.

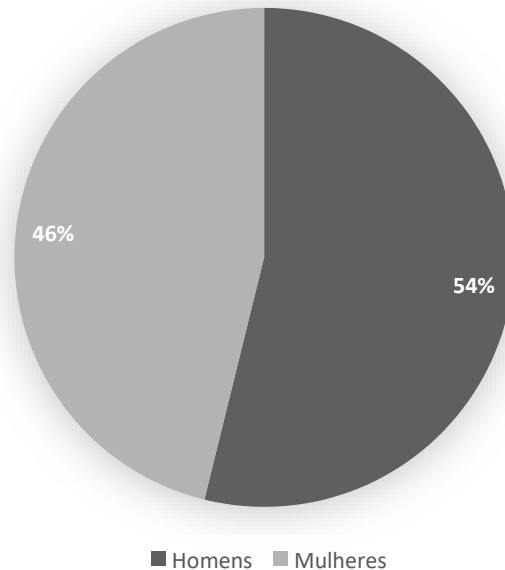


Gráfico 10 – Homens e mulheres que defenderam teses sobre o monasticismo

Esse último gráfico demonstra que nossa ideia inicial de um crescimento no interesse pelo monasticismo como um aspecto importante para se entender a sociedade medieval entre as pesquisadoras e, conseqüentemente, para o campo de História Medieval como um todo é notável. Em um primeiro momento, apenas 6 (seis) mulheres construíram suas teses em torno do monasticismo. Contudo, em nossa lista final de pesquisadores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o tema, encontramos o dobro desse número relacionado às mulheres (a título comparativo, observamos 7 (sete) homens defendendo suas teses abordando esse aspecto da sociedade medieval, enquanto na lista final temos 11 (onze) nomes). Tirando os poucos casos, encontrados em nosso banco de dados, de profissionais que trabalharam com o monasticismo antes de sua tese, podemos perceber uma projeção maior de mulheres estudando e orientando trabalhos na área ao longo do tempo. Para comprovarmos nossa hipótese de que houve um aumento de interesse marcadamente feminino nesses estudos, mas não só, desenvolvemos alguns gráficos tendo como base as datas de defesa das teses de doutorado desses especialistas.

Os últimos gráficos que iremos expor para esta etapa do texto demonstram claramente

que houve, gradualmente, uma maior preocupação com o monasticismo na formação dos medievalistas de nossa lista, pois como poderemos ver, ao longo do tempo, mais teses passam a abordar o monasticismo como objeto central ou final de investigação. Como nosso interesse nesse trabalho não é traçar uma análise da obra de cada autor, não pretendemos identificar como cada um deles desenvolveu sua pesquisa ao longo do tempo para chegar até o monasticismo como objeto ou tema central de seus trabalhos. Contudo, a constatação dessa propagação das teses a respeito do monasticismo na medievalística brasileira, para o nosso objetivo de uma análise sociológica da produção e reprodução desse conhecimento, mostra-se essencial para pensarmos o lugar do monasticismo no crescente campo de História Medieval do país.

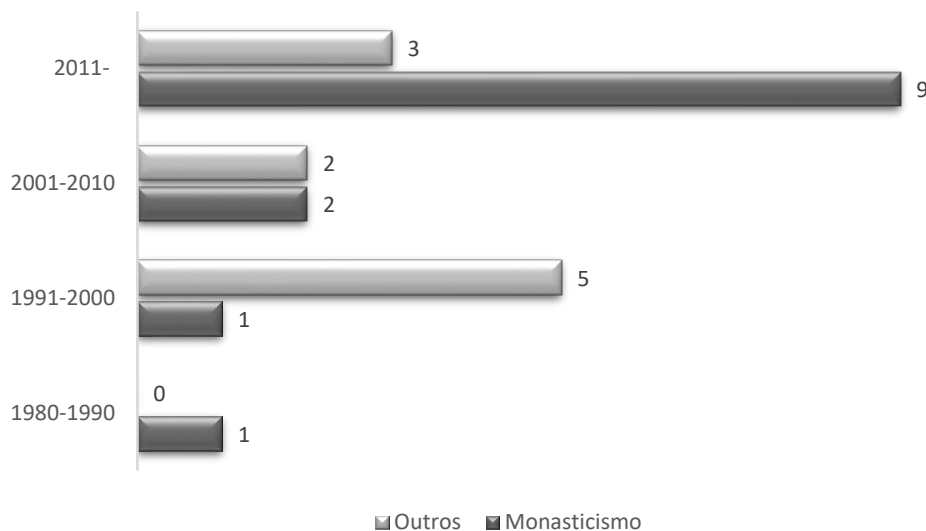


Gráfico 11 – Defesas de doutorado de nossos medievalistas: temas por décadas

Na primeira década representada no gráfico acima, de 1980 a 1990, entre os pesquisadores que fazem parte de nossa lista, houve apenas uma defesa de doutorado e o monasticismo tinha um lugar importante na construção desse trabalho. Na década seguinte, como podemos ver, houve um aumento considerável de defesas entre os 23 (vinte e três) nomes que listamos no capítulo anterior. Se na década de 1980 tivemos apenas uma tese de doutorado defendida, na década de 1990 tivemos um acréscimo de 5 (cinco) defesas, totalizando 6 (seis) doutoramentos, sendo que somente um dentre eles tinha o monasticismo como alvo ou se utilizou dele para chegar a uma compreensão da sociedade medieval. Na primeira década do século XXI, temos, finalmente, uma paridade entre pesquisadores interessados no monasticismo e os que trabalharam com outros temas/objetos em suas teses. Em um total de 4 (quatro) teses defendidas, 2 (duas) procuravam dar atenção ao monasticismo medieval. Mas, se

podemos dizer que houve um período de grande propagação de defesas envolvendo a construção de um conhecimento sobre o monasticismo na medievalística do país, esse foi a primeira metade da segunda década do século XXI. Do ano de 2011 até o ano de 2016¹³⁴, tivemos um total de 12 (doze) trabalhos de doutorado¹³⁵, sendo que 2 (dois) deles ainda não foram defendidos. Mas como podemos notar no gráfico acima, 9 (nove) dessas teses se encaixavam no recorte que propomos para o levantamento de nosso banco de dados, ou seja, tinham o monasticismo como objeto final ou central de pesquisa.

A partir da observação das teses de doutorado dos 23 (vinte e três) pesquisadores nas últimas quatro décadas de estruturação do campo de História Medieval no Brasil, confirmamos a hipótese sociológica que havíamos levantado no início desse capítulo ao demonstrarmos o crescente interesse acerca do monasticismo por parte das pesquisadoras que orientavam e das pesquisadoras que trabalham com o monasticismo em suas investigações acerca da Idade Média. De fato, casos como os de Frazão, Rodrigues e Almeida¹³⁶, nos fizeram levantar uma questão que nos auxiliou no momento de construção de nosso texto: o interesse pelo monasticismo vem crescendo cada vez mais entre os estudos brasileiros do período medieval? O último gráfico que apresentaremos nessa parte do texto pretende demonstrar a difusão das teses de doutorado a respeito do monasticismo entre nossos medievalistas de maneira mais clara.

¹³⁴ Ano em que começamos nossa pesquisa.

¹³⁵ Do início de nossa pesquisa até a produção deste texto, tivemos a defesa de doutorado de Bruno Uchoa Borgongino na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese que foi orientada pela professora Leila Rodrigues da Silva. Contudo, no período de levantamento de nossos dados Bruno Uchoa ainda se encontrava na posição de doutorando, e optamos por levar em consideração o momento da medievalística analisado na ocasião de formação de nosso banco de dados. Então, para todos os efeitos, doutorandos que defenderam suas teses após a estruturação de nosso banco de dados serão considerados como tal. Se promovêssemos uma mudança no tratamento desses pesquisadores, teríamos que realizar novas pesquisas a cada semestre e esse trabalho acabaria comprometendo a construção de nosso produto final, o texto.

¹³⁶ Neri de Barros Almeida defendeu sua tese de doutorado intitulada *A cristianização dos mortos. A mensagem evangelizadora de Jacopo de Varazze*, orientada por Hilário Franco Júnior na USP, no ano de 1998. Contudo, 12 (doze) anos depois, orientou duas teses de doutorado, a de Claudia Regina Bovo e a de Rossana Alves Baptista Pinheiro, duas pesquisadoras que produziram suas teses com o monasticismo como tema ou objeto de pesquisa.

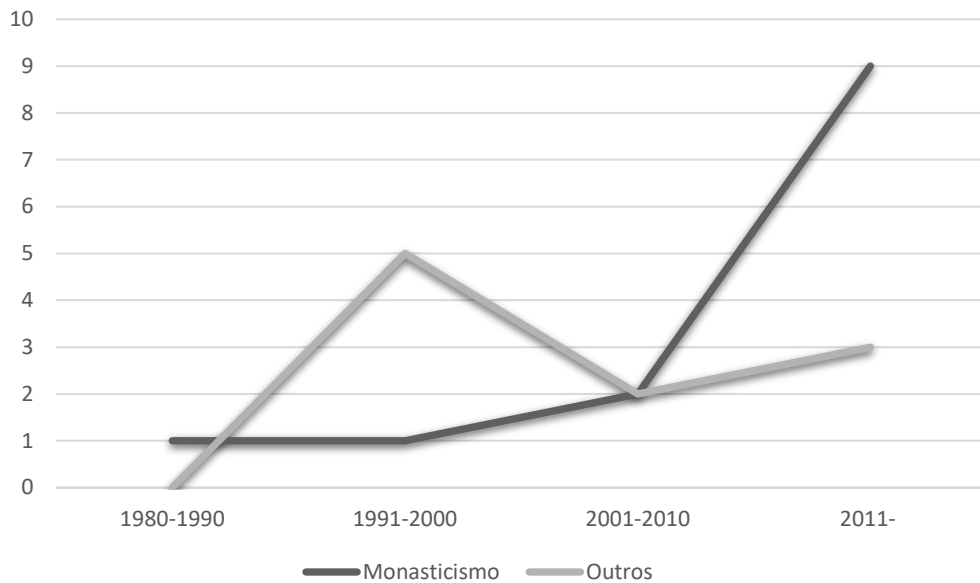


Gráfico 12 – Cronologia temática das teses de nossos medievalistas

Esse último gráfico pretende demonstrar objetivamente a ascensão da atenção dada ao monasticismo ocidental medieval nas teses de especialistas brasileiros do monasticismo ao longo das últimas quatro décadas. Nas duas primeiras décadas, como podemos ver, a linha se mantém no mesmo nível, com uma leve modificação na primeira década dos anos 2000, e uma crescente quase na vertical para a segunda década, ou seja, dos anos 2011 em diante. Como já deixamos claro em outro momento, não procuraremos demonstrar em detalhes como o monasticismo se desenvolve no trabalho de cada pesquisador, nem esmiuçar o interesse dos mesmos em torno do mundo monástico. Para tanto, deixamos em aberto para futuras pesquisas voltadas à análise pontual das obras desses autores. O que tínhamos em mente para o desenvolvimento desta monografia era uma primeira percepção do desenvolvimento dos estudos monásticos no Brasil para a estruturação do campo de História Medieval.

Quando começamos a reconstruir nossa documentação para as análises que seriam organizadas neste texto, ainda não tínhamos hipóteses para defender, não tínhamos ideia do que encontraríamos na documentação a partir de nosso problema inicial de pesquisa, que era a preocupação em identificar os agentes da produção e reprodução do conhecimento acerca do monasticismo medieval ocidental na estruturação do campo de História Medieval no Brasil e para a historiografia preocupada com a História da Igreja no país. No decorrer da pesquisa, encontramos 23 (vinte e três) pesquisadores preocupados com a história do monasticismo, ou

que usaram o movimento monástico e a sociabilidade que o mesmo implicava, para entender algum aspecto daquela sociedade tão distante, mas ao mesmo tempo tão próxima de nós. Dentro desse recorte da medievalística brasileira, descobrimos que as mulheres estavam presentes em maior número, mas que nem sempre fora assim. Esse aumento de pesquisadoras trabalhando com o monasticismo acabou nos revelando um crescimento no interesse pelo tema/objeto ao longo do tempo independentemente do gênero dos pesquisadores, o que nos fez chegar à hipótese de uma possível ascensão do tema dentro da produção historiográfica no país.

A partir dessa hipótese, procuramos em nossa documentação, produzida a partir da estruturação de nosso banco de dados, as datas das defesas de doutorado desses pesquisadores. Então, as reunimos em uma tabela e elaboramos gráficos que nos ajudaram a enxergar melhor o desenvolvimento desses trabalhos ao longo do tempo. Como vimos no último gráfico apresentado, as últimas quatro décadas foram importantíssimas para o desenvolvimento deste conhecimento e de sua transmissão no país, com um alto grau de ocorrências de teses na primeira metade da década de 2010, o que confirmava nossa ideia de uma importância desses estudos ainda em processo de construção e amadurecimento.

Entretanto, estamos falando do Brasil, um país de dimensões continentais. Não podemos ignorar os polos de desenvolvimento desses estudos e onde eles estão concentrados. Portanto, passando por uma análise micro (a respeito dos programas de pós-graduação e das instituições de desenvolvimento das teses de doutorado desses pesquisadores), voltamo-nos agora para uma análise macrorregional. Procuraremos demonstrar, assim, os Estados que mais formaram esses medievalistas e, em seguida, os que mais concentram esses pesquisadores em atuação. Com o objetivo de identificar geograficamente a produção desse conhecimento, apresentaremos dados e gráficos que nos ajudaram a conceber o alcance dos estudos monásticos, bem como a própria institucionalização dos estudos medievais no país.

3.2 A formação dos medievalistas brasileiros: o monasticismo na medievalística regional

O problema estrutural constatado por Asfora, Aubert e Castanho na distribuição geográfica dos docentes/docentes-pesquisadores responsáveis pelo ensino e pela pesquisa de História Medieval no país, em seu texto de 2010¹³⁷, reflete hoje na formação e na concentração dos pesquisadores com os quais estamos trabalhando. Chamando a atenção para a falta de professores institucionalizados na região Norte e Nordeste do país, o texto nos revela traços

¹³⁷ ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 12.

importantes da realidade acadêmica naquelas regiões naquele momento. Hoje, portanto, vivemos em uma realidade institucional acadêmica fruto de longos anos de uma maior importância dada ao Sudeste no desenvolvimento do meio universitário. A modernização do país promovida a partir do Sudeste nos anos 1930 teria favorecido, então, a criação de centros privilegiados de educação na região, o que na prática não aconteceu em todo o território do país naquele momento. São os resultados desse investimento no Sudeste que percebemos em nossos dados.

Dos 18 (dezoito) medievalistas que defenderam suas teses de doutorado no Brasil, a grande maioria se formou na região Sudeste do país. Instituições de ensino superior como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de São Paulo (USP), como vimos anteriormente, são os centros com o maior número de defesas de doutorado entre os nomes de nossa lista. No Rio de Janeiro, como vimos acima, ainda temos a Universidade Federal Fluminense (UFF) com duas defesas; para além do Rio de Janeiro temos a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Estado de São Paulo, com duas defesas cada. Isto posto, tratando-se da região Sudeste temos Rio de Janeiro e São Paulo como os únicos representantes na formação destes pesquisadores.

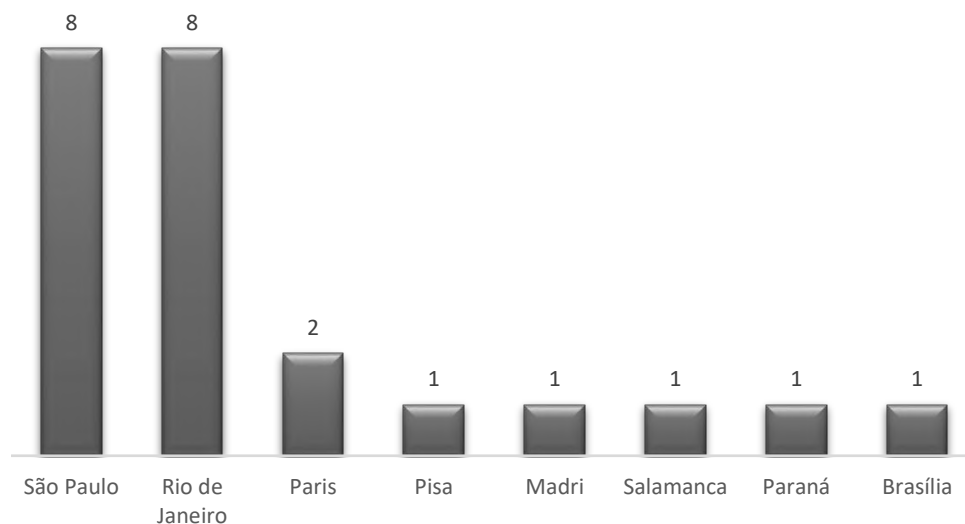


Gráfico 13 – Defesas de tese de nossos medievalistas por Estados (do Brasil) / Cidades (do exterior)

No Brasil, temos, portanto, um total de 18 (dezoito) defesas, sendo a maioria realizada na região Sudeste. No Estado do Rio de Janeiro temos 8 (oito) defesas, empatando nesse número temos São Paulo. Paraná e Brasília seguem com uma defesa cada, e as outras 5 (cinco) defesas que restam de nosso banco de dados foram feitas no exterior. Em Paris, na França, ocorreram

duas dessas 5 (cinco) defesas; já na Espanha, também com duas defesas, tivemos duas cidades diferentes, Madri e Salamanca; na Itália, por sua vez, tivemos uma defesa na cidade de Pisa. Como uma análise regional da medievalística internacional não é o nosso objetivo nessa pesquisa, decidimos seguir a análise das defesas que aconteceram em instituições brasileiras. O gráfico a seguir pretende demonstrar a origem regional das teses de doutorado a respeito do monasticismo.

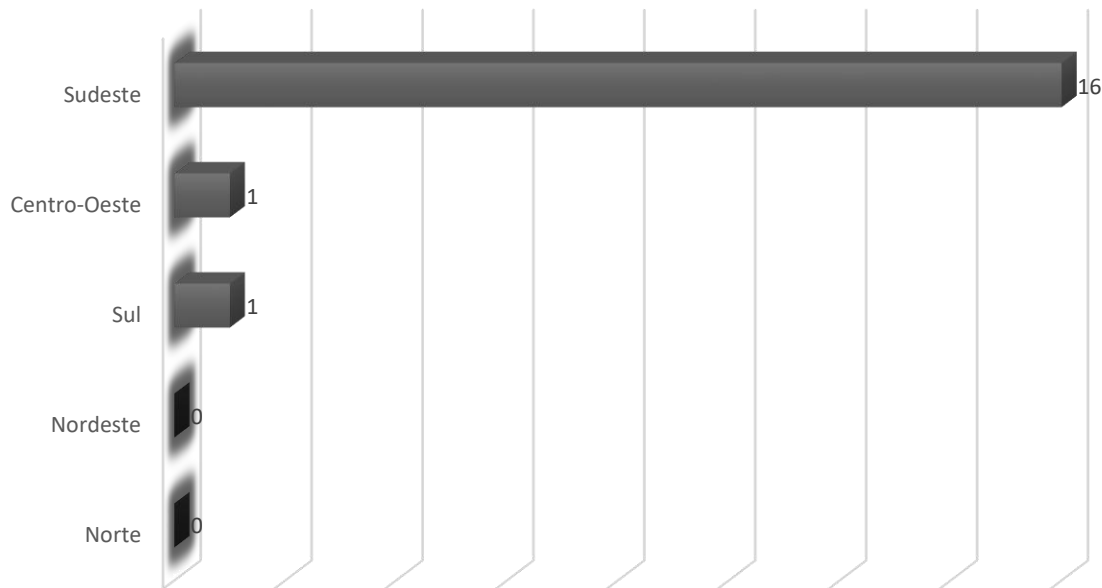


Gráfico 14 – Defesas de tese de nossos medievalistas por região no Brasil

Revelador das desproporções dos interesses acerca do monasticismo pesquisado por medievalistas atuantes na produção e reprodução institucional desse campo de pesquisas em diferentes regiões do Brasil, esse gráfico nos mostra mais do que isso. Não podemos comparar a realidade institucional dos estudos medievais na primeira década dos anos 2000¹³⁸ com o cenário de hoje, contudo, como vimos nos gráficos relacionados às datas dessas defesas, 11 (onze) delas foram realizadas dos anos 1980 ao ano de 2010. Entre 2011 e setembro de 2017, no entanto, tivemos 12 (doze) defesas, número maior em sete anos do que nos trinta precedentes. Retirando de nossa análise o número de defesas fora do país, duas na década de 1990, uma no início dos anos 2000 e duas a partir de 2010, o número de defesas nos trinta primeiros anos continua em desvantagem em relação aos da última metade de década. Com essa redução temos o número de 8 (oito) teses defendidas de 1980 a 2010 e 10 (dez) a partir de então.

¹³⁸ Período do estudo realizado por Asfora, Aubert e Castanho para o texto citado anteriormente.

Esses dados demonstram o claro crescimento do interesse pelo monasticismo medieval, como provado antes, além de um crescimento institucional do próprio campo acadêmico no Brasil. Se de 1980 até 2010 temos um total de 8 (oito) teses defendidas no país entre esses pesquisadores, temos em média um total de 0,27 teses defendidas por ano. Já de 2011 até 2017, data de nosso levantamento de dados, temos um total de 10 (dez) teses defendidas/em produção, o que nos geraria uma média de 1,67 teses por ano. Com esses números não estamos propondo um recorte definitivo no aumento da produção acadêmica brasileira sobre o monasticismo medieval¹³⁹, mas como mostramos em gráficos anteriores, o crescimento da década de 2010 até então é realmente um dado impressionante.

Em suma, o que esses números demonstram é que o aumento de interesse a respeito do monasticismo na medievalística brasileira acompanha a própria estruturação do campo de História Medieval no Brasil, o que, por sua vez, está dentro de um contexto de maior institucionalização acadêmica no país. Procuramos mostrar anteriormente em nosso texto as mudanças com relação ao cenário proposto por Asfora, Aubert e Castanho e o que encontramos no momento de nossa pesquisa¹⁴⁰. No mesmo sentido, quando mostrarmos as informações a respeito do vínculo profissional atual desses pesquisadores, ou seja, onde estão produzindo e reproduzindo esse conhecimento hoje, esperamos demonstrar esse crescimento institucional a partir de 2010. Por ora, precisamos falar da hegemonia da região Sudeste na formação desses medievalistas.

Sabendo que a maioria deles defendeu seu doutorado após o ano de 2010, não constatamos uma mudança no que diz respeito ao predomínio de certas regiões no Brasil quando o assunto é a produção e a reprodução do conhecimento em torno do período medieval. Nesse sentido, Eduardo Aubert, Gabriel Castanho e Wanessa Asfora já haviam alertado para a distribuição regional dos medievalistas brasileiros. Segundo os pesquisadores, naquele momento da estruturação do campo, tínhamos 0% de profissionais vinculados no Nordeste, 5% no Norte, 18% no Centro-Oeste brasileiro, 21% no Sul do país e a grande massa de docentes-pesquisadores vinculados no Sudeste, com 56% do total de medievalistas distribuídos por essa região¹⁴¹. Acreditamos, então, que o número de teses defendidas no Rio de Janeiro e São Paulo são o resultado do investimento econômico histórico nesses Estados, o que gerou, na primeira

¹³⁹ Como vimos, há um crescimento gradual de teses sobre o monasticismo – e sobre temáticas diversas por pesquisadores que já haviam trabalhado com o monasticismo anteriormente – defendidas ao longo dos anos analisados.

¹⁴⁰ Para uma leitura mais atenta às quatro últimas décadas de estruturação dos estudos medievais no Brasil, citamos novamente o artigo mencionado acima Cf. BASTOS, op. cit.

¹⁴¹ ASFORA; AUBERT; CASTANHO, op. cit., p. 13.

década dos anos 2000, um total de 56% de profissionais medievalistas atuando nessa região. Portanto, trabalhando somente com números, fica claro que os estudos acerca do monasticismo medieval no Brasil tenderiam, de fato, a acontecer na região onde temos mais medievalistas vinculados às instituições de Ensino Superior reconhecidas pela CAPES. No que se refere a nosso *corpus* documental, as outras duas regiões nas quais ocorreram defesas de teses centradas no monasticismo foram o Centro-Oeste e o Sul, cada uma com uma defesa. Se olharmos novamente só os números, temos 18% e 21% respectivamente para essas regiões. Contudo, esses dados geram uma questão geral acerca da medievalística brasileira: a maneira que o monasticismo medieval é tratado pela historiografia do país influencia no relativo baixo número de trabalhos defendidos sobre o tema? Entendemos que, futuramente, novas pesquisas poderão ir além dos números, pois percebê-los sem uma análise da própria produção historiográfica como um todo impõe limites à compreensão do lugar (não só social/espacial, como também estrutural) do monasticismo na construção da historiografia medievalista brasileira, e, conseqüentemente, da constituição do próprio campo de História Medieval no país.

Nesse capítulo, um primeiro aspecto da análise sociológica desse conhecimento específico da historiografia medieval já foi proposto. A partir de informações retiradas de nosso *corpus* documental chegamos à conclusão de um crescimento no interesse pelo tema/objeto ao longo de três décadas e meia. Esse crescimento, como estamos vendo desde o tópico anterior, vem acompanhado de um aumento na própria institucionalização do campo de História Medieval do país. Ademais, com o auxílio dos últimos gráficos analisados e das informações acerca do campo observadas no texto dos três medievalistas que estamos usando, inferimos um possível avanço a partir de 2010 nessa institucionalização, pois a partir deste ano temos um aumento da difusão de trabalhos de doutorado entre esses medievalistas no país, o que, conseqüentemente, nos indica um aumento de defesas de doutorado em programas vinculados a instituições brasileiras de ensino superior. Para visualizarmos melhor esses avanços no campo em questão, propomos uma comparação regional do Brasil no momento de formação desses medievalistas com o momento de vinculação profissional atual dos mesmos.

Como vimos antes, quando se trata da formação desses pesquisadores, o Sudeste é o grande polo de concentração das defesas de teses de doutorado no país. As principais universidades brasileiras nesse sentido são a UFRJ e a UFF (Rio de Janeiro); a USP, a Unicamp, a Unifesp e a PUC-SP (São Paulo); a UNB (Brasília/DF) e a UFPR (Paraná). Esse cenário, como elucidamos acima, não nos surpreende se os números do texto de Asfora, Aubert e Castanho forem levados em conta. A partir de agora, atentaremos para uma visualização de números que indiquem o cenário que represente a disseminação dos estudos sobre o

monasticismo no país.

3.3 Os vínculos dos medievalistas brasileiros: a disseminação dos estudos monásticos no país

Os vínculos que analisaremos a partir de agora não necessariamente são de professores, como é o caso da pesquisadora Andrea Dal Pra de Deus, cuja informação acerca do vínculo profissional atual em seu currículo Lattes não deixa clara seu cargo, mas nos informa que atualmente está vinculada ao IESDE (Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino). Já o caso da doutora Tatiana Machado Boulhosa, como explicitado anteriormente, ela provavelmente será contestada em nossa lista de medievalistas institucionalizados, pois a mesma não deixou informações a respeito de seu vínculo atual na Plataforma Lattes, impedindo, assim, que conheçamos como ela atua na produção e reprodução dos estudos sobre o monasticismo medieval¹⁴². Por outro lado, professores substitutos também serão levados em consideração para nossa análise, como é o caso da medievalista Juliana Salgado Raffaeli, doutoranda da UFRJ, que é atualmente professora substituta da mesma universidade.

O gráfico que mostraremos abaixo representa as informações sobre os vínculos profissionais por pesquisador que possuímos em nosso banco de dados. Dos 23 (vinte e três) nomes que compõem nossa lista, não encontramos informações profissionais de apenas um medievalista (pesquisadora citada acima). Todos os outros 22 (vinte e dois) nomes se espalharam pelo Brasil de uma maneira completamente nova em relação ao momento de formação. Contudo, como veremos, quando pensamos na concentração regional da produção e reprodução desse conhecimento, o cenário não é tão diferente.

¹⁴² Como informamos anteriormente, ela só está em nossa lista devido ao caráter de sua tese de doutorado.

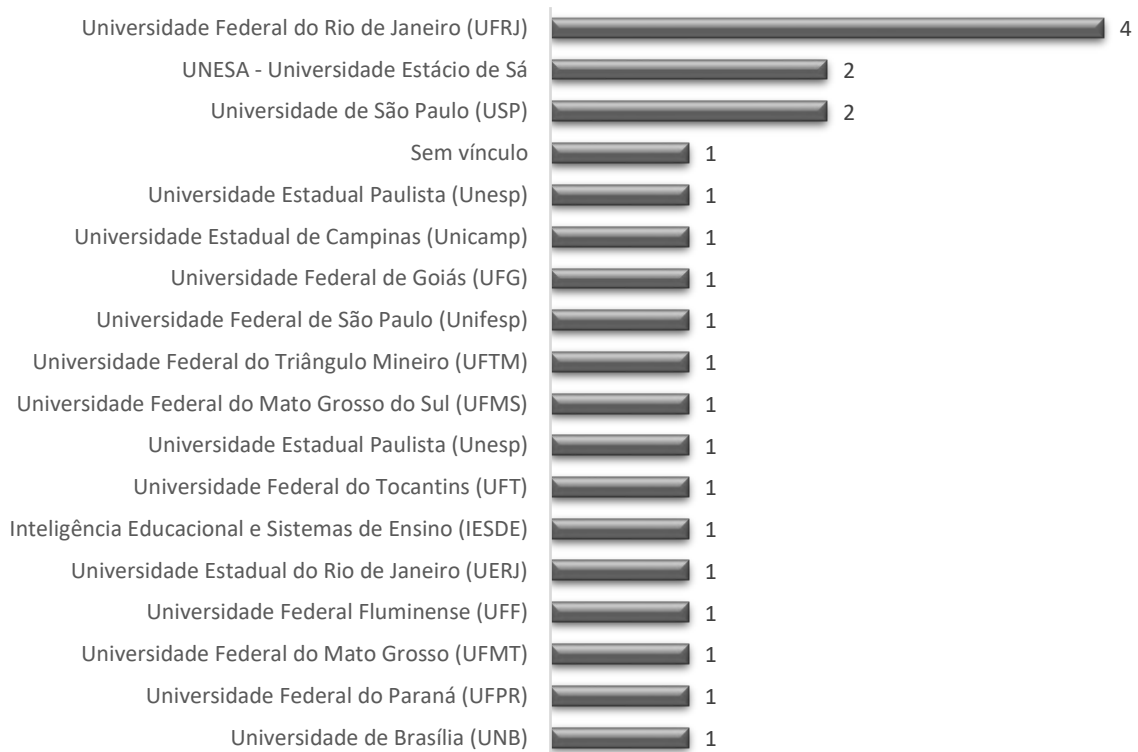


Gráfico 15 – Vínculos atuais de nossos medievalistas por instituição

A Universidade Federal do Rio de Janeiro continua concentrando o maior número de vínculos profissionais. O Programa de Estudos Medievais (PEM-UFRJ), o Programa de Pós-Graduação em História Comparada e os professores preocupados com o monasticismo vinculados a eles são os grandes responsáveis por essa renovação e concentração de medievalistas na universidade carioca. Em seguida, temos a Universidade de São Paulo com dois vínculos. Com o mesmo número de vínculos temos uma instituição de ensino superior particular, algo relativamente surpreendente, tendo em vista a configuração do ensino superior mencionado anteriormente nesse capítulo. Se nas defesas de doutorado tivemos apenas a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como a única universidade particular de nossa lista, pelas questões constatadas anteriormente em relação ao pragmatismo no investimento dessas instituições para a estruturação de seus programas de pós-graduação, agora temos dois professores que trabalharam ou trabalham com o monasticismo dando aulas na Universidade Estácio de Sá¹⁴³ do Rio de Janeiro.

¹⁴³ Uma pesquisa interessante a ser desenvolvida poderia dar conta do cenário atual dos cursos de História nas universidades particulares brasileiras, como vimos no texto de Asfora, Aubert e Castanho essas instituições não tem uma tradição de pesquisa na área de História, pois os investimentos que são feitos nesses centros buscam

Outro dado importante a se retirar dessas informações é o mapa da disseminação pelo Brasil dos pesquisadores que trabalharam com nosso tema. Se antes tínhamos São Paulo e Rio de Janeiro como eixos centrais, com apenas dois pesquisadores se formando fora deles, um no Paraná e outro no Distrito Federal, agora temos doutores nas mais diversas universidades brasileiras. Universidades como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) agora possuem profissionais desenvolvendo pesquisas, orientando trabalhos e/ou reproduzindo o conhecimento que buscamos analisar na medievalística brasileira. O cenário teve uma mudança que não podemos chamar de absoluta, todavia se torna uma mudança significativa para a estruturação de nossa área de estudos e pesquisa. Durante a formação desses profissionais, não tínhamos orientações de trabalhos sobre o monasticismo em uma escala geográfica como a que temos hoje quando encontramos doutores ou doutorandos vinculados a instituições em diferentes regiões do país. Perceberemos melhor esse cenário nos mapas que mostraremos com fins de comparação.

Por ora, veremos informações a respeito dos Estados nos quais se instalaram esses pesquisadores. Como podemos notar no gráfico 15 (quinze) acima, temos 3 (três) universidades públicas do Rio de Janeiro e 4 (quatro) de São Paulo – o que ainda demonstra a força do Sudeste com relação à produção e reprodução desse conhecimento. Contudo, quantos pesquisadores temos ao todo nessas regiões?

atender às demandas do mercado, diferente do papel estruturante que as universidades públicas têm nesse sentido. Cf. ASFORA; AUBERT; CASTANHO, *op. cit.*, p. 16.

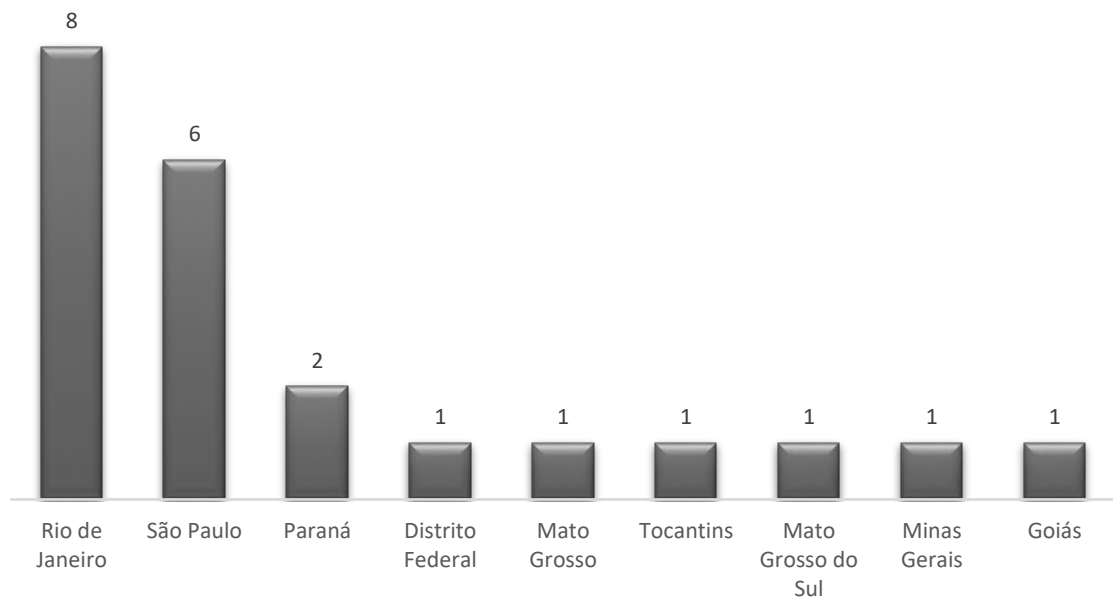


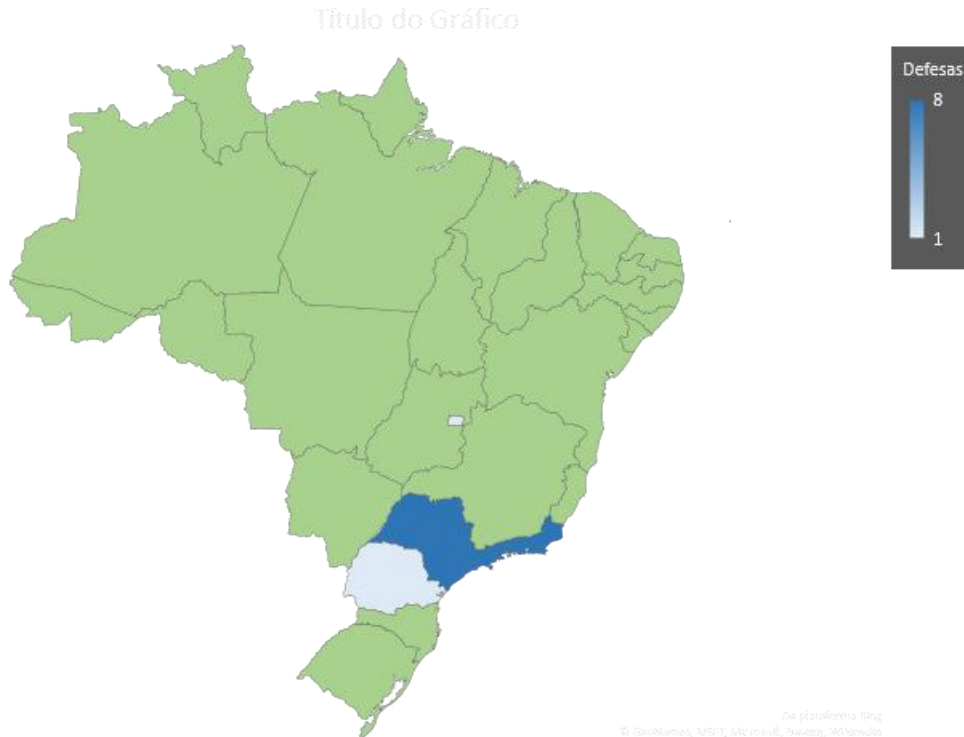
Gráfico 16 – Nossos medievalistas com vínculos institucionais por Estado

O Paraná foi a grande surpresa nesse gráfico, pois tínhamos apenas uma defesa nesse Estado e hoje temos ali dois doutores vinculados a instituições de ensino, um vínculo na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e um no IESDE (Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino). Enquanto o Paraná aparece com um nome a mais em relação ao número de doutores que defenderam sua tese no estado, São Paulo enviou um de seus pesquisadores a outra região do país e o outro formado no estado está sem vínculo atualmente¹⁴⁴. De 8 (oito) defesas no Estado de São Paulo, temos um número de 6 (seis) medievalistas vinculados a este estado atualmente. Estados como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins são novidades em nossos gráficos, o que mais uma vez demonstra o crescimento e amadurecimento da área de História Medieval no país, pois o número de medievalistas vinculados nas regiões brasileiras hoje difere do cenário mostrado por Asfora, Aubert e Castanho em seu texto.

Tentando visualizar a realidade dos estudos sobre o monasticismo no Brasil, desenvolvemos dois mapas que procuram demonstrar o alcance desse conhecimento em dois contextos distintos. Em um primeiro, qual seja, o de formação dos medievalistas que trabalham ou trabalharam com o tema/objeto. Em seguida, o contexto atual de vinculação desses

¹⁴⁴ Cláudia Regina Bovo, orientada por Néri de Barros Almeida, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), se encontra hoje vinculada à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), enquanto Tatiana Machado Boulhosa, orientada por Silas Guerreiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) não mencionou seu vínculo atual na Plataforma Lattes, como explicitamos acima.

profissionais. Para tal visualização usamos diferentes tons de azul para representar estados com graus diferentes de concentração de pesquisadores trabalhando em torno do tema.

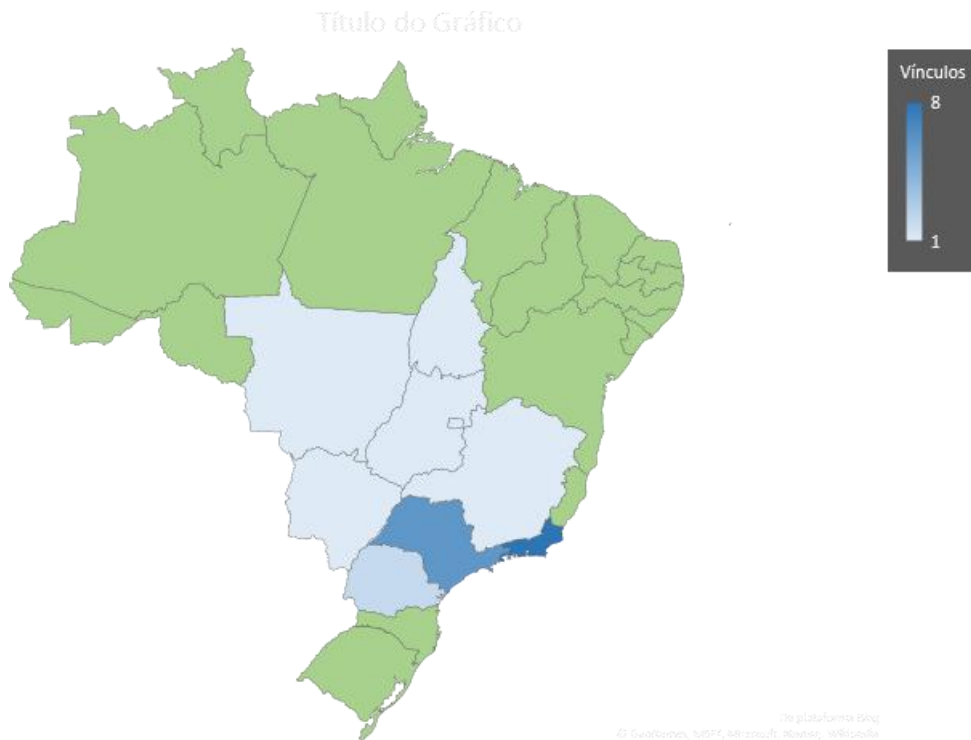


Mapa 1 – Contexto 1: Estados de defesa das teses sobre o monasticismo medieval

Em todo o território brasileiro, somente os Estados com os tons de azul são responsáveis pela formação doutoral dos medievalistas centrados no monasticismo. Como podemos notar, a disseminação da importância do monasticismo para entender o período medieval, em um primeiro momento da medievalística brasileira, não tinha muito espaço acadêmico para se desenvolver, assim como o próprio campo de História Medieval não possuía o grau de institucionalização que percebemos hoje, com diversos professores vinculados a diferentes instituições, além do grande número de laboratórios de pesquisa e de programas de pós-graduação interessados em assuntos mais gerais e onde novas pesquisas vêm sendo financiadas pelos órgãos responsáveis pelo fomento à pesquisa no país.

Conforme observamos ao longo do capítulo, esse cenário passa por mudanças ao longo do tempo, nomeadamente a partir do início dos anos 2000 e, sobretudo, na primeira metade da segunda década, ou seja, de 2010 a 2016. Percebemos um aumento da institucionalização não só acerca dos estudos do monasticismo dentro da medievalística brasileira, como do próprio campo de História Medieval no país. Observamos um crescimento no número de teses versando centralmente sobre o monasticismo, de vínculos desses doutores em universidades onde não

existiam traços de pesquisas desenvolvidas a respeito do monasticismo antes etc. Como veremos no mapa a seguir, a área de disseminação desse conhecimento aumentou consideravelmente.



Mapa 2 – Contexto 2: Estados de vinculação atual dos medievalistas especializados no monasticismo

Do Tocantins ao Paraná, podemos perceber como os medievalistas que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo medieval ocidental estão vinculados hoje. Cobrindo aproximadamente um terço do território brasileiro, o alcance desse conhecimento chega, atualmente, a universidades que não possuem uma “tradição” no tratamento do assunto. Universidades como a USP e a UFRJ vêm desenvolvendo e reproduzindo esse conhecimento há mais tempo, o que nos faz pensar nas duas como possíveis polos de difusão da produção e reprodução desse conhecimento no Brasil. Pensando em termos de territórios estaduais, Rio de Janeiro e São Paulo são importantes protagonistas. Quando pensamos em termos de regiões, portanto, o Sudeste acaba aparecendo com mais força. O que nos faz chegar à conclusão de que os estudos a respeito do monasticismo crescem proporcionalmente da região considerada o centro da produção acadêmica do Brasil, para regiões consideradas periféricas.

Começando pela formação dos 23 (vinte e três) nomes que compõem nossa lista inicial,

ou seja, por suas defesas de teses de doutorado, percebemos um papel estruturante das mulheres nas orientações desses trabalhos e no número final de pesquisadores que trabalharam ou vieram a trabalhar com o monasticismo. O que nos fez conjecturar se a partir de uma abertura para as mulheres no meio acadêmico, o monasticismo não teria encontrado espaço para se desenvolver como um conhecimento importante para pensarmos o período medieval na medievalística brasileira. Como nosso objetivo aqui não era um aprofundamento nas obras desses autores, não podemos dizer até que ponto os interesses das mulheres foram de suma importância para a produção e reprodução desse conhecimento no país, entretanto, essa abertura para as mulheres nos revela outro fator importante; fator esse com o qual trabalhamos no decorrer do texto para procurar um crescimento no interesse pelo monasticismo ao longo dos anos.

Essa maior abertura para as mulheres está dentro de um contexto de crescimento e amadurecimento da institucionalização do campo acadêmico brasileiro, o que proporcionou um maior número de defesas de doutorado no país e, conseqüentemente, a possibilidade de termos mais trabalhos a respeito do monasticismo. A partir dessa hipótese recorreremos às datas das defesas dessas teses para rastreamos uma possível mudança no campo que corroborasse essa ideia de um cenário mais maduro de nossa área no Brasil. Comparando os números apresentados por Asfora, Aubert e Castanho (no texto que apresentamos no decorrer de nosso trabalho) com nossos dados, observamos mudanças significativas a partir do ano de 2010 no campo acadêmico em questão, além de um crescimento constante na importância dada ao monasticismo ao longo das últimas quatro décadas.

Uma análise regional da institucionalização do campo a partir desses pesquisadores se fez necessária para entendermos esse crescimento geograficamente. Então, recortamos para nossa análise somente os pesquisadores que defenderam suas teses de doutorado no país e apresentamos gráficos das instituições de formação desses medievalistas, depois dos estados nos quais elas se encontram e, por fim, das regiões do Brasil onde esses estados estão localizados. Essas informações nos ajudaram a compreender a importância do Sudeste nessa produção de conhecimento, importância obviamente ligada a um investimento econômico na região desenvolvido a partir do período de modernização do país.

Contudo, como demonstramos a partir dos vínculos atuais desses pesquisadores e de mapas que nos ajudaram a perceber a difusão desses medievalistas pelo Brasil, a conclusão que tiramos do retrato que procuramos mostrar da produção e reprodução desse conhecimento no campo de História Medieval do país é que o número de estudos sobre o monasticismo está crescendo dentro da medievalística brasileira. Do aumento nas defesas de teses de doutorado entre esses medievalistas ao novo alcance desse conhecimento em universidades de diferentes

regiões brasileiras, temos uma valorização crescente do monasticismo como objeto final ou central de pesquisa. Pesquisadores mais jovens como Bruno Uchoa Borgongino e Juliana Salgado Raffaelli, que ainda estão em processo de elaboração e defesa da tese de doutorado ou a defenderam recentemente, ainda têm muito a contribuir para a compreensão da importância do monasticismo na historiografia brasileira. Assim como professores mais antigos, como orientadora desses dois últimos profissionais citados, Leila Rodrigues da Silva. Temos, ainda, a contribuição dos medievalistas que defenderam suas teses fora do país, como Maria Filomena Pinto da Costa Coelho e Gabriel de Carvalho Godoy Castanho que, por motivos diferentes e que escapam ao objeto dessa monografia, não possuem nenhuma orientação entre os nomes de nossa lista.

Acompanhando a institucionalização do ensino e da pesquisa sobre História Medieval no país, o interesse a respeito do monasticismo vem crescendo nos últimos anos. Neste capítulo, por exemplo, foi desenvolvida uma análise sociológica da produção e reprodução desse conhecimento na medievalística brasileira, que por sua vez nos proporcionou uma primeira visão geral do processo de formação e difusão desse conhecimento no país. O caminho que procuramos abrir, e que fizemos questão de frizar durante todo o trabalho, é de um debate acerca da compreensão do lugar do monasticismo na medievalística brasileira. A continuação desse debate deve visar um aprofundamento acerca de questões teórico-metodológicas utilizadas nas obras desses autores e dos usos que os mesmos fazem do monasticismo para entender a sociedade medieval.

Ao fim de dois anos de levantamento de dados, de sua organização e das primeiras análises quantitativas e qualitativas, nos encontramos em condições de nos lançarmos à questões acerca da organização institucional dos estudos monásticos no campo de história medieval do Brasil como um todo. De fato, esperamos que a partir do material apresentado nesse trabalho monográfico novos horizontes de pesquisa sobre um campo disciplinar em franco crescimento possam vir a ser explorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda e qualquer pesquisa em História, nosso trabalho, como dito anteriormente, tem um caráter parcial. Não estamos interessados em encerrar qualquer tipo de debate ou estudo a respeito da produção e reprodução do conhecimento acerca do monasticismo medieval na historiografia brasileira. Mais do que isso, a natureza dessa monografia é ser uma espécie de degrau para novas escaladas rumo à uma história institucional da produção do conhecimento sobre o movimento monástico medieval no Brasil. Procuramos, no decorrer da pesquisa, dar conta de tudo o que já foi produzido em torno dessa forma de ascese específica – desenvolvida no período entendido como Idade Média – na área de História em universidades brasileiras. Contudo, a produção institucional de conhecimento como um todo é muito dinâmica, e rastreá-la institucionalmente é uma tarefa que demandou esforços técnicos e adaptações metodológicas ao longo de nossa investigação. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que pelo seu dinamismo, em outros momentos da institucionalização do campo de História Medieval no país, outros métodos deverão ser pensados para buscar a produção e reprodução desse conhecimento. Portanto, nem mesmo os métodos utilizados aqui se querem finais no que concerne às investigações que procurem dar conta da produção do conhecimento histórico no Brasil.

Entretanto, nem tudo nessa pesquisa tem um caráter passageiro. Esperamos, como dito acima, que ela dê conta de uma etapa ainda não proposta na historiografia nacional, qual seja, um primeiro passo em direção à busca pela importância dada aos estudos monásticos para a estruturação e institucionalização da historiografia medievalista brasileira. Ao longo de nosso texto (o material final do historiador), discorreremos quanto à especificidade da institucionalização do campo de História Medieval no país. No primeiro capítulo que propomos, uma visão geral do interesse pelos estudos medievais no Brasil foi destacada a partir de José Rivair Macedo. O mesmo, citando Umberto Eco, diz que o interesse pela Idade Média se dá – no grande público – a partir de uma “Idade Média sonhada”. No momento em que Macedo escreve para a revista italiana em questão, os estudos medievais no Brasil ainda necessitavam de apoio institucional mais forte, era uma demanda que os medievalistas tinham e que se tornava cada vez maior. Em 2010, temos a publicação do texto de Asfora, Aubert e Castanho no livro francês *Le Moyen Âge vu d'ailleurs: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*, que buscava dar conta dessa institucionalização que estava, ainda, no início de seu processo de desenvolvimento. Neste texto, como dito no primeiro capítulo, os autores disponibilizam uma

bibliografia importantíssima para pesquisadores interessados na produção do conhecimento histórico sobre a Idade Média no Brasil, além, é claro, de ter sido a nossa base para pensarmos o cenário atual desse processo de fortalecimento institucional do campo. Dito isto, procuramos continuar o trabalho de pesquisadores que se debruçaram sobre o estabelecimento da História Medieval como um campo de estudos institucionalizado no país, propondo uma percepção sociológica da importância dada aos estudos monásticos para a medievalística brasileira.

Outro aspecto que destacamos ao longo do texto e que relembramos nessas considerações finais de nosso trabalho é que, para essa pesquisa, optamos por uma perspectiva sociológica da produção e reprodução desse conhecimento no Brasil. Em dois anos de pesquisa, reunimos os nomes responsáveis pela elaboração de trabalhos (sejam eles teses de doutorado, artigos, livros, capítulos em livros ou projetos de pesquisa) que tivessem como objeto central ou final o monasticismo ocidental medieval, estruturamos um banco de dados para sistematizarmos nossa pesquisa e fizemos buscas cruzando informações do mesmo para chegarmos às conclusões que expomos no terceiro capítulo. Sendo assim, um aprofundamento em questões teórico-metodológicas que foram a base para a produção desse conhecimento, além dos usos que esses pesquisadores fizeram do monasticismo para entender as dinâmicas sociais da Idade Média, fica em aberto para futuras pesquisas.

Esperamos que essa análise que apresentamos no tocante à produção e reprodução desse conhecimento para o estabelecimento do campo seja satisfatória, pois acreditamos que as conclusões apresentadas no capítulo anterior – quais sejam: 1) a de um crescimento do interesse pelos estudos monásticos aliado a um crescente processo de institucionalização a partir dos anos 2010; 2) do fortalecimento dos estudos monásticos estar ligado ao fortalecimento das mulheres no meio acadêmico estudado; 3) além do fato de a produção e reprodução do conhecimento a respeito do monasticismo estar ligada à expansão do meio acadêmico dos centros tradicionais às “periferias” – possam vir a abrir novos horizontes de pesquisa para interessados nesse campo disciplinar em constante crescimento.

Para além das conclusões do terceiro capítulo, no segundo apresentamos todo o nosso trabalho no que diz respeito ao levantamento de nossas fontes e na estruturação de um banco de dados em História. Ainda se acredita, devido as dificuldades de nosso sistema educacional que não busca unir o ensino de história à pesquisa em sala de aula, que os historiadores buscam o passado nos documentos considerados históricos. O que quer dizer que o passado está lá, na documentação, e o documento, enquanto fonte histórica, está dado. Com o segundo capítulo dessa monografia, esperamos que tenhamos sido felizes em demonstrar que o trabalho do historiador vai além de ler os documentos e expor o que está escrito neles, que a documentação

não está dada, que ela é construída, assim como as experiências do passado que o historiador busca significar. Para construir nossa documentação utilizamos a Plataforma Lattes como base de dados de consulta. Dela retiramos toda a informação necessária para nossos propósitos e as reunimos em uma tabela simples do *Microsoft Excel*, o que nos ajudou a ter um acesso mais rápido e eficaz às nossas *metafontes*. Nesse sentido, o livro de Tiago Luís Gil foi utilizado como base teórico-metodológica e conceitual para o trabalho com bancos de dados em História.

Em suma, acreditamos que os dados e as análises aqui propostas poderam ser utilizadas por pesquisadores interessados em um período específico da institucionalização do campo de História Medieval no Brasil, com o intuito de pensar a concentração e expansão dos estudos monásticos no âmbito acadêmico do país. Nosso interesse primordial era o de contribuir com uma investigação ainda não explorada pela medievalística nacional, interessada na contribuição da produção e reprodução do conhecimento a respeito do monasticismo no processo que estabeleceu e continua a reforçar os contornos desse campo disciplinar tão importante para o entendimento não só do passado, mas sobretudo de nossa própria sociedade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. B. O Alvo da História da Igreja e a História da igreja como alvo: o exemplo da idade média Central (séculos XI-XIII). *Rever*, São Paulo, n. 2, p. 65-78, 2004.
- ASFORA, W. C.; AUBERT, E. H.; CASTANHO, G. C. G. L'histoire médiévale au Brésil. Structure d'un champ disciplinaire. In: Eliana Magnani. (Org.). *Le Moyen Âge vu d'ailleurs: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*. 1 ed. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2010.
- BASCHET, Jérôme. *A Igreja, instituição dominante do feudalismo*. In: A civilização feudal: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006
- BASTOS, M. J. M. Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica. *Diálogos*, Maringá, v.20, n.3, p. 2-15, set.-dez., 2017.
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2017.
- BOVO, C. R. *Em busca da Renovatio cristã: simonia e institucionalidade eremítica na correspondência de Pedro Damiano (1041-1071)*. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CANTOR, N. *The crisis of western monasticism – 1050-1130*. *American Historical Review*, n. 66, jan.-jun., 1960.
- CASTANHO, G. *Entre a ermida e a cidade: solitários sociáveis e a produção de significados no século XII*. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CASTANHO, G. *Solidão medieval: forjando as bases de um monopólio*. In: Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. 19., 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2008.
- CASTANHO, G. *Por uma sociologia da solidão medieval: isolamento, sociedade e religião em contexto normativo monástico (mundo latino, séculos IV-XII)*. *Revista Signum*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 196-214, 2015.
- CASTANHO, G. *A polissemia (social) do deserto: uma história do tópos histórico e historiográfico da solidão monástica no contexto latino medieval*. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 173, p. 115-139, jul.-dez., 2015.
- CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. São Paulo: Francisco Alves, 1978.
- CERTEAU, M. Fazer história. In: *A escrita da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- COLOMBÁS, G. M. *El monacato primitivo*. 2 ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos,

2014.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, C. *Introdução à sociologia do conhecimento*. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO JR., H. *A Idade Média e o Brasil*, D.O. Leitura, São Paulo, n. 59, p. 8-10, 1987.

FRANCO JR., H. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GIL, T. *Como se faz um banco de dados (em história)*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GUERREAU, A. *L'avenir d'un passé incertain: quelle histoire du moyen âge au XXIe siècle?* Paris: Éditions du Seuil, 2001.

IOGNA-PRAT, D. *Les morts dans la comptabilité céleste des Clunisiens de l'an mille*. In: IOGNA-PRAT, D.; PICARD, J. C. *Religion et culture autor de l'an mille: royaume capétien e lotharingie*. Paris: Picard, 1990.

IOGNA-PRAT, D. *La iglesia: un edificio excepcional en el paisaje social*. In: *Iglesia y sociedad en la Edad Media*. Cidade do México: UNAm, 2013.

IOGNA-PRAT, D. *A história do “religioso” e do “sagrado” na França (1995-2010)*. In: ALMEIDA, N. B.; SILVA, E. M. (Org.). *Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014.

KLIMA, G. *Naturezas: o problema dos universais*. In: MCGRADY, A. S. (Org.). *Filosofia medieval*. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LANZIERI JÚNIOR, C. *O monge e os judeus: dois momentos das relações judaico-cristãs em De vita sua, a autobiografia de Guiberto de Nogent*. *Revista de História, Espírito Santo*, v. 18, p. 332-345, 2006.

LANZIERI JÚNIOR, C. *Aprender para ensinar, doutrinar para salvar: a formação da Sabedoria cristã do abade Guiberto de Nogent (c.1055-1125) através de sua obra Monodiae (c.1115)*. 2013. 299 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LAUWERS, M. *La mémoire des ancêtres, le souci des morts: morts, rites et société au Moyen Âge (diocese de Liège, XIe-XIIe siècle)*. Paris: Beauchesne, 1997.

LAUWERS, M. *Como os historiadores do século XX escreveram a história da Igreja feudal?* In: ALMEIDA, N. B.; SILVA, E. M. (Org.). *Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014.

LAUWERS, M. *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas: Unicamp, 2015.

LECLERCQ, J. *La crise du monachisme aux XI et XII siècles*. *Bulletino dell'instituto Storico*

Italiano per Il Medio Evo, 70, 1958.

LEVISKY, D. *Um monge no divã: a trajetória de um adolescente na Idade Média central*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MACEDO, J. R. Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os signa loquendi de Albobaça. *Signum*, São Paulo, v. 5, p. 133-167, 2003a.

MACEDO, J. R. O sangue nos romances arturianos. *Brathair*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 25-30, 2003b.

MACEDO, J. R. (Org.). *Os estudos medievais no Brasil: catálogo de dissertações e teses – Filosofia, História, Letras (1990-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2003c.

MACEDO, J. R. O real e o imaginário nos fabliaux medievais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 13-32, 2004.

MACEDO, J. R. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. *Reti Medievali Rivista*, n. 7, jan.-jun., 2006. Disponível em: <http://www.rmojs.unina.it/index.php/rm/article/view/urn%3Anbn%3Ait%3Aunina-3176/5242>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MAGALHÃES, A. P. T. A ordem franciscana e a sociedade cristã: centro, periferia e controvérsia. In: *Revista Ágora*, n. 23, 2016, p. 154-168.

MATTOSO, J. O monaquismo medieval português. In: MARQUES, M.A.F.; VISEU, L.C.A. (Org.). *Monasticon: História e Memória*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2012.

PACAUT, M. *Les ordres monastiques et religieux au Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 2005.

PEREIRA, A. P. L. *"Deus amicitia est". Caridade e Amizade em perspectiva comparada: as vitae de beatas da diocese de Liège no século XIII face à Doutrina da Caridade na Patrística e na Mística Cisterciense*. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, R. A. B. *Da instituição do monacato à monaquização do episcopado na Provença de João Cassiano e dos lerinianos (séculos IV e V)*. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SAKS, F. C. *Busca Booleana: teoria e prática*. 2005. 60 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Gestão da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011.

SERNA, J.; PONS, A. *La historia cultural: autores, obras, lugares*. 2. ed. Madri: Akal, 2013.

SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões sobre o gênero e o monacato hispânico medieval. *Opsis*, Goiás, v. 10, p. 141-164, 2010a.

SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões sobre monacato, gênero e poder: uma leitura dos cânones do Concílio de Coyanza. *Métis*, Caxias do Sul, v. 9, p. 12-29, 2010b.

SILVA, L. R. A presença de Martinho de Braga no mosteiro de San Millán de La Cogolla. *Veritas*, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 515-534, 1997.

SILVA, L. R. Regula Monachorum e Regula Communis: reflexões acerca do rigor monástico frutuosiano. In: MAGALHÃES, A. P. T.; LIMA, M. S. (Org.). *Cotidiano, poder e relações sociais entre a Antiguidade e a Idade Média: Homenagem ao Professor Nachman Falbel*. 1ed. Maringá: Eduem, 2016, v., p. 167-183.

VON ENGEN, J. *The crisis of cenobitism reconsidered: Benedictine Monasticism in the years 1050-1150*. *Speculum*, n. 61, jul.-dez., 1986.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Tradução: Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Documentação

SÃO BENTO. I.1-13. A Regra de São Bento. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003.

Currículos Lattes:

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5791321365823463>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Bruno Uchoa Borgongino – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3760605243792543>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Carlile Lanzieri Júnior – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4540469424960429>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Claudia Regina Bovo – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1578501704102722>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Dirceu Marchini Neto – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4359829919318775>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Dulce Oliveira Amarante dos Santos – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2317207486041256>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Edmar Checon de Freitas – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1389105519730729>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6487891111933755>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Juliana Salgado Raffaelli – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6378018501995589>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Leandro Alves Teodoro – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8706720482638081>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Leila Rodrigues da Silva – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2926937854553969>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Maria Cristina Correia Leandro Pereira – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6153091381585654>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3246683197718111>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Matheus Coutinho Figuinha – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0437074465233563>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Néri de Barros Almeida – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1550011196761207>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Renan Friguetto – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4817986767304134>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Ronaldo Amaral – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3765150135923154>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Rossana Alves Baptista Pinheiro – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6509767423864494>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Sidinei Galli – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4031706429705677>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Tatiana Machado Boulhosa – Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7244262875865264>. Acesso em: 29 jun. 2019.